



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 62

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 1968

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 25 de abril de 1968, às 21 horas e 30 minutos
(QUINTA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Votos Presidenciais:

- 1.º Ao Projeto de Lei n.º 1.438-69, na Câmara dos Deputados e n.º 58-67, no Senado Federal, que concede isenção, pelo prazo de 1 (um) ano dos impostos de importação e de consumo, para a importação de materiais destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas;
- 2.º Ao Projeto de Lei n.º 691-67, na Câmara dos Deputados e n.º 117-67, no Senado Federal, que cria 2 (dois) cargos de Juiz Substituto no Quadro da Justiça do Trabalho da 8.ª Região, em Belo Horizonte, Estado do Pará;
- 3.º Ao Projeto de Lei n.º 315-67, na Câmara dos Deputados e n.º 1-63 no Senado, que cria, na 3.ª Região da Justiça do Trabalho, 2 (dois) Juizes da Conciliação e Julgamento, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

MENTAÇÃO

N.º 15, de 1968 (C.N.)
12.115.62, 1.ª ORDEM

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Na forma do § 3.º do artigo 51 da Constituição, tenho a honra de submeter à deliberação de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o anexo projeto de lei que dispõe sobre a redução e isenção de impostos na exportação e na importação.

Brasília, em 22 de abril de 1968. —
A. Costa e Silva.

SGMF-GB-N.º 77

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência anexo anteprojeto de lei que visa selecionar importantes problemas na área tributária, com reflexo, no comércio exterior brasileiro. Em face da importância do assunto e da urgência de sua solução e considerando suas aplicações na economia nacional, pelo vigoroso estímulo que pode representar no incremento das exportações de manufaturados, solicito a Vossa Excelência que a apreciação do anteprojeto pelo Congresso Nacional seja feita, em sessão conjunta, no prazo de quarenta dias, de acordo com o parágrafo 3.º do artigo 54 da Constituição Federal.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Voto	Materia a que se refere
1	1.º	Totalidade do Projeto
2	2.º	Totalidade do Projeto
3	3.º	Totalidade do Projeto

CALENDÁRIO DOS VETOS PRESIDENCIAIS A SEDEIS APROVADOS PELO CONGRESSO NACIONAL

DIA 25 DE ABRIL, AS 21:30 HORAS (QUINTA-FEIRA)

Projeto n.º 58-67, no Senado Federal e n.º 1.438-69, na Câmara dos Deputados — Concede isenção, pelo prazo de 1 (um) ano, dos impostos de importação e de consumo para a importação de materiais destinados à fabricação no País de centrais telefônicas automáticas.

Projeto n.º 117-67, no Senado Federal e n.º 691-67, na Câmara dos Deputados — Cria 2 (dois) cargos de Juiz Substituto no Quadro da Justiça do Trabalho da 8.ª Região em Belo Horizonte, Estado do Pará.

Projeto n.º 1-63 no Senado Federal e n.º 315-67, na Câmara dos Deputados — Cria, na 3.ª Região da Justiça do Trabalho, 2 (dois) Juizes de Conciliação e Julgamento, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

maior e crescentes industriais muito superiores às que existiam antes, principalmente no Brasil.

Outro objetivo do anteprojeto de lei em causa é o de alterar, através do seu artigo 4.º e parágrafos, as disposições do artigo 10 do Decreto-lei número 37 que estabeleceram isenção automática do Imposto sobre Produtos Industrializados para as mercadorias importadas com isenção do Imposto de Importação.

A modificação proposta visa a permitir que a isenção ou redução do Imposto sobre Produtos Industrializados possa ter lugar simultaneamente ao outro benefício, mas sem aquela vinculação obrigatória determinada no artigo em questão, a qual, afora o aspecto negativo representado por uma maior evasão da receita federal, vem se constituindo em duplo estímulo à importação, nem sempre necessário ou conveniente, sobretudo na atual conjuntura de comércio exterior brasileiro, que se caracteriza por uma forte tendência de crescimento na demanda de artigos estrangeiros sem a devida contrapartida na exportação.

Pelo novos dispositivos agora sugeridos, a isenção ou redução do Imposto sobre Produtos Industrializados na importação de bens poderá ser concedida, porém numa escala variável a ser restabelecida em regulamento, e obedecendo a uma faixa mais limitada de mercadorias, levando-se em conta o maior ou menor grau de participação dos diferentes setores industriais no processo de desenvolvi-

mento da infraestrutura econômica, e a possibilidade de obter condições, que permitam a produção de bens nacionais, a utilização do benefício como instrumento de política de incentivo ao desenvolvimento de bens industriais.

O artigo quinto e anexo a transferir para a importação de produtos superiores a aqueles a automotriz comuns, as vantagens tributárias na isenção de impostos e taxas, concedidas pela Lei n.º 4.613, de 2.1.63, para importação de veículos por particulares ou pessoas portadoras de defeitos físicos que as impossibilitam de utilizar os modelos comuns.

O Decreto número 53.932, no regulamentar a citada lei, determinou que as vantagens em questão deveriam cessar quando houver veículo similar de produção nacional.

Por outro lado, as pesquisas posteriormente levadas a efeito junto à indústria automobilística nacional revelaram que, embora ainda não sejam fabricados no País automóveis munidos de transmissão automática — que constituem a grande maioria dos que vêm sendo importados ao amparo da Lei número 4.613 — é perfeitamente possível adaptar veículos da série nacionais para utilização pelos particulares e portadores de outros defeitos físicos, mediante instalação de dispositivos e peças tais como embreagem automática, comando manual conjugado de freio e aceleração, etc., fabricados por firmas especializadas, principalmente da Alemanha.

Os veículos nacionais, assim equipados, passariam a ter praticamente as

características necessárias à sua conceituação como "similar nacional", atendendo aos objetivos da legislação anterior, com sensível economia de divisas para o país, e sem prejuízo para os interessados, que teriam para a importação dos aparelhos as mesmas isenções já concedidas.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — Antônio Delfim Netto, Ministro da Fazenda.

Projeto de Lei nº 14, de 1968 (C.N.)

Dispõe sobre a redução e isenção de impostos na exportação e na importação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder redução ou isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o Regulamento baixado com o Decreto nº 61.514, de 12 de outubro de 1967, para as indústrias exportadoras de produtos manufaturados, na proporção do valor FOB, em cruzeiros, de suas vendas para o exterior.

Parágrafo único. O Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX), após audiência prévia do Ministro da Fazenda, publicará relação dos produtos ou setores industriais a serem beneficiados com a redução ou isenção de que trata este artigo, podendo limitar prazos para a aplicação dos benefícios, tendo em vista favorecer a utilização de possíveis margens de capacidade industrial ociosa, dar maior poder de agressividade no mercado externo, ou compensar eventuais retrações de natureza cíclica, no mercado interno.

Art. 2º O benefício de que trata o artigo 1º aplica-se, igualmente, ao fabricante de produtos manufaturados cuja exportação seja realizada por intermédio de firmas especializadas em exportação, cooperativas, associações ou consórcios de exportadores, devidamente registrados na Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A. (CACEX).

Art. 3º Os fabricantes de manufaturas selecionadas na forma do parágrafo único do artigo 1º, acima, ficam autorizados a deduzir do valor do Imposto sobre Produtos Industrializados a recolher, a importância correspondente a esse imposto, calculado, como se devido fosse, sobre o valor das vendas efetuadas ao exterior.

Parágrafo único. A dedução não ultrapassará o limite de 15%, nos casos de alíquotas superiores a esse nível, podendo o CONCEX adotar níveis diferenciais, em função do setor ou adotar outros critérios, tendo em vista a política de exportação.

Art. 4º O artigo 10 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. A isenção ou redução do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente nos bens importados poderá ser concedida nos termos e condições estabelecidos em regulamento de Poder Executivo".

§ 1º Os benefícios referidos neste artigo poderão ser concedidos, nos termos regulamentares, às importações:

a) referidas no artigo 13; nos incisos I, II e IV, do artigo 14 e nos incisos III e IX e XI, do artigo 15, do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966;

b) de bens, partes e peças destinadas a completar embarcações marítimas — exceto as de passelo, competição e semelhantes — e tratores fa-

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Circulação nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

bricados no País, quando a importação for processada por fabricantes com plano de industrialização e programa de nacionalização aprovados pelos órgãos federais competentes;

c) de aparelhos, máquinas e equipamentos destinados à impressão de jornais, periódicos e livros, importados diretos e exclusivamente por empresas jornalísticas e editoras.

§ 2º As importações destinadas à União, Estados, Municípios e Distrito Federal, bem como às Autarquias e demais entidades de direito público interno ficam sujeitas às normas do parágrafo anterior.

§ 3º O Poder Executivo, em relação a empresas produtoras de bens industriais, condicionará, quando conveniente, a isenção ou redução a exportações compensatorias.

§ 4º As disposições deste artigo aplicam-se também aos casos previstos em leis específicas que autorizam a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados nas importações de equipamento para setores de produção determinados.

Art. 5º É concedida isenção do Imposto de Importação para os aparelhos especiais destinados à adaptação de veículos com a finalidade de permitir sua utilização por paraplegicos ou pessoas portadoras de defeitos físicos que os impossibilitem de utilizar veículos comuns.

Parágrafo único. A importação dos aparelhos de que trata este artigo, tais como embreagem automática, comandos manuais conjugados de freio e aceleração e outros que pelas suas características sejam adequados para cada tipo de defeito físico, somente se beneficiará com a referida isenção quando for feita diretamente por paraplegico ou portador de outro defeito físico, ou pelas empresas nacionais fabricantes de veículos automotores.

Art. 6º Nos casos previstos no Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 e no artigo 5º desta Lei bem como na importação de equipamentos e partes complementares, em decorrência de projeto de investimento aprovado pelo órgão competente, o Poder Executivo, poderá limitar o benefício à redução do Imposto de Importação.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revoga-se a Lei nº 4.613, de 2 de abril de 1965.

Legislação Citada

DECRETO-LEI Nº 37 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre o Imposto de Importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências.

Art. 10. A isenção do imposto de importação prevista neste capítulo implica na isenção do imposto sobre produtos industrializados.

Art. 13. É concedida isenção do imposto de importação nos termos e

condições estabelecidas no regulamento, à bagagem constituída de:

I — roupas e objetos de uso ou consumo pessoal de passageiros;

II — objetos de qualquer natureza, nos limites de quantidade ou valor estabelecidos no regulamento;

III — outros bens de propriedade de:

a) funcionário da carreira diplomática, quando removidos para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, e os que a eles se assemelharem, pelas funções permanentes de caráter diplomático, ao serem dispensados de função exercida no exterior e cujo término importe seu regresso ao país;

b) servidores públicos civis e militares, servidores de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, que regressarem ao país, quando dispensados de qualquer função oficial, de caráter permanente, exercida no exterior por mais de dois anos ininterruptamente;

c) brasileiros que regressarem ao país, depois de servirem por mais de dois anos ininterruptos em organismo internacional, de que o Brasil faça parte;

d) estrangeiros radicados no Brasil há mais de 5 (cinco) anos, nas mesmas condições da alínea anterior;

e) pessoas a que se referem as alíneas anteriores, falecidas no período do desempenho de suas funções no exterior;

f) brasileiros radicados no exterior por mais de 5 (cinco) anos ininterruptamente, que transfiram seu domicílio para o país;

g) estrangeiros que transfiram seu domicílio para o país.

§ 1º O regulamento disporá sobre o tratamento aduaneiro a ser dispensado à bagagem do tripulante, aplicando-lhe, no que couber, o disposto neste artigo.

§ 2º A isenção, em qualquer caso, apenas será reconhecida em relação a bens cuja quantidade e qualidade não revelem finalidade comercial.

§ 3º A isenção a que aludem as alíneas "f" e "g" só se aplicará aos casos de primeira transferência de domicílio ou, em hipótese de outra transferência, se decorridos 5 (cinco) anos de retorno da pessoa ao exterior.

§ 4º Para os efeitos deste artigo, considera-se função oficial permanente, no exterior, a estabelecida regularmente, exercida em terra e que não se extinga com a dispensa do respectivo servidor.

Seção III

Bens de interesse para o desenvolvimento econômico

Art. 14. Poderá ser concedida isenção do imposto de importação, nos termos e condições estabelecidos no regulamento:

I — Aos bens de capital destinados à implantação, ampliação e reaparelhamento de empreendimentos de fun-

damental interesse para o desenvolvimento econômico do país;

II — Aos bens importados para construção, execução, exploração, conservação e ampliação dos serviços públicos explorados diretamente pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e empresas concessionárias ou permissionárias;

IV — As máquinas, aparelhos, partes, peças complementares e semelhantes, destinados à fabricação de equipamentos no país por empresas que hajam vencido concorrência internacional referente a projeto de desenvolvimento de atividades básicas.

§ 1º Na concessão a que se refere o inciso I serão consideradas as peculiaridades regionais e observados os critérios de prioridade setorial estabelecidos por órgãos federais de investimento ou planejamento econômico.

§ 2º Compreendem-se, exclusivamente, na isenção do inciso I os bens indicados em projetos que forem analisados e aprovados por órgãos governamentais de investimento ou planejamento.

§ 3º Na concessão prevista no inciso II, exigirá-se a apresentação de projetos e programas aprovados pelo órgão a que estiver técnica e normativamente subordinada a atividade correspondente.

§ 4º O direito à isenção prevista neste artigo será declarado em resolução do Conselho de Política Aduaneira, nos termos do artigo 27, da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Seção IV

Isenções Diversas

Art. 15. É concedida isenção do imposto de importação nos termos, limites e condições estabelecidos no regulamento:

III — As instituições científicas, educacionais e de assistência social;

IV — As missões diplomáticas e repartições consulares de caráter permanente, e a seus integrantes;

V — As representações de órgãos internacionais e regionais de caráter permanente, de que o Brasil seja membro, e a seus funcionários, peritos, técnicos e consultores, estrangeiros, que gozarão do tratamento aduaneiro outorgado ao corpo diplomático quanto às suas bagagens, automóveis, móveis e bens de consumo, enquanto exercerem suas funções de caráter permanente;

VI — As amostras comerciais e remessas postais internacionais, sem valor comercial;

VII — Aos materiais de reposição conserto para uso de embarcações ou aeronaves, estrangeiras;

VIII — As sementes, espécies vegetais para plantio e animais reprodutores;

IX — Aos aparelhos, motores, reatores, peças e acessórios de aeronaves importados por estabelecimento com oficina especializada, comprovadamente destinados à manutenção, revisão e reparo de aeronaves;

XI — As aeronaves, suas partes, peças e demais materiais de manutenção e reparo, aparelhos e materiais de radiocomunicação, equipamentos de terra e equipamentos para treinamento de pessoal e segurança de voo, materiais destinados às oficinas de manutenção e de reparo de aeronaves nos aeroportos, bases e hangares, importados por empresas nacionais concessionárias de linhas regulares de trans-

te aéreo, por aeroclubes, consideros de utilidade pública, com funcionamento regular, e por empresas que explorem serviços de táxi-aeréos;

Art. 176. O Poder Executivo regulamentará as disposições deste Decreto-lei dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data sua publicação.

Art. 177. Ficam revogadas a partir de 30 (trinta) dias da publicação o regulamento a que se refere o artigo anterior, as seguintes disposições gerais e regulamentares: Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e das Rendas; Decretos números 328, de 27 de dezembro de 1916, 909, de 23 de abril de 1931; artigos a 10) do Decreto número 24.036, de 15 de março de 1934; Decretos-leis números 300, de 24 de fevereiro de 1938, 644, de 11 de janeiro de 1946, 9.179, de 15 de abril de 1946, e 9.763, de 6 de setembro de 1946; artigo 7º da Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953; artigos 5º e seu parágrafo único, 6º e seus parágrafos 7º, 8º e seu parágrafo único, 9º — 10 — 12 — 13 — 14 — 17 — 33 — 34 e 35, da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957; artigo 15 da Lei número 4.131, de 3 de setembro de 1962.

Parágrafo único. O artigo 11 da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, ficará revogado a partir da vigência da nomenclatura a que se refere o artigo 154 deste Decreto-lei.

Art. 178. Este Decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1967, salvo quanto às disposições que dependem de regulamentação, cuja vigência será fixada no regulamento.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 66ª da Independência e 78ª da República. — H. Castello Branco — Otávio Bulhões.

LEI Nº 4.613 — DE 2 DE ABRIL DE 1968

Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, os veículos especiais destinados a uso exclusivo de paraplégicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos, os quais fiquem impossibilitados de utilizar os modelos comuns.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para os veículos que, pelas suas características e adaptações especiais, se destinem a uso exclusivo de paraplégicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos, os quais fiquem impossibilitados de utilizar os modelos comuns.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta lei não abrange o material com similar nacional.

Art. 2º A venda dos veículos importados na conformidade do artigo anterior será permitida, pela competente estação aduaneira, somente a pessoa nas mesmas condições de deficiência física, apuradas mediante inspeção por junta médica oficial.

Parágrafo único. Apurada fraude na importação ou na venda dos veículos importados com a isenção outorgada nesta lei, o infrator pagará os impostos de importação e de consumo, bem como a taxa de despacho aduaneiro, em dobro, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de abril de 1968; 141ª da Independência e 79ª da República. — H. Castello Branco — Otávio Bulhões.

Lei da Câmara nº 23, de 1968 (número 962-B-68, na Casa de origem), que altera o artigo 4º do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 24 de abril de 1968. — Nogueira da Gama, Presidente. — Alvaro Maia, Relator. — Mem de Sá.

ANEXO AO PARECER Nº 338, DE 1968

Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1968 (nº 962-B-68, na Casa de origem).

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:

Altera o artigo 4º do Decreto-lei número 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 4º do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca, e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Os efeitos deste Decreto-lei, de seus regulamentos, decretos e portarias dele decorrentes, se estendem especialmente:

- a) às águas interiores do Brasil;
- b) ao mar territorial brasileiro;
- c) às zonas de alto mar, em conformidade com as disposições dos tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil;
- d) à zona contígua, conforme o estabelecido no Decreto-lei nº 44, de 18 de novembro de 1956;
- e) à plataforma submarina, conforme o estabelecido no Decreto número 28.840, de 8 de novembro de 1950, e até a profundidade que esteja de acordo com os tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 339, de 1968

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1967.

Relator: Senador Alvaro Maia.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado número 75, de 1967, que dispõe sobre os trabalhos de vigilância em navios, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1968. — Nogueira da Gama, Presidente. — Alvaro Maia, Relator. — Mem de Sá.

ANEXO AO PARECER Nº 339, DE 1968

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1967.

Dispõe sobre os trabalhos de vigilância em navios, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A vigilância dos navios bem como dos serviços de carga e descarga, será feita por vigias portuárias matriculadas nas Delegacias do Trabalho Marítimo.

§ 1º Entende-se por serviço de vigilância o efetuado em trabalhos de carga e descarga, nos portais, porões, convéses, plataformas e outros, para os quais precise a delegação de vigia.

§ 2º O serviço deve permitir ao vigia tomar refeições, asseguradas as substituições.

Art. 2º O horário de trabalho dos vigias portuários é o regulado pelo artigo 278 da Consolidação das Leis

do Trabalho, atendidas as peculiaridades de conservar o trabalho de vigilância nas horas de refeições.

Art. 3º O chefe do serviço de vigilância será de livre escolha do empregador, desde que matriculado na Delegacia do Trabalho Marítimo local e, de preferência, sindicalizado.

Art. 4º O vigia portuário será selecionado em prova de habilitação, prestada perante Comissão Examinadora, especialmente designada pela Delegacia do Trabalho Marítimo, da qual farão parte um representante indicado pelo Sindicato dos Empregadores, outro designado pelo Sindicato dos Empregados e os mais que forem necessários. Nessa prova serão exigidos conhecimentos básicos de Português, História do Brasil e Aritmética.

§ 1º São condições para inscrição na prova de que trata o presente artigo:

- a) ser brasileiro;
- b) ter mais de 21 anos de idade e menos de 45;
- c) apresentar atestado de saúde passado por médico de instituição oficial ou autárquica;
- d) apresentar declaração de boa conduta firmada por duas pessoas de notória idoneidade;
- e) apresentar prova de quitação com o serviço militar;
- f) apresentar atestado de bons antecedentes passado por autoridade policial.

§ 2º Os Conselhos de Representantes das Delegacias do Trabalho Marítimo expedirão instruções regulamentando a prova de habilitação, que serão publicadas no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação no porto.

§ 3º Cinco dias antes da realização da prova de habilitação serão publicados editais avisando os candidatos, no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação no porto.

§ 4º Dentro do prazo de 30 (trinta) dias caberá recurso, em primeira instância, do resultado da prova, para o Conselho de Representantes.

Art. 5º O número de vigias será fixado anualmente, em cada porto, pela respectiva Delegacia do Trabalho Marítimo, obedecido o critério de caber a cada um, em média, 240 horas de salário normal por mês, e de conformidade com o movimento de cada porto.

Art. 6º As horas extraordinárias dos vigias portuários serão pagas da seguinte forma:

- a) adicional de 35% sobre o salário do dia, quando se tratar de trabalho noturno;
- b) adicional de 20% sobre o salário-hora, quando for trabalho em continuação;
- c) adicional calculado sobre o salário-hora, quando se tratar de hora destinada à refeição;
- d) adicional de 25% calculado sobre o salário-hora, quando o trabalho for realizado aos domingos;
- e) adicional de 100% calculado sobre o salário normal, quando o trabalho for realizado em dia feriado.

Art. 7º A cada cinco anos, no máximo, será realizado novo exame de saúde nos vigias portuários, os quais serão realizados pelo Instituto Nacional de Previdência Social, conforme requisição feita pela Delegacia do Trabalho Marítimo.

Art. 8º Em cada Delegacia do Trabalho Marítimo o respectivo Conselho de Representantes fará publicar em 90 (noventa) dias, a contar da publicação da presente Lei, no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação no porto, as instruções que baixará regulamentando os trabalhos dos vigias portuários.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, inclua as constantes do Decreto-Lei nº 127, de 31 de janeiro de 1967.

SENADO FEDERAL

TA DA 54ª SESSÃO, EM 24 DE ABRIL DE 1968

Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

(Extraordinária)

RESIDÊNCIA DOS SRS. GILBERTO MARINHO E VICTORINO FREIRE

As 19 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

- Adalberto Sena
- José Guimard
- Oscar Passos
- Alvaro Maia
- Edmundo Levi
- Arthur Virgílio
- Milton Trindade
- Cattete Pinheiro
- Achilles Cruz
- Sebastião Archer
- Victorino Freire
- Petrônio Postela
- José Cândido
- Sigfredo Pacheco
- Menezes Pimentel
- Luz de Barros
- Dinarte Mariz
- Manoel Villaga
- Pereira Diniz
- Argemiro de Figueiredo
- João Cleofas
- Pessoa de Queiroz
- José Ermirio
- Teotônio Vilela
- Rui Palmeira
- Arnon de Melo
- Dylton Costa
- José Leite
- Aloysio de Carvalho
- Eduardo Catalão
- Josaphat Marinho
- Carlos Lindemberg
- Eurico Rezende

- Paulo Torres
- Vasconcelos Torres
- Mário Martins
- Gilberto Marinho
- Milton Campos
- Benedicto Valladares
- Nogueira da Gama
- Carvalho Pinto
- Iino de Mattos
- Périckes Pedro
- Pedro Ludovico
- Fernando Cordeira
- Bezerra Neto
- Milton Menezes
- Mello Braga
- Alvaro Catão
- Antônio Carlos
- Guido Mondim
- Daniel Krieger
- Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debate.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE PARECERES

Parecer nº 338, de 1968

Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1968 (nº 962-B-68, na Casa de origem).

Relator: Senador Alvaro Maia.

A Comissão apresenta a redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de

Parecer nº 340, de 1968

Redação do vencido, para segundo turno, do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1967.

Relator: Senador Alvaro Maia

A Comissão apresenta, em anexo, a redação do vencido, para segundo turno, do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado número 47, de 1967, que dispõe sobre a heveicultura, o cultivo e a preservação de espécies botânicas na Região Amazônica, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1968. — Nogueira da Gama, Presidente — Alvaro Maia, Relator — Manoel Villaga.

ANEXO AO PARECER Nº 340, DE 1968

Redação do vencido, para segundo turno, do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1967.

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:

Dispõe sobre a heveicultura, o cultivo e a preservação de espécies botânicas na Região Amazônica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O ordenamento da exploração das espécies vegetais nativas e o estímulo à heveicultura previstos no art. 4º, alínea "g", da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, e art. 2º, item III, da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, respectivamente, serão efetuados de conformidade com o estabelecido na presente lei e seu regulamento.

Art. 2º A silvicultura, em qualquer das modalidades de que trata esta lei, terá por fim não só tornar a atividade economicamente estável como também preservar espécies e homogêneas a flora nas áreas determinadas.

Art. 3º Caberá à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) a aprovação, o financiamento, a orientação e a fiscalização dos planos de heveicultura, específicos, ou de silvicultura, em geral, na Região Amazônica.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará a atuação e a forma de participação do Ministério da Agricultura e do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) na execução desta lei e nas transações e atos nela previstos.

Art. 4º Para os fins previstos nesta lei, são reservados os seguintes recursos:

a) recursos orçamentários próprios dos órgãos indicados no artigo anterior.

b) 60% (sessenta por cento) dos incentivos fiscais concedidos pela Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966, e que tenham permanecido sem aplicação durante um semestre;

c) importância que resultar do percentual obrigatoriamente deduzido dos créditos mencionados no art. 45 da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, conforme dispuser o regulamento da presente lei;

d) outros recursos que os complementem ou os substituam.

§ 1º A participação financeira do IBRA e do Ministério da Agricultura será fixada no regulamento desta lei.

§ 2º Os incentivos fiscais, de que trata a alínea "b", serão aplicados de acordo com o critério que a SUDAM estabelecer, sem interferência dos beneficiados pelo art. 7º da Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966.

§ 3º Não será inferior a 20% (vinte por cento) a dedução a que se refere a alínea "c" deste artigo.

Art. 5º Nos planos de heveicultura, só será permitido o cultivo das espécies botânicas indicadas no item I do art. 4º da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967.

Art. 6º O proprietário de terras que pretender operar com base na presente lei apresentará pedido de fi-

nanciamento à SUDAM, indicando a espécie ou espécies botânicas cujo cultivo planeja, a superfície, a localização da área a ser cultivada e, ainda, o memorial descritivo do seu patrimônio territorial.

Art. 7º O financiamento constituirá transação em que o proprietário ou o beneficiário do financiamento área equivalente ao valor do financiamento solicitado.

§ 1º Se a propriedade, por sua pequena extensão ou condições fisiográficas, não comportar o desmembramento, ou deste resultar prejuízo econômico, o cultivo do plano, ou parte dele, poderá ser cobrado ao contratante para pagamento a longo prazo, a juro não superior a 6% a.a., pela forma que o regulamento estabelecer e atendidos o tipo e o ciclo das culturas pretendidas.

§ 2º Se não for conveniente ou exequível o plano de financiamento na forma indicada e na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo anterior, poderá ser adotado plano de colonização particular, aplicando-se, no que couber, o disposto nas Seções II e III do Capítulo II, Título III, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Art. 8º Não haverá, em qualquer hipótese, financiamento que abranja área superior a 3.000 hectares.

Art. 9º Deverá ser continua a área objeto do plano de cultura. Excepcionalmente, porém, tendo em vista a localização, as condições topográficas e a espécies a serem cultivadas poderá ser financiado plano que alcance áreas descontínuas.

Parágrafo único. As áreas descontínuas serão totalizadas para efeito de cálculos de financiamento.

Art. 10. As áreas dadas em pagamento serão vendidas ou arrendadas de conformidade com a legislação vigente e sob as condições e forma que o regulamento estabelecer.

§ 1º O financiado terá direito a continuar na exploração da propriedade, em toda a sua extensão durante o prazo de 5 (cinco) anos, pagando, a partir do segundo ano da implantação do plano, uma taxa de arrendamento que não deverá exceder de 6% sobre o montante da produção da área dada em pagamento.

§ 2º Vencido o prazo concedido, o financiado, tendo em vista a importância da continuidade das atividades na extensão territorial, devidamente comprovada pela SUDAM, poderá continuar a exploração da antiga propriedade, total ou parcialmente, pagando taxa de arrendamento não superior a 8% (oito por cento).

Art. 11. Será admitida a permuta de áreas quando a localização da pretencente ao pretendente ao financiamento não for favorável ou não oferecer condições de êxito à execução do plano.

Art. 12. Em todos os contratos baseados nesta lei será incluída cláusula que obrigue o financiado a promover o desenvolvimento da pecuária e da agricultura, com os tipos e nas proporções convenientes, de acordo com as necessidades locais, as possibilidades comerciais e a situação da área a ser explorada.

Art. 13. Serão tidos como em pleno aproveitamento, sem limite de área, durante o prazo de cinco anos, os seringueiros nativos da Amazônia que estejam sendo explorados na data da presente lei.

Art. 14. A SUDAM, ouvido o IBRA, poderá considerar determinadas áreas prioritárias ou de experimentação para efeito de implantação do sistema adotado, por esta lei.

Art. 15. O regulamento da presente lei será baixado dentro de 60 (sessenta) dias e disporá sobre:

a) normas de contrato;

b) modos de operação para os financiamentos e implantação dos planos;

c) avaliação de terras oferecidas em pagamento;

d) tipos e intensidade da pecuária e agricultura nos planos de financiamento;

e) exploração das terras pelo financiado;

f) arrendamento e venda das terras recebidas;

g) juros de financiamento e taxa de arrendamento e financiamento;

h) colonização particular;

i) diretrizes para os convênios entre a SUDAM, IBRA e Ministério da Agricultura;

j) dimensão das áreas para exploração planejada;

k) diretrizes para os convênios entre a SUDAM e os financiados para execução dos planos.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa há dois requerimentos de informações, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos. Vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Requerimento nº 404, de 1968

Sr. Presidente.

Requeiro, nos termos do Regimento, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura o seguinte pedido de informações:

1) Quais os critérios adotados pelo Ministério da Educação e Cultura para a instalação de bibliotecas escolares nos estabelecimentos de grau médio das cidades e municípios do País?

2) Qual o órgão do Ministério da Educação e Cultura caberá a tarefa de promover a instalação das referidas bibliotecas?

Sal das Sessões, 24 de abril de 1968. — Lino de Mattos.

Requerimento nº 405, de 1968

Sr. Presidente.

Requeiro, na forma regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social o seguinte pedido de informações:

1) Se o Departamento Regional do Trabalho do Estado de São Paulo tomou conhecimento das reclamações formuladas a propósito da desatenção que vem sendo dispensada ao público pela referida autarquia notadamente no Município de Marília; em caso afirmativo, quais as providências que houve por bem tomar?

2) Se aquela Autarquia já designou algum servidor para, conforme pedido da Edilidade daquele Município, atender às partes que a procuram?

3) Se o Departamento Regional do Trabalho tem fornecido, regularmente, carteiras profissionais a todos os interessados?

4) Qual o prazo comumente fixado para a entrega das referidas carteiras?

Sal das Sessões, 24 de abril de 1968. — Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, um dos requerimentos que acabam de ser lidos é dirigido ao Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, por sinal nosso colega Senador Jarbas Passarinho.

Desejo enfatizar, numa complementação aos termos do requerimento, a importância de que o mesmo se revele para os trabalhadores no Estado de São Paulo.

Conforme reclamações que constantemente me chegam às mãos, há regiões, no Estado de São Paulo, como é o caso, por exemplo, de Marília, que é uma cidade importante, em que o trabalhador necessitou de carteira profissional para poder trabalhar, para conseguir ser contratado, chega a aguardar até três meses na fila para que esta carteira lhe seja concedida.

Naturalmente, há de haver um meio pelo qual o Ministério do Trabalho, através de sua Delegacia Regional em São Paulo, encontre uma fórmula para atendimento mais rápido, principalmente no interior do Estado.

Sei que o fenômeno não se verifica na Capital, onde o serviço está devidamente organizado, e embora haja algum atraso, não é ele da monta do que acontece em cidades do interior, como exemplifico com uma cidade.

Nestas condições, eu gostaria que S. Exa., o nosso colega Senador Jarbas Passarinho além dos termos do requerimento levasse em consideração a complementação que estou fazendo e que é uma fórmula de um ministério Público favorecendo os que opõem a colaborar com a Administração ser favorecidos os trabalhadores que necessitam de suas carteiras profissionais para conseguir emprego.

Estas as palavras que me parecem necessárias para complementar o requerimento que acaba de ser lido pelo Sr. 1º Secretário. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Os requerimentos do Sr. Senador Lino de Mattos depois de publicados serão despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O nobre Senador Adalberto Sena no exercício da Liderança da Minoria propôs a substituição do nobre Senador Oscar Passos pelo nobre Senador Sebastião Archer na Comissão Mista do Congresso Nacional que dá parecer sobre o Projeto de Emenda à Constituição nº 1 de 1968.

Designo o nobre Senador Sebastião Archer, em substituição ao nobre Senador Oscar Passos, na Comissão Mista referida.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu respostas aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 1.032-67, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministro da Educação e Cultura — (Aviso nº 213-Br, de 19.4.68);

Nº 1.053-67, de autoria do Senador Rui Palmeira, enviada pelo Ministro da Saúde; (Aviso nº GB-27, de 19.4.68);

Nº 1.074-67, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministro dos Transportes (Aviso número 451-GM, de 19.4.68).

Nº 89-68, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, enviada pelo Ministro da Saúde (Aviso nº GB-240, de 19.4.68);

Vasconcelos Tôrres, enviada pelo Ministro da Indústria e Comércio (Aviso nº AP-32-68, de 18.4.68);

Nº 117-68, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, enviada pelo Ministro da Saúde (Aviso nº GB-239, de 19.4.68);

Nº 151-68, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministro da Indústria e Comércio (Aviso nº AP-81-68 de 18 de abril de 1968);

Nº 196-68 de autoria do Senador Lino de Mattos enviada pelo Ministério do Interior (Aviso nº BSB-119-68 de 17.4.68);

Nº 237-68 de autoria do Senador Vasconcelos Torres enviada pelo Ministério da Indústria e Comércio — (Aviso AP-8-68 de 18.4.68).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu, ontem, dia 23 de abril, do Presidente da República, Mensagem sob o nº 15, de 1968 (C.N.), encaminhando Projeto de Lei para limitação na forma estabelecida no Artigo 54, § 3º da Constituição.

Trata-se de projeto que dispõe sobre a redução e isenção de impostos na exportação e na importação.

Para leitura do expediente e demais providências iniciais da tramitação da matéria, previstas no Art. 1º da Resolução nº 1, de 1967, do Congresso Nacional, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, dia 24 de abril, às 21 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Mário Martins, que se acha inscrito. (Pausa)

O SR. ADALBERTO SENA:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Adalberto Sena.

O SR. ADALBERTO SENA:

(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, acabo de ouvir de V. Exª como é de praxe no início da sessão, a comunicação do recebimento de respostas a pedidos de informações. Note, porém, que está tardando muito a resposta do Ministério da Educação a um requerimento de minha autoria, de cujo número, infelizmente, não me lembro. Não indagava eu das razões pelas quais se vêm protelando, há muito tempo, as promoções dos funcionários daquela Secretaria de Estado.

Assim, pediria a V. Exª tomasse providências, no sentido de que o Sr. Ministro fosse avisado, mas que V. Exª entender, sobre tal demora, porque não sou tão ingênuo para recorrer à lei da responsabilidade, pois bem sei que esta em outro ponto, não foi feita pelo Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Mesa oficiará ao Sr. Ministro da Educação, a fim de S. Exª atender aos prazos regimentais, nas respostas devidas aos Srs. Senadores.

Tem a palavra o Sr. Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, por ocasião do pleito eleitoral de 1966, apresentaram-se os candidatos aos vários cargos que deveriam ser preenchidos. Entre eles, os de representantes à Assembleia Legislativa e à Câmara dos Deputados, pelo Estado de São Paulo.

A Justiça Eleitoral foi muito rigorosa no exame, ou melhor nas exigências para o registro desses candidatos.

Assim, apesar do protesto da direção Partidária do M.D.B. em São Paulo, a Justiça Eleitoral, exigia dos candidatos a prova ideológica. Era indispensável que o candidato recorresse ao Departamento de Ordem Política e Social e fizesse jurada ao requerimento de registro, da declaração de que não tinha antecedentes políticos de natureza subversiva, isto é, não era comunista.

Conforme disse, era uma exigência que ultrapassava o normal porque a Justiça Eleitoral já havia chamado jurisprudência que tem sido usada a de apenas considerar como não registrável somente aquela candida-

to que tivesse condenação passada em julgado, como elemento subversivo. Fora daí, a Justiça Eleitoral de São Paulo não ter tomado conhecimento dos simples relatórios policiais.

Nestas condições, e obedecendo ao rigorismo dessa exigência, os candidatos do MDB foram registrados, eleitos e diplomados. Na ocasião do recebimento dos diplomas, dois candidatos que se colocaram como suplentes da ARENA interpunderam recursos contra a diplomação de sete deputados federais do MDB e de dois estaduais. Isto em fins de 1966, pois que as eleições se realizaram a 15 de novembro desse ano.

O recurso foi encaminhado ao Superior Tribunal Eleitoral e, de maneira estranha, não foi imediatamente julgado.

Passaram-se os meses, mais de um ano, e há poucos dias, o Subprocurador da República, junto à Justiça Eleitoral, emitiu parecer favorável a pretensão daquelas personalidades, como disse, suplentes da ARENA, os quais admitem a hipótese de que, cassados os mandatos dos Deputados eleitos pelo MDB, venham a ser favorecidos na recontagem de votos.

A matéria foi, recentemente, abordada, nesta Casa, pelo eminente Senador Arthur Virgílio. Era, então, do meu desejo solicitar do nobre colega a oportunidade de alguns apartes, porque o assunto diz respeito, diretamente, à Chefia Partidária do MDB de São Paulo.

Entretanto, encontravam-se na Presidência desta Casa, e, assim não me foi dado prestar o esclarecimento sobre a matéria para dizer que está a mesma sendo devidamente cuidada pela chefia partidária, através dos advogados encarregados de estudá-la.

O Sr. Edmundo Levi — Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. LINO DE MATTOS — Concedo o aparte, com prazer.

O Sr. Edmundo Levi — Essa ameaça de cassação de mandatos de Deputados, tanto da esfera federal como da esfera estadual, estarrecem toda a Nação pela maneira como se procura, agora fazê-la, não pelo processo, através daquelas providências que a Constituição traçou. O que escandaliza, o que nos deixa a todos em situação de perplexidade são os motivos, as alegações em que se fundamenta o pedido de cassação do mandato dos nossos Colegas da outra Casa. Sabe V. Exª que uma das razões apresentadas, por exemplo, segundo li em jornal — se não me engano, a "Folha da Manhã" — é que um dos indicados, nesse processo de cassação, teria assistido a uma peça teatral, posteriormente considerada pela censura como subversiva. Há outras alegações, inclusive a de que um dos Deputados, indicados na lista de cassação, teria sido líder estudantil.

Deste modo, tem-se todas as características do subversivo, estando, assim, sujeito ao draconianismo da cassação de mandato. Vê portanto, V. Exª, que não somos só nós, do MDB — como tenho a certeza de que também os homens conscientes da ARENA — mas toda a população brasileira que se escandaliza com esse processo novo de cassar mandatos daqueles que, por qualquer maneira, devem ser desagradáveis, em algum setor, aos atuais donatários do Brasil.

O SR. LINO DE MATTOS — Assiste, realmente, razão ao nobre colega Edmundo Levi em estranhar as razões pelas quais os referidos suplentes da ARENA interpunderam recursos.

Estou convencido, Sr. Presidente, de que não havia mais necessidade de recorrer a tribuna para abordar matéria tão evidentemente criminosa. Pelo nobre Senador Arthur Virgílio. Faço-o, exclusivamente, em razão da

responsabilidade que tenho, como presidente do Diretório Regional do MDB de São Paulo, para uma satisfação à opinião pública, e particularmente, aos emedebistas do meu Estado. Assim, aqui do Senado da República, lhes digo que estamos absolutamente confiantes no ato espírito de justiça dos eminentes Ministros que integram o Superior Tribunal Eleitoral.

Não há necessidade de entrarmos no mérito da matéria. Conforme observa o Senador Edmundo Levi e, anteriormente, o Senador Arthur Virgílio, é de um ridículo espantoso o motivo pelo qual foi interposto este recurso. Nenhum dos atingidos se viu, ao longo das suas vidas envolvido em processo, que passasse em julgado e os condenasse como subversivos.

De sorte que não há, realmente, razão para aquele recurso, pretendendo a referida cassação de mandatos.

Nestas condições, Sr. Presidente, aguardamos, absolutamente descançados, porque confiamos na mansidão superior como agir, com muita certeza, o Tribunal Superior Eleitoral.

Era o que desejava dizer a propósito deste problema. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Da Ordem do Dia consta trabalho de Comissões. Se mais nenhum dos Srs. Senadores desejar usar a palavra, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1968 (nº 3.914-B-66, na Casa de origem), que autoriza a reversão de uma área de terra na Cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, à Prefeitura Municipal da mesma localidade, tendo Pareceres sob números 316, 317 e 318, de 1968 das Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, favorável — de Constituição e Justiça, favorável — de Finanças, favorável.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 29, de 1968, de autoria da Comissão Diretora, que põe à disposição do Governo da Paraíba, o Locutor de Radiodifusão PL-10, Leonel Amaro de Medeiros, da Secretaria do Senado Federal.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 30, de 1968, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta Erzila Luiza de Souza Mendonça, Oficial Legislativo, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 31, de 1968, que autoriza a Prefeitura da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a realizar contrato aditivo de financiamento para a execução das tarefas relacionadas com a elaboração do Estudo Econômico-Financeiro e do Pré-Projeto de engenharia do Metrô daquela Capital, bem como a realizar um novo contrato para execução dos projetos construtivos da Linha Norte-Sul do referido Metrô (Projeto apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer número 309-68), tendo Pareceres favoráveis, sob os números 310 e 311 das Comissões de Constituição e Justiça, e dos Estados para alienação e concessão de terras públicas e portuamento.

5

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 978, de 1967, de autoria do Sr. Senador Aarão Steinhilber, que solicita transcrição, nos Anais,

do Senado, do discurso proferido pelo Ministro Oswaldo Trigueiro perante o Supremo Tribunal Federal, em comemoração ao nonagésimo aniversário do nascimento do Sr. Raul Fernandes, tendo Parecer favorável, sob nº 306, de 1968, da Comissão de Constituição e Justiça.

6

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 277, de 1968, de autoria do Sr. Senador Mário Martins, solicitando transcrição, nos Anais do Senado do artigo "Revolução e Desenvolvimento", de autoria do Professor M. Poppo de Figueiredo, publicado no "Jornal do Brasil", em 21.3.68, tendo Parecer favorável, sob nº 305, de 1968, da Comissão de Constituição e Justiça.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19,25 horas.)

ATA DA 55ª SESSÃO, EM 24 DE ABRIL DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESENCIA DOS SRS. GILBERTO MARINHO, PEDRO LUDOVICO E GUIDO MONDIN.

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Alvaro Maia
Arthur Virgílio
Victorino Freire
José Cândido
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Dinarte Mariz
Manoel Villaca
Pereira Diniz
Armando de Figueiredo
João Cleofas
José Ernirio
Rui Palmeira
Alovisio de Carvalho
Carlos Lindenberg
Paulo Torres
Gilberto Marinho
Nogueira da Gama
Péricles Pedro
Pedro Ludovico
Mello Braga
Guido Mondin
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental declarado aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Agradecimento de comunicação referente ao pronunciamento do Congresso sobre veto presidencial:

Nº 146-68 (nº de origem 217-68), de 23 do mês em curso — com referência ao veto ao Projeto de Lei número 121-A-67, na Câmara e nº 135-67, que concede aos servidores públicos da União e aos das entidades autárquicas e parastatais federais, que lidam com raios X ou substâncias radioativas.

Nº 145-68 (nº de origem 218-68), de 23 do mês em curso — com referência ao veto ao Projeto de Lei número 3.297-68, na Câmara e nº 130-67, no Senado, que estende a entidades do assistencialismo médico-hospitalar o disposto no art. 5º da Lei nº 1.046, de 2.1.60, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento;

Nº 146-68 (nº de origem 219-68), de 23 do mês em curso — com referência ao veto ao Projeto de Lei número 4.071-A-66, na Câmara e nº 20-66, no Senado, que autoriza consignação em folha de pagamento a favor da Sociedade Financeira dos Servidores Públicos do Brasil (FINABRA).

Agradecimento de comunicação referente ao pronunciamento do Senado sobre nome indicado para cargo cujo provimento depende de prévia aprovação dessa Casa do Congresso Nacional:

Nº 147-68 (nº de origem 220-68), de 23 do mês em curso — com referência à aprovação da escolha do Senhor Egberto de Faria Melo para integrar o Conselho Deliberativo da Casa da Moeda, como representante do Departamento de Rendas Internas.

PARECERES

Parecer nº 341, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei da Câmara número 41, de 1968 (número 1.042-B-68, na Casa de origem), que altera a Lei número 5.258, de 10.4.67, que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e da outras providências.

Relator: Senador Aloysio de Carvalho.

Sobre o Projeto de Lei remetido pelo Poder Executivo, e que tomou no Senado o número 41, de 1968, sendo seu objetivo alterar a Lei nº 5.258, de 10 de abril do ano passado, que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais, manifestou-se, na Câmara dos Deputados, a sua Comissão de Constituição e Justiça, por parecer favorável, datado de 14 de março último.

Aqui, a Mesa distribuiu a matéria exclusivamente a esta Comissão, não o fazendo a Comissão de Projetos do Executivo. Serviu-se, para isso, do disposto no art. 94-C do Regimento Interno, que, estabelecendo a competência da recém-criada Comissão de Projetos do Executivo, declarou, no § 2º, dispensado o seu pronunciamento, quando a proposição diga respeito a matéria da competência exclusiva desta Comissão ou da de Finanças.

A matéria constante do Projeto em causa insere-se, positivamente, na ressalva. Não caberia, pois, à Comissão de Justiça manifestar-se sobre aspectos de constitucionalidade ou juridicidade da proposição, senão examiná-la em profundidade ou seja no seu mérito. Prevalendo esse entendimento, o único cabível, não cumpre à Comissão de Projetos do Executivo a apreciação do Projeto, isto com base no referido artigo 94-C — § 2º.

Como disposição de ordem geral, porém, o artigo 86, em sua letra c, prescreve que a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa compete "opinar, obrigatoriamente, sobre a constitucionalidade e juridicidade de qualquer proposição sujeita ao pronunciamento do Senado", exceto as matérias já apreciadas pela Comissão de Constituição e Justiça na Câmara dos Deputados, caso em que a sua audiência dependa de pronunciamento do Plenário.

Estamos, assim, em face de duas disposições aparentemente colidentes, e a Comissão de Constituição e Justiça tem decidido, mais de uma vez, pela sua não audiência em hipóteses tais, mesmo em se tratando de Projeto do Executivo, salvante, é claro, requerimento aprovado pelo Plenário.

Ao invés, porém, de seguirmos, de plano, essa orientação, diante de um projeto como este, que consubstancia normas sobre medidas aplicáveis a menores infratores, convidamos a Co-

missão a uma meditação sobre o assunto.

A competência desta Comissão de Constituição e Justiça está discriminada no art. 86 do Regimento Interno, através de oito letras, a primeira das quais declara a sua competência para "emitir parecer" sobre as matérias que a seguir enumera, ao passo que a letra c, aquela em que se insere a invocada vedação, dispõe que a Comissão opinará, obrigatoriamente, sobre a constitucionalidade e juridicidade de qualquer proposição sujeita ao pronunciamento do Senado, com exceção, como vimos, da matéria que já houver sido apreciada na Câmara dos Deputados, pela sua Comissão de Constituição e Justiça.

Há, sem dúvida, no que expõem as duas disposições regimentais, uma competência que podemos definir como *específica*, num caso, e simplesmente *preliminar* ou *prejudicial*, noutro caso, esta aplicável à generalidade das matérias, a outra concernente a determinadas matérias, que são cuidadosamente enunciadas. A exceção de não audiência da Comissão de Justiça está inclusa na parte em que se dispõe sobre a competência para a generalidade das matérias, o que faz presumir, de logo, não devesse estender-se às hipóteses da competência específica.

Enquanto isso, um fato novo ocorreu, que foi o da criação da Comissão de Projetos do Executivo, com a atribuição de opinar, *quanto ao mérito* (sic) sobre as proposições de iniciativa do Poder Executivo, não excluindo, porém, o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o aspecto constitucional na matéria, quando não o tenha sido feito na Câmara dos Deputados e o da Comissão de Finanças, quando ao aspecto financeiro (Resolução nº 6, de 1964, incluindo o art. 94-C, § 1º, letras a e b). Acontece que no § 2º desse artigo, introduziu-se a regra que dispensa o pronunciamento da Comissão de Projetos do Executivo, quando a proposição disser respeito a matéria da competência exclusiva da Comissão de Constituição ou da de Finanças. Levadas as novas disposições regimentais ao emendamento que tem sido firmado nesta Comissão, resultaria, inelutavelmente, que um Projeto do Executivo sobre matéria específica da Comissão de Justiça não viria à Comissão, exatamente por ser Projeto do Executivo sobre que se pronunciara a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados; mas também não iria à Comissão de Projetos do Executivo, por ser a matéria da competência específica da Comissão de Justiça. Em última análise, nenhuma das duas Comissões competentes do Senado falaria sobre o Projeto, que entraria na ordem do dia desacompanhado de qualquer pronunciamento de natureza técnica.

Alguma coisa, portanto, está em desacerto, e antes que uma reforma regimental esclareça o aparente desacordo, cumpre-nos reexaminar o assunto, para uma deliberação lógica. Diante do exposto, e penitenciamdo-nos perante o honrado Senador Carlos Lindenberg por havermos influido na rejeição, há poucos dias, de parecer de sua autoria, no sentido que agora alcançamos, oferecemos este parecer preliminar, sustentando que, em contrário à orientação desta Comissão, seja mantida a vista que nos foi dada de ofício, pela Mesa para pronunciamento sobre Projeto de nossa competência específica, por força do art. 86, letra a, item 6, do Regimento Interno.

Sala das Comissões, 16 de abril de 1968. — Milton Campos, Presidente — Aloysio de Carvalho, Relator — Petrólio Portela — Argemiro Figueiredo — Edmundo Levi — Álvaro Nolas — Bezerra Neto.

Parecer nº 342, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1968 (nº 1.042-B de 1968 na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.258, de 10.4.67, que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de dezoito anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e da outras providências.

Relator: Senador Aloysio de Carvalho.

O Projeto de Lei nº 41, de 1968 (nº 1.042-B na Casa de origem) — iniciativa da Presidência da República — altera os artigos 1º, 2º, incisos e parágrafos, 4º, 6º e 15, § 2º, da Lei nº 5.258, de 10 de abril de 1967, que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais.

Além dessas modificações, estabelece o Projeto que o valor da multa referida no art. 128, § 7, do Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 (multa aos empresários, diretores ou donos de estabelecimentos cinematográficos ou aos responsáveis pelos espetáculos que consentirem no ingresso, não permitido em lei, de menores, não poderá ser inferior à metade nem superior ao duplo do salário-mínimo vigente na região, aplicada em dobro no caso da reincidência. Anteriormente, isto é, pelo citado Decreto nº 17.943-A, que consolidou as leis de assistência e proteção a menores, a multa era de cinquenta a duzentos cruzeiros velhos, elevada, na hipótese de reincidência, ao dobro. Ali, como ainda agora, a imposição dessa multa corresponde a cada menor admitido ao espetáculo.

Por emenda aprovada na Câmara dos Deputados, foi ainda inscrito no Projeto, constituindo o seu artigo 3º, texto pelo qual "na fiscalização de menores também são competentes, indiscriminadamente, (sic) os membros do Ministério Público", assegurando-se-lhes direito de "livre ingresso em todas as casas de espetáculo teatros, diversões, estabelecimentos cinematográficos, clubes sociais, salões de jogos, praças de esportes, hipódromos, asilos, fundações, hospitais, casas de custódia, depósitos de presos, reformatórios, estabelecimentos que admitem trabalhos de menores e de educação profissional" (sic). Não há limite, como se vê, a esse singular direito chamado de "livre ingresso". E a circunstância de ele se exercer "indiscriminadamente", como expresso no contexto da disposição, faz antever, de logo, os abusos a que pode dar lugar, não sendo para desprezar que numerosos membros do Ministério Público teriam acesso, sem qualquer ônus, a uma mesma festa de clube social, circunscrita, de ordinário, aos que são associados e pagam mensalidade exatamente para o gozo desse privilégio.

O primeiro artigo da Lei número 5.258 alterado pelo Projeto é, precisamente, o artigo inicial. Na lei está dito que "os menores de 14 anos que praticarem fatos definidos como infrações penais ficam sujeitos a medidas de proteção, assistência, vigilância e reeducação, de acordo com a sua personalidade e a natureza, os móveis e as circunstâncias do fato". O Projeto reduz todo esse enunciado ao seguinte: "Os menores de 18 anos ficarão sujeitos, pela prática de fatos considerados infrações penais, às normas estabelecidas nesta Lei". Em consequência disso, o artigo 2º da Lei, que se reportava aos maiores de 18 anos, submetendo-os a determinadas medidas, além das mencionadas no artigo 1º para os menores de 14 anos, passa a ter outra redação, em que se enumeram as medidas aplicáveis aos infratores que estejam

entre aqueles limites de idade, tornando-se, destarte, desnecessária a ênfase com que o artigo 1º da lei se refere aos menores de 14 anos. E que para tais infratores juvenis, própria lei admitia, em seu artigo 4º, que a autoridade policial, logo que tivesse conhecimento da ocorrência, fizesse apresentar o menor e as testemunhas ao juiz competente, o qual, sem prejuízo do disposto na lei em causa, procederá na forma do Código de Menores (Decreto nº 12 de outubro de 1927 — arts. 68, seus parágrafos e 79), não podendo, entretanto, a internação, de que a lei se cogitava em asilo, casa de educação, escola de preservação, prolongar-se além da data em que o menor completasse dezoito anos. O Projeto repete a norma do artigo 4º da Lei nº 5.258, silenciosamente, porém, sobre essa ressalva.

Quanto ao artigo 6º, a alteração proposta pelo Projeto é a de simples supressão do parágrafo em que se permitia reexame pelo próprio juiz de sua decisão em casos de relaxamento da medida de internação do menor infrator. Finalmente, alterando o valor da multa prevista no § 2º do artigo 15, ensejando reexame da decisão do juiz nos termos do artigo 6º, parágrafo 1º, o Projeto modifica esse valor para quantia superior a dois salários-mínimos vigentes na região, e uma vez que, em disposição anterior, eliminou do artigo 6º o parágrafo 2º, transformando em único o parágrafo que em primeiro, só se refere, agora, ao artigo 6º, isto é, sem qualquer ressalva ao parágrafo.

A proposta governamental não oferece nenhuma perspectiva de vulto, por forma a aperfeiçoar o vigente sistema de proteção e assistência ao menor, seja o menor abandonado, seja o menor infrator, que possuímos, no particular, de modo nenhum nos recomenda perante os outros povos. Se as leis têm significância no encarem o momento problema, a prática das providências por elas propugnadas tem significância, dispersiva, ineficaz, por assim dizer nula. Alguns magistrados, a sua atuação inteligente e humanitária, é que buscam suprir as deficiências da lei e da prática, apelando, tantas vezes, para a generosa iniciativa privada. Recordem-se a passagem, como exemplo dessa judicatura esclarecida, duas eminentes figuras, a do Juiz de Menores do então Distrito Federal, Dr. J. A. Melo Matos, que ligou o seu nome cuidadosa elaboração, em 1927, o chamado "Código de Menores", fundado, por certo, a êxito, se a correspondesse a devida execução com o uso dos instrumentos de ação específica nele previstos, e o antigo Juiz de Direito Privativo da Varza de Menores na capital de São Paulo, Dr. Eduardo de Oliveira Cruz, que em determinada época realizou meritorioso trabalho pela causa do menor desajustado, conclamando à tarefa governo e povo paulistas que em verdade, não o desajudaram.

Promulgado, em 1940, o novo Código Penal, com profunda modificação no que se referia à disciplina penal do menor, uma vez que elevou até 18 anos o período da irresponsabilidade plena, dantes limitada nos nove anos eliminando, por outro lado, o critério de discernimento para a ocorrência de pena, se estivesse o infrator entre nove e quinze anos, houve que ajustar a novas mandamentos o antigo código dos menores, resultando daí o Decreto nº 6.026 de 24 de novembro de 1943, cujo artigo 2º enunciava as medidas aplicáveis no período dos 14 aos 18 anos na conformidade da existência, ou não, da periculosidade do agente, determinando-se, ainda, pelo artigo 3º, que em se tra-

Nesse particular — continua — a expressão de medida cruel, encontrada no texto americano, bem

como caracteriza a norma em questão, porque com ela se tira ao indivíduo as possibilidades de uma atividade profissional que lhe permite manter-se a sua família".

4. Baseado, em resumo, nessas razões, conclui o voto, que se converteu na decisão assentada:

"Assim, concebo em parte a ordem aos pacientes, por considerar inconstitucional no que se refere ao exercício de profissões liberais e de emprego em entidade privada, porque a aplicação da medida vem privar os pacientes dos meios de subsistência, garantia implícita na Constituição porque decorre da garantia expressa no art. 150 da Constituição que assegura a todos a inviolabilidade dos direitos concernentes a vida, e dos princípios implícitos a que se refere o § 35 do art. 150. E, portanto, um direito que decorre também do regime adotado pela Constituição. Por esses mesmos fundamentos não me parece que sotram a mesma restrição as limitações impostas aos que exercem função pública em administração centralizada ou descentralizada porque a suspensão não os priva dos meios de subsistência, de acordo com a legislação vigente".

5. Em seu voto, o Ministro Evandro Lins declarou que o art. 48 "é uma disposição excrescente, mesmo dentro do sistema do decreto-lei que a contém". E explicou: "A única pena acessória prevista na Lei de Segurança é a que está contida no seu art. 50" — ou seja, a suspensão de direitos políticos por dois a dez anos, na forma do art. 151 da Constituição de 1967. Por isso mesmo, proclamava

"a inconstitucionalidade de todo o art. 48, inclusive dos seus §§ 1º e 2º, porque, mais excrescente do que o artigo, em si, é o seu parágrafo 2º, conjugado com o parágrafo 1º, que manda punir, com a pena de crime cometido por terceiro, o empregador ou o chefe de serviço que consentir no exercício da profissão ou do emprego, até em empresa de natureza privada.

Se a lei de segurança não impõe a pena de suspensão de exercício da profissão ou do emprego como pena acessória isto é, depois de apurada a culpabilidade do acusado, não a pode, logicamente, impor antes de sentença. O que fere tão violentamente a lógica, não pode ser adotado como norma jurídica válida.

A lei não podia criar essa forma de punição preventiva, sem ferir os princípios gerais, o sistema das garantias e dos direitos assegurados pela Constituição, como o demonstrou, proficientemente, o eminente Sr. Ministro Relator".

6. Diante da amplitude desse voto de discussão havida, ficou esclarecido que o Relator não considerou inconstitucional a parte do art. 48 concernente à suspensão de funcionários públicos e autárquicos porque há, no particular, "norma administrativa" específica, inserida no Estatuto próprio. Em consequência, o Ministro Evandro Lins acompanhou o Relator, pois o seu voto, na realidade, chega a conclusão semelhante, porque subordina a suspensão de servidores ao Estatuto dos Funcionários Públicos".

7. Em suma, a decisão declarou inconstitucional o art. 48

no que se refere a profissões liberais e a empregos em atividades privadas".

E' o que consta do extrato da Ata,

Na ementa do Acórdão, o Relator sumaria os fundamentos essenciais da decisão, e elucida:

"A inconstitucionalidade não atinge as restrições ao exercício da função pública porque a legislação vigente sobre funcionários públicos, aplicável à espécie, assegura uma parte dos vencimentos dos funcionários atingidos pelo art. 48 do referido decreto-lei."

Por fim, a ementa observa, em harmonia, ainda, com a passagem esclarecedora do voto:

"A inconstitucionalidade se estende aos parágrafos do art. 48, porque estes se referem à execução das normas previstas no artigo e consideradas inconstitucionais."

A decisão, assim delineada, foi adotada por treze dos quatorze Ministros presentes, pois o Ministro Amaro Santos, embora julgando incabível o *habeas corpus*, no mérito apoiou o Relator, e somente não votou o Presidente, Ministro Luiz Gallotti.

8. Portanto, a decisão, quer por fundamentos, quer pelo *quorum* que a fundamenta, quer pelo *quorum* que a consagrou, e sem discrepância no essencial, tem nitido caráter de julgamento definitivo e irretirável. Seguramente autoriza a suspensão da vigência do art. 48, nos limites determinados.

Tanto mais tranquilo é o nosso pronunciamento quanto arguimos, em discurso na sessão de 17 de abril de 1967, a inconstitucionalidade da Lei de Segurança Nacional,

E a propósito do art. 48 e seus parágrafos, observamos: "Quer dizer, pois, que se impõe, *sem julgamento*, a quem é apenas indiciado ou acusado, a medida desumana de negar, pela suspensão do emprego e da profissão, as condições elementares de subsistência".

9. Isto posto, optamos pela suspensão da vigência do art. 48 do Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967, na forma do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33, DE 1968

Suspende a vigência, em parte, do art. 48 do Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967

Art. 1º É suspensão, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, de 21 de fevereiro do ano corrente, proferida nos autos da petição de *habeas corpus* nº 45.233, do Estado da Guanabara, a vigência do artigo 48 e seus parágrafos do decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967, no que se refere a profissões liberais e a empregos em atividades privadas.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1968. — Milton Campos, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Eurico Rezende — Antônio Carlos — Edmundo Levi — Alvaro Maia — Carlos Lindenberg.

Parecer nº 345, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a Consulta nº 1, de 1968, do Sr. Senador Nogueira da Gama, sobre questão decorrente do art. 85 da O.A.B., que declara impedidos de exercer a advocacia, mesmo em causa própria, os "membros do Poder Legislativo, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, das entidades paraestatais, das sociedades de economia mista ou empresas concessionárias de serviço público."

Relator: Senador Edmundo Levi.

O Senador Camilo Nogueira da Gama dirigiu ao Sr. Presidente do

Senado requerimento cujo parágrafo inicial, a seguir transcrito, parece indicar os motivos da proposição:

"Requeiro a V. Exª se digne de encaminhar à d. Com. de Constituição e Justiça a consulta que passo a expor, como um caso que pode se vincular à formulação de futuro projeto de lei sobre a matéria."

Esclarece a seguir:

"A questão decorre, concretamente, do artigo 85 do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, que declara impedidos de exercer a advocacia, mesmo em causa própria, os membros do Poder Legislativo, contra ou a favor de pessoas jurídicas de direito público, das entidades paraestatais, das sociedades de economia mista ou empresas concessionárias de serviço público."

"O dispositivo disciplina o preceito do artigo 36, II, letra 'd', da Constituição do Brasil."

E completa:

"Trata-se de saber se essa proibição se estende aos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, como peculato, emprego irregular de verbas extravio de livros ou documentos, excesso de exação e outros, previstos nos artigos 312 e 337 do Código Penal."

2. Inicialmente, em face dos textos reproduzidos, cabe situar a proposição, isto é, buscar, regimentalmente, o seu enquadramento. Parece-nos que poderá ser considerada uma indicação (art. 206, III), que "corresponde a sugestão do Senador ou Comissão para que o assunto nela focalizado seja objeto de providências ou estudo pelo órgão competente da Casa, com a finalidade de seu esclarecimento ou formulação de proposição legislativa" (art. 220).

Não será assim uma "consulta", com o objetivo de interpretar o artigo 85 do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil em face do que dispõe o art. 36, II, "d", da Constituição vigente. Aliás, com esse caráter, a proposição encontraria obstáculo, eis que, segundo entendemos, ao seu curso se contrariaria o art. 222, I, "a" do Regimento Interno do Senado.

3. A Constituição vigente a partir de 15 de março de 1967 impõe entre outros impedimentos ao parlamentar, o de patrocinar, desde a posse, "causa em que seja interessada" pessoa de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público (cf. art. 36, I, "a", II, "d"). É um princípio que, introduzido na Constituição de 1934 art. 33 nº 4 mantido pela de 1937 art. 44, "e", foi conservado pela de 1946 nos seguintes termos:

"Art. 48. Os deputados e senadores não poderão:

I —

II — desde a posse:

d) patrocinar causa contra pessoa jurídica de direito público."

Até maio de 1963 regulava ordinariamente a proibição o art. 11, V, do Regulamento da Ordem dos Advogados do Brasil. Considerava impedidos de funcionar em juízo, mesmo em causa própria "os membros do Poder Legislativo federal estadual ou municipal... como procuradores, de empresas concessionárias de serviço público, subvencionadas pelos cofres públicos, ou da qual a Fazenda Pública seja acionista ou associada, e ainda em toda e qualquer causa contra a Fazenda Pública ou em que

tenha interesse, principal e direto, o ramo da Fazenda Pública a quem, por seus cargos, se achem ligados". Posteriormente, menos explicitativo, o art. 85, III, da Lei nº 4.125, de 27 de abril de 1963 declarou "impedidos de exercer a advocacia, mesmo em causa própria, membros do Poder Legislativo, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, das entidades paraestatais, das sociedades de economia mista ou de empresas concessionárias de serviço público". Mas, dada a generalidade do preceito constitucional então regulado, o dispositivo legal dizia bastante.

4. A Carta atual dispõe de maneira mais limitativa. Não se contenta em impedir o patrocínio de causa contra, como preservam os Estatutos básicos de 1934, 1937 e 1946, mas sujeita a perda de mandato o deputado o senador que patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades que menciona no seu art. 36, I, a.

Reproduzamo-lo:

"Art. 36. Os Deputados e Senadores não poderão:

I —

II —

d) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea a do nº I (isto é, entidade estatal de qualquer natureza: União, Estados, Municípios, autarquias, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público).

5. Que se deve entender na expressão "em que seja interessada"? Quando haverá interesse de pessoa de direito público ou de outras entidades estatais? Exigir-se-a que esse interesse seja direto mediato ou bastará que haja apenas interesse? Nos crimes de peculato, emprego irregular de verbas, concussão, corrupção e outros enquadrados como crimes contra a Administração Pública, não haverá legítimo interesse de entidade pública? E que dizer-se das ações de indenização movidas contra qualquer dos ramos da Fazenda Pública (federal, estadual ou municipal), ou entidades a ela vinculadas? E que dizer-se quando qualquer das entidades mencionadas no item I, alínea a do art. 36 da Constituição figurar como litisconsorte mesmo facultativo?

6. Ao ilustre autor do requerimento "parecer aceitável a interpretação de que dito Estatuto (da Ordem dos Advogados) tem como escopo um impedimento compreensivo tão-somente dos feitos em que aludidas pessoas jurídicas e entidades sejam partes diretas, em relações de ordem administrativa ou patrimonial, no campo do direito constitucional, civil, comercial, marítimo, aeronáutico e de trabalho, quando sua representação se faz por meio de procuradores próprios, de caráter funcional permanente". Evidentemente fixou-se o nobre autor da proposição no dispositivo da lei disciplinadora da profissão que impede o exercício da advocacia aos "membros do Poder Legislativo contra ou a favor da pessoa jurídica de direito público, das entidades paraestatais das sociedades de economia mista ou de empresas concessionárias de serviço público". Mas a Constituição de 1967 alterou profundamente a redação do preceito: deu-lhe maior amplitude envolveu novos aspectos, gerando em consequência, maior restrição. Não cuida de posição, não considera que a advocacia se faz contra ou a favor, mas cuida de participação, atenta em que haja interesse de entidade pública, tem em conta que seja interessada pessoa de direito público, entidade estatal, autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público.

7. Mas será absoluto o dispositivo constitucional vetativo, gerador de penalidade de perda de mandato?

Parece nos que não. A própria amplitude da que se apresenta reclama regulamentação; a generalidade do enunciado impõe disciplinação. Poder-se-á ter o preceito como auto-executável naquilo que se torne evidente, bastando-lhe, para a sua inteligência, a forma disciplinadora do art. 85, III, do Estatuto da O.A.B. Por exemplo, uma ação de indenização intentada contra a Fazenda, Mas já não se poderá considerá-lo em tal caráter nas diversas implicações que ele poderá conter, como no caso de uma ação trabalhista para anular uma suspensão injusta imposta a um empregado da sociedade de economia mista ou na hipótese de concurso de credores, de que participe uma empresa desta qualificação. O próprio ilustre autor da indicação, embora considerando apenas a posição *contra* ou a *favor*, entende que: "1º) o impedimento refere-se aos feitos *contra* as entidades pessoas e entidades, não parecendo, por isso, ser extensivo, dado o seu caráter restritivo, ao processo *crime contra outrem ou terceiro*, 2º) não está em jogo, nesse processo, o reconhecimento de qualquer direito ou ressarcimento de eventuais danos, mas a liberdade individual, para cuja defesa não devem nem podem prevalecer quaisquer impedimentos, pouco importando que sejam vítimas, no terreno civil, aquelas pessoas ou entidades."

8. Pontes de Miranda vê como fundamento do artigo 36 da Lei Maior, "razões de ordem moral, que libertem os órgãos do povo dos tentáculos do Poder Executivo e das sugestões subornantes." Parece-nos, entretanto, que não só o objetivo moral domina o espírito da disposição; mas até sob a feição criminológica poderá ser considerado, pois a sua inexecução acarreta a pena mais drástica em que poderá incorrer um parlamentar: a perda do mandato. E é o próprio eminente Mestre quem enxerga "sugestões subornantes", possibilidade de crime, portanto, na formação de contratos, na aceitação de patrocínio de causa em que figura entidade estatal.

O problema suscitado pelo Ilustre Senador Nogueira da Gama, como se pode inferir da sua exposição e do que se alinha nesta breve análise, requer exame cuidadoso e colação que, atendendo aos objetivos da vedação constitucional, evite, entretanto, o draconianismo que ao invés de livrar "dos tentáculos do Poder Executivo", exporia o parlamentar à expressão, a ilimitada que o imediatismo até de prestar legítima assistência a vítimas de arbitrariedades, de abusos de agentes do Poder público, infelizmente não tão raros como exemplos para que se procure sempre a adoção de medidas acuradas.

E assim sem desrespeito ao art. 222, I, do regimento interno, julgamos haver examinado o quanto bastante a proposição elaborada pelo eminente senador Nogueira da Gama, tendo em mira a possibilidade ou a necessidade da "formulação de futuro projeto de lei sobre a matéria".

Sub censura.

Sala das Comissões, 23 de abril de 1968. — Milton Campos, Presidente; Edmundo Levi, Relator; Eurico Rezende, Joséphot Marinho, Antônio Carlos; Alvaro Maia; Carlos Lindenberg.

Parecer nº 346, de 1968

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1968.

Relator: Senador Alvaro Maia

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado número 5, de 1968, que estende aos dependentes do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de

Serviço o direito assegurado pelo artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

Sala das Sessões, 24 de abril de 1968. — Manoel Villaga, Presidente; Alvaro Maia, Relator; Edmundo Levi.

ANEXO AO PARECER Nº 346, DE 1968

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1968, que estende aos dependentes do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço o direito assegurado pelo artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O valor da conta vinculada do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e que vier a falecer, será pago pelo Banco depositário, em quotas iguais, aos respectivos dependentes habilitados perante o Instituto Nacional de Previdência Social.

§ 1º O pagamento será feito com a comunicação do Instituto Nacional de Previdência Social, que mencionará a data do óbito, os nomes dos dependentes habilitados e quando houver menores, a data do nascimento de cada um deles.

§ 2º Ficará retida, à disposição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, vencendo juros, à taxa vigorante na data do falecimento do empregado com a correção monetária, a quota atribuída a dependente menor, até que complete dezoito anos, salvo autorização judicial para o respectivo levantamento.

§ 3º Decorridos dois anos do falecimento do empregado, e não havendo dependentes habilitados, o montante da conta vinculada reverterá a favor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, e das normas consequentes.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 347, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1968 (nº 912-B-68 na Câmara), que modifica a redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.

Relator: Senador Carlos Lindenberg.

O presente projeto, que modifica diversas disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovadas pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1943, retorna ao exame desta Comissão face à aprovação em Plenário do Requerimento nº 391, em que o Senhor Senador Josephat Marinho solicitou o adiamento da votação do projeto "para reexame da Comissão de Constituição e Justiça".

Dentro do curto prazo de que dispomos, reexaminamos, com a devida atenção, o projeto e as emendas de Plenário a ele oferecidas.

Mantemos, em suas linhas gerais o parecer que, sobre a matéria, pronunciamos oralmente na sessão de 13 do corrente. Julgamos oportuno, no entanto, fazer duas alterações ao mesmo: uma diz respeito às Emendas números 2 e 3, à última das quais apresentamos subemenda, e a outra à Subemenda que apresentamos à Emenda nº 13, que julgamos atender melhor aos seus objetivos se redigida de outra forma. Mais adiante explicaremos pormenorizadamente essas modificações.

Com a finalidade de melhor esclarecer a matéria, entendemos oportuno examinar novamente as emendas uma a uma, ampliando os comentários e esclarecimentos a seu respeito.

A Emenda nº 1-CLS altera o artigo 2º do projeto, que escalona a ordem dentro da qual o Sr. Presidente

da República deve proceder às nomeações dos juizes do Tribunal Superior do Trabalho. A emenda estabelece que as vagas deixadas pelos atuais ocupantes serão preenchidas "por magistrados, membros do Ministério Público junto à Justiça do Trabalho e advogados, na forma dos artigos 113, § 1º e 133, § 1º, da Constituição do Brasil". Adota, dessa forma, a praxe usada em todos os outros Tribunais Superiores, como o Tribunal Federal de Recursos, o Tribunal de Contas da União e o Superior Tribunal Militar. Além disso não é própria, numa lei comum, vincular-se atribuições constitucionais do Presidente da República a determinações específicas regulamentares, como é feito no projeto. Ao fazer uso de algumas das suas prerrogativas, o Presidente da República, evidentemente, terá de ater-se às demais disposições existentes na Carta Magna sobre a matéria. Opinamos, assim, favoravelmente à Emenda nº 1-CLS.

Passemos, a seguir, a apreciar as 18 Emendas de Plenário.

A Emenda nº 1, ao artigo 1º, complementa a de nº 8, ambas de autoria do Senador Vasconcelos Torres. Esta última determina a alteração de mais um artigo na Consolidação das Leis do Trabalho, o de nº 721, com vistas a atualizar o seu texto à legislação vigente, substituindo a expressão "Oficial de Diligência" por "Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador" disposto sobre a criação nos Tribunais Regionais do Trabalho de um órgão específico para distribuição de mandados judiciais e dilatando de sete (7) para nove (9) dias, o prazo para cumprimento dos atos decorrentes dos julgados, o que segundo o autor, "se justifica pelo volume cada vez mais crescente de mandados". Nada havendo a arguir contra a medida, opinamos pela rejeição da Emenda nº 1 e pela aprovação da de nº 8 na forma de subemenda que apresentamos, englobando as duas.

A Emenda nº 2, ao artigo 1º, apresentada pelo Senador Manoel Villaga repele, praticamente *ipsis literis*, o § 1º do art. 670 da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação dada no projeto, modificando, tão-somente, o número de anos de prática forense exigido para que os advogados e os membros do Ministério Público possam ser escolhidos para juiz togado dos Tribunais Regionais que passa de dez (10) para sete (7). O Autor alega ser dez anos um prazo desnecessariamente longo para se comprovar a familiaridade do advogado com as lides forenses, uma vez que o mesmo, em muito menos tempo, fica em condições para desempenhar funções judiciais. Em abono de sua tese, lembra que "a maioria dos Estados da Federação é dado ao advogado ser juiz com um ou dois anos de prática forense" e que, com muito mais razão "o advogado com 7 anos de militância profissional está perfeitamente capacitado para membro de um Tribunal Regional do Trabalho".

A Emenda nº 3 visa, igualmente, a modificar o § 1º do artigo 670 da referida Consolidação. Suprime a expressão — "escolhidos livremente pelo Presidente da República" — constante do caput do parágrafo e inclui, *in fine* do mesmo, após a hipótese de promoção por merecimento, o caso de preenchimento das vagas reservadas a advogados e membros do Ministério Público.

Confrontando as emendas e o texto do projeto parece-nos preferível adotar-se somente a alteração proposta pela Emenda nº 2, pois, no caso, o projeto refere-se, unicamente, à hipótese de preenchimento de vaga por merecimento e não de nomeação de advogados e de membros do Ministério Público junto à Justiça do Trabalho. A Emenda número 3, por ou-

tro lado, cumpre notar, parece cercar um pouco a liberdade do Senhor Presidente da República. É a assim, a primeira modificação que fazemos ao nosso parecer anterior: ao invés de aprovamos a Emenda nº 3, com subemenda, opinamos pela aprovação da Emenda nº 2 e a rejeição da de nº 3, retirando, consequentemente a subemenda então apresentada.

A Emenda nº 4, do Senador Manoel Villaga, modifica o artigo 674 da CLT e seu § 1º, com a finalidade de permitir que os Presidentes das Turmas dos Tribunais Regionais quando ausente ou impedido qualquer dos juizes necessários ao seu funcionamento, possa convocar juizes de outra, independentemente de *funcionamento paritário*. Alega o Autor que a doutrina e a jurisprudência têm decidido no sentido de que a composição desses Tribunais é que deve ser paritária e não o seu funcionamento e que essa exigência emperra os trabalhos dos Tribunais.

A Comissão de Constituição e Justiça já debateu o assunto, tendo preferido manter o texto do projeto, originário da solicitação inicial do Ministério da Justiça, que engloba diversos e completos estudos realizados sobre a matéria entendendo, também, que o mesmo atende melhor aos princípios e objetivos visados. Dessa forma opinamos pela rejeição da emenda.

De autoria do Senador Aarão Steinhilber a Emenda nº 5 altera a redação dada pelo projeto ao artigo 694 da C.L.T., acrescentando-lhe duas palavras adotadas, na ocorrência de vaga, para o preenchimento dos cargos de juiz togado dos Tribunais Regionais, a ser realizada em votação secreta da elaboração das listas tripartites da exigência de apresentação de *currículo* antes perante a Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, quando o pperer para designar um advogado, etc.

Esta Comissão opina contrariamente à emenda, por considerar tratar-se de matéria regulamentar, mais específica e própria dos Regamentos Internos dos respectivos Tribunais sendo preferível, assim, a manutenção do texto constante do projeto.

A Emenda nº 6 dispõe-se, igualmente, ao artigo 694 da C.L.T. — que dispõe sobre a escolha dos juizes togados do Tribunal Superior do Trabalho. Estudadas e comentadas as redações, parece-nos preferível, constante entendimento já dado ao apreciar a Emenda nº 3, que foi rejeitada, a manutenção do texto adotado pelo projeto, mais simples e objetivo. Pela rejeição.

A de nº 7, do Senador Aarão Steinhilber complementa a de nº 5. Com a rejeição desta, ficou prejudicada. Pela rejeição.

Já tratamos da Emenda nº 8, ao apreciar a de nº 1.

A Emenda nº 9, do Senador Manoel Villaga, substitui a redação dada pelo artigo 1º do projeto ao artigo 694 da Consolidação das Leis do Trabalho, com a finalidade de suprimir os embargos nos Tribunais Regionais do Trabalho, das decisões das Turmas para o Pleno. Esses embargos, afirma o Autor, "irão retardar grandemente a solução final das ações trabalhistas, afrontando o princípio cardinal do processo do trabalho, que é o da rapidez". A supressão proposta lembra ainda o Autor, coloca a matéria de acordo com a redação dada pelo projeto ao parágrafo único do art. 678 da C.L.T., que estabelece não caber recurso das decisões das Turmas para o Pleno, exceto no caso do item 5, alínea "a", inciso I do mesmo artigo, ou seja, o recurso das multas impostas pelas Turmas. Além disso, salienta o Autor, e tendo em vista ser cabível o recurso de revista das Turmas dos Regionais para uma das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho ao qual compete, ainda, a uniformização da jurisprudência, a medida seria simplesmente protelatória

o, portanto, contrária aos objetivos para os quais foi criada a Justiça do Trabalho.

Realmente, estudada devidamente a matéria, verifica-se que os referidos embargos dificultam a marcha do processo trabalhista ao invés de simplificá-lo. É evidente, pela sua natureza, que a própria adoção do sistema de divisão dos Regionais em Turmas já exclui o processo de embargos reiterados. Não há, cumpre notar, qualquer restrição à unidade do Tribunal, e se se distribui a sua competência para possibilitar maior eficiência e celeridade nos julgamentos. As turmas, no limite de suas competências representam o próprio Tribunal. Face a essas razões, opinamos pela aprovação da emenda.

A Emenda nº 10 tem o mesmo objetivo da de nº 9 e, com a aprovação desta, está prejudicada. Pela rejeição.

A de nº 11 altera a redação da alínea "a" do artigo 895 da C.L.T. — disposição não contida no projeto — suprimindo do seu texto a expressão — "e as previstas no artigo anterior" — que é o artigo 894 da C.L.T. Trata-se de uma complementação necessária à modificação proposta pela Emenda nº 9, que alterou a redação do referido artigo 894. Pela aprovação.

A Emenda nº 12 inclui, entre os preceitos a serem revogados pelo projeto o contido no artigo 13 da Lei nº 4.239, de 1964.

O artigo legal em vigor torna o uso do título de "Desembargadores" privativo dos membros dos Tribunais de Justiça dos Estados. A sua revogação permitiria que os membros dos Tribunais Regionais do Trabalho também fossem denominados "Desembargadores".

Esta Comissão, no entanto, já debateram a matéria e entenderam decair o seu fundamento o critério atual, que se coaduna melhor com a tradição e com os preceitos constitucionais vigentes.

Aliás a Constituição do Brasil somente usa a denominação "Desembargadores" quando se refere ao trata de matéria ligada aos Tribunais de Justiça — veja-se, por exemplo, os seus artigos 124, item I, alínea "a", 126, item I alínea "a" 126 § 1º e 136, item III. Dessa forma esta Comissão opina pela rejeição da emenda.

Pela Emenda nº 13 pretende-se a supressão do artigo 8º do projeto, com o objetivo de evitar a contagem de tempo de serviço anterior, prestado no Ministério Público, no Poder Judiciário e em cargo público de provimento privativo de bacharel em direito, para fins de promoção por antiguidade na magistratura.

Dispõe o artigo 8º:

"Conta-se como tempo de serviço na magistratura para todos os efeitos, o prestado no Ministério Público, no Poder Judiciário ou em cargo público de provimento privativo por bacharel em Direito".

Evidentemente, não é possível admitir-se a contagem do tempo de serviço em questão para todos os efeitos, pois, dessa forma estaríamos permitindo que juizes novos, desde que possuam tempo de serviço anterior — no Ministério Público, como advogados ou procuradores de autarquias ou como assistentes jurídicos dos mais variados órgãos — fossem promovidos, por antiguidade, na frente daqueles que realmente, possuem tempo de serviço como juizes, mais velhos e experientes na magistratura, que seria um contrassenso e verdadeira injustiça. Esse preceito foi introduzido na Câmara dos Deputados. A nosso ver, trata-se de um lapso, decorrente da premência do prazo para a apreciação do projeto.

O admissível, na hipótese, é que se conte referido tempo de serviço para fins de aposentadoria e percepção de certas vantagens financeiras, mas não para fins de promoção por antiguidade. Nesse caso, o que deve prevalecer, sempre, é o tempo de serviço na classe. Assim julgamos conveniente incluir, após a expressão — "para todos os efeitos" — a expressão — "exceto no tocante à promoção por antiguidade", bem como acrescentar, ao artigo 8º, um parágrafo único, considerando dentro da mesma matéria, princípio dos mais justos que seja o de determinar a contagem do tempo de efetivo exercício prestado como Suplente de Juiz do Trabalho para fins de promoção por antiguidade na classe, o que não vem sendo feito pelos Tribunais Regionais do Trabalho. Essa disposição não prejudica os direitos dos interessados, pois, simplesmente, reconhece tempo de serviço prestado como juiz, sendo assim, perfeitamente consentânea com a tradição, com o espírito da lei e com os objetivos do artigo em questão.

Essa a segunda modificação que fazemos no nosso parecer anterior: ao invés de substituir, pura e simplesmente, o texto do projeto pela nova disposição, relativa à contagem do tempo de serviço de Suplente de Juiz do Trabalho preferimos aproveitar, excluindo, unicamente, o caso da promoção por antiguidade — o que atende plenamente aos objetivos da Emenda nº 13 — e acrescentando-lhe um parágrafo único, com a nova medida. Dessa forma, opinamos pela aprovação da Emenda nº 13, nos termos da Subemenda que apresentamos a seguir.

A Emenda de nº 14 inclui no projeto dispositivo sobre a lotação dos cargos de Juiz do Trabalho substituto criados pelo Decreto-lei nº 319, de 1967, situação que, conforme o Autor da emenda, havia ficado omissa.

Não se trata, entretanto, de omissão legal. Os juizes do Trabalho substituto, de acordo com a sistemática legal vigente, são lotados, conforme a necessidade de serviço ora num lugar ora noutro. Não é conveniente, assim, efetuar a lotação pretendida, mediante lei, pois isso importaria na criação desses cargos num só local. Pela rejeição.

A Emenda nº 15 manda incluir no projeto, onde couber, o seguinte: "Os nomes serão escolhidos pelo Senhor Presidente da República das listas tríplices elaboradas pelos respectivos Tribunais Regionais do Trabalho". Atendida pela aprovação da Emenda nº 2, razão por que opinamos pela sua rejeição.

Pela emenda nº 16, do Senador Eurico Rezende, pretende-se conceder aos Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliadores, quando em serviço passe livre "nas empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo de passageiros, nos limites da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho a que servirem". Inconveniente, por propiciar discriminação. Os Oficiais de Justiça em questão são funcionários públicos, como todos os outros. A se adotar tal medida, ela deveria ser genérica e abranger todos os servidores que, como os Oficiais de Justiça, também realizam oficialmente, serviços externos e, nesse caso haveria um verdadeiro colapso financeiro nessas empresas. Pela rejeição.

A de nº 17 manda aplicar aos magistrados e pessoal dos Quadros das Secretarias dos Tribunais do Trabalho, no que couber, as disposições do Decreto-lei nº 200, de 1967. A Emenda é inconveniente pois, quebra a sistemática da estrutura administrativa do Poder Judiciário, que é completamente diferente da do Poder Executivo. A aprovação do preceito im-

portaria, em última análise, numa completa reformulação dos cargos e normas vigentes para os Quadros das Secretarias dos Tribunais, sem maior exame. Opinamos pela sua rejeição.

Pretende a Emenda nº 18 estender a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, a diversos outros Municípios.

A Comissão de Constituição e Justiça entende, no entanto, tratar-se de medida que deve ser objeto de lei específica, específica de iniciativa dos Tribunais, e não de órgãos competentes para dirimir a necessidade ou não de medidas como a que ora é proposta. Assim, opina pela rejeição da emenda.

Diante do exposto, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do projeto, da Emenda número 1-CCJ e das Emendas de Plenário ns. 2 e 8 (com subemenda), 9 (com Subemenda), 11 e 13 (com Subemenda) e pela rejeição das Emendas ns. 1 — 3 — 4 — 5 — 6 — 7 — 10 — 12 — 14 — 15 — 16 — 17 e 18.

SUBEMENDAS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Subemenda nº 1-CCJ à Emenda nº 8

Dê-se ao caput da Emenda nº 8 seguinte redação:

"Emenda nº 8

Ao PLC-35-68.

No caput do artigo 1º do projeto, acrescenta-se entre os números 697 e 698, o nº 731 e, entre os artigos da Consolidação das Leis do Trabalho alterados pelo artigo 1º, inclua-se o artigo 721, com a seguinte redação: (texto da emenda).

Subemenda nº 2-CCJ à Emenda nº 9

"Parágrafo único. Enquanto não forem nomeados e empossados os titulares dos novos cargos de juiz criados nesta lei, e instaladas as turmas, fica mantida a competência residual de cada Tribunal na sua atual composição e de seus presidentes como definido na legislação vigente."

Subemenda nº 3-CCJ à Emenda nº 13

Dê-se à Emenda nº 13 a seguinte redação:

"Emenda nº 13

Ao PLC-35-68.

1. No caput do artigo 8º do projeto, após a expressão — "para todos os efeitos" — inclua-se a frase — "exceto no tocante à promoção por antiguidade".

2. Acrescente-se ao artigo 8º do projeto um parágrafo único, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O tempo de efetivo exercício como Suplente de Juiz do Trabalho será contado para efeito de promoção por antiguidade na classe."

CONCLUSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça aprova o parecer do Sr. Relator, salva quanto à emenda de nº 3 que foi considerada prejudicada pela aprovação da Emenda de nº 15 com o voto de desempate do Sr. Presidente, em vista do Sr. Senador Argemiro Figueiredo ter comparecido posteriormente.

Sala das Comissões, 23 de abril de 1968. — Milton Campos, Presidente. — Carlos Lindenberg, Relator. — Eurico Rezende. — Alvaro Maia. — Argemiro Figueiredo. — Edmundo Leal. — Menezes Pimentel. — Josapha Marinho, vencido em parte. — Antônio Carlos. — Aloysio de Carvalho contrariamente às emendas de nº 2, por preferir o prazo de dez anos de prática forense, adotado no projeto; de nº 15, por considerá-la inconstitu-

cional, visto que restringe a faculdade constitucional de nomeação, por parte do Presidente da República, afora outras emendas, e ainda favoravelmente à emenda nº 13 e contrariamente à respectiva subemenda, por entender preferível a omissão de qualquer norma sobre a matéria.

Parecer nº 243, de 1968

Da Comissão de Legislação Social sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1968 (nº 912-B de 1968 na Câmara), que modifica a redação dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.

Relator: Senador José Leite.

O presente projeto, que modifica a redação dos artigos 650, 656, 673, 672, 678, 679, 680 (restabelecido), 693 e suas alíneas mantidos os respectivos parágrafos, 691 (restabelecido), 697, 698, 696 e seu § 4º, e 800 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências, retorna ao nosso exame face ao Requerimento nº 302, aprovado pelo Plenário desta Casa na sessão de 18 de abril de 1968, em que o Senador Lino de Matos solicitou o adiamento da votação da matéria "a fim de ser ouvida a Comissão de Legislação Social", uma vez terem sido apresentadas dezoito (18) Emendas de Plenário.

3. As Emendas nºs 1 e 8 mandam incluir no projeto o artigo 731 da C. L. T., com nova redação, que o atualiza, face às mudanças ocorridas na legislação e nomenclatura dos cargos, incluindo novas medidas, todas salutaras. A Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação da Emenda nº 8, na forma de subemenda que apresentei, envolvendo as duas. Opinamos, da mesma forma, pela rejeição da nº 1 e aprovação da nº 8, na forma da subemenda nº 1-CCJ à Emenda nº 8.

3. As Emendas nºs 2 e 3 dirigem-se ao § 1º do artigo 670 da C.L.T., alterando a redação que lhe foi dada pelo artigo 1º do projeto. A primeira somente diminui de dez para sete anos o período de prática forense exigido para que advogados e membros do Ministério Público possam ser escolhidos para juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Julgamos que a redação do projeto, com a alteração da Emenda nº 2, atende melhor aos objetivos visados pelo preceito legal, razão por que opinamos pela aprovação da Emenda de nº 2. Quanto à outra, a de nº 3, parece-nos que deve ter preferência sobre a de nº 15, já aceita pela Comissão de Constituição e Justiça, por ter aquela melhor contexto. Somos, assim pela aprovação da Emenda número 3.

4. A Emenda nº 4 altera o artigo 672 e seu § 1º da C. L. T. de forma a permitir a convocação, pelo Presidente de uma Turma, de juizes de outra, independentemente de qualquer igualdade paritária para seu funcionamento. A redação do projeto, a nosso ver, está mais consentânea com o espírito da legislação trabalhista e, assim, opinamos pela rejeição da Emenda.

5. A Emenda nº 5 altera o artigo 664 da C. L. T., que diz respeito ao provimento dos cargos de juizes togados do Tribunal Superior do Trabalho, acrescentando-lhe uma série de formalidades regulamentares, mais próprias conforme salientou a Comissão de Justiça dos Regimentos Internos dos Tribunais.

O nosso parecer, assim é pela sua rejeição, bem como da Emenda nº 7, que é simples e contém simples complementação da de nº 5.

A Emenda nº 6, da mesma forma, visa a modificar o artigo 694 da C. L. T. Entendemos no entanto, que a redação dada pelo projeto regula convenientemente a matéria e, por isso, opinamos pela sua rejeição.

6. Pela Emenda nº 9 suprime-se o recurso de embargos no Tribunal Superior do Trabalho, das Turmas para o Pleno. Simplifica e racionaliza o funcionamento da Justiça do Trabalho, dentro dos princípios para o qual foi criada, conforme salientou a dita Comissão de Constituição e Justiça, razão por que opinamos pela sua aprovação.

7. A de nº 10 tem os mesmos objetivos da de nº 9. Prejudicada pela missão de Justiça para a aprovação desta. Assim, pela sua rejeição.

8. Faz a alteração introduzida no artigo 134 da C. F. T. pelo projeto e pela Emenda nº 9. A Emenda nº 11 introduz modificações no artigo 134 da C. F. T. e do artigo 133 da C. F. T., suprimindo a expressão "não prevista no artigo anterior", que ficou sem razão de existir. Pela aprovação.

9. Pela Emenda nº 12 pretende-se reter o artigo 13 da Lei nº 4.433, de 1964, para permitir aos membros dos Tribunais da Justiça do Trabalho o uso da denominação de "Desembargadores", atualmente privativo dos membros dos Tribunais de Justiça. Os motivos invocados pela Comissão de Justiça — praxe, tradição e preceitos constitucionais — são suficientes para desaconselhar a medida. Pela rejeição.

10. A Emenda nº 13 suprime o artigo 8º do Projeto. A Comissão de Justiça, no entanto, atendendo aos objetivos da Emenda — qual o de impedir a contagem, para fins de promoção por antiguidade na magistratura, de tempo de serviço que não o prestado na classe — julgou mais conveniente alterar a redação do artigo e não suprimi-lo, incluindo, ainda, um parágrafo único disposto sobre a contagem, para tal fim, do tempo de efetivo exercício prestado como suplente de Juiz do Trabalho. Concordando com esse entendimento, opinamos pela aprovação da Emenda, na forma proposta na Subemenda nº 2-CCJ à Emenda nº 13.

11. A aprovação da Emenda nº 14 importaria em determinar-se a lotação, por lei, dos cargos de Juizes do Trabalho Substitutos criados no Decreto-Lei nº 229, de 1937, "nas respectivas localidades onde serviam os antigos Suplentes de Juizes Presidentes de Juntas." Assim, somente mediante outra lei esses Juizes poderiam ser transferidos. A norma usada é justamente o oposto: os Juizes do Trabalho Substitutos são lotados de acordo com a necessidade da Justiça do Trabalho, ora num local ora noutro. Por isso, opinamos pela rejeição da Emenda.

12. Os objetivos da Emenda nº 15 foram atendidos com a aprovação da Emenda nº 3. Prejudicada.

13. A Emenda nº 16 concede, aos Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliadores da Justiça do Trabalho, "passe livre" nas empresas concessionárias do serviço público de transporte coletivo de passageiros, nos limites da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho a que servirem. Opinamos pela rejeição da emenda por propiciar discriminação, tão contrária ao princípio de isonomia — consagrado na Constituição. Todos são servidores públicos e devem ter o mesmo tratamento legal.

14. A Emenda nº 17 manda aplicar aos Afectados e nacional dos quadros das Secretarias dos Tribunais do Trabalho as disposições do Decreto-Lei nº 200, de 1937, que dispõe sobre a forma de administração do funcionamento do Poder Judiciário.

O referido decreto-lei destina-se exclusivamente ao Poder Judiciário. A situação dos servidores do Judiciário é completamente diferente bem como a dos do Executivo. Se anterior a emenda e aplicada a estes o mencionado decreto-lei sem um maior estudo, haveria uma tre-

menda balbúrdia, confusões das mais variadas, prejuízos os mais diversos e com isso, a própria Justiça do Trabalho seria prejudicada em seu funcionamento, com danos e prejuízos para toda a coletividade. Pela rejeição.

15. Trata a Emenda nº 18 da extensão da jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de Vilões e de Cachoeira de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, a outros municípios.

A Comissão de Justiça julga que a matéria é mais própria de lei a parte, especificamente, iniciada pelo Tribunal competente. Pelos mesmos motivos, opinamos pela sua rejeição.

16. Diante do exposto, a Comissão de Legislação Social opina pela aprovação das Emendas nºs 2, 3 e 8 (na forma da Subemenda nº 1-CCJ à Emenda nº 2); 9, 11 e 13 (na forma da Subemenda nº 2-CCJ à Emenda nº 13), bem como pela rejeição das Emendas nºs 1 — 4 — 5 — 6 — 7 — 10 — 12 — 14 — 16 — 17 e 18, sendo considerada da prejudicada a de nº 15, pela aceitação da de número 3.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1968. — *Petrônio Portella*, Presidente. — *José Leite*, Relator. — *Josaphat Marinho*. — *Mello Braga*. — *Arthur Virgílio*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*)

A Presidência recebeu respostas aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 58-68 — De autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministro das Comunicações (Aviso nº 227-68, de 22 de abril de 1963);

Nº 98-88 — De autoria do Senador Mário Martins, enviada pelo Ministro Extraordinário para os Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*)

A Presidência recebeu do Ministro das Comunicações, solicitando prorrogação do prazo para resposta ao Requerimento nº 430-68, de autoria do Senador Vasconcellos Torres.

Se não houver objeção, esta presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo de resposta do citado Requerimento. (*Pausa*).

Como não houve objeção, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*)

Estão sendo distribuídos aos Senhores Senadores avulsos do Projeto de Resolução nº 32, de 1963, de autoria do Senador Agostinho de Carvalho, que altera o Regimento Interno do Senado Federal.

O referido Projeto ficará sobre a Mesa durante 3 (três) sessões, a fim de receber emendas, nos termos do parágrafo 1º do artigo 407, do Regimento Interno. Findo esse prazo, a matéria irá às Comissões de Constituição e Justiça e Diretora. (*Pausa*).

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*)

Sobre a mesa requerimento de informações que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 406, de 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes o seguinte pedido de informações:

1º) Focodem as notícias veiculadas pela imprensa sobre a disposição do Departamento Federal de Estradas e Vias Navegáveis, de importar gasolina e outros combustíveis, para as embarcações portuárias, no valor de 30 milhões de dólares?

2º) No caso positivo, essas importações não se chocam com as disposições legais do decreto-lei número 37,

que visam a proteção da indústria nacional?

3º) Existem providências já tomadas, ou em estudo visando o aproveitamento da capacidade ociosa das empresas, em número superior a 10, que fabricam equipamentos portuários?

Sala das Sessões, 24 de abril de 1968. — Senador Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*)

O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência. (*Pausa*).

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*)

Sobre a mesa projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Projeto de Lei do Senado Nº 35, de 1968

Mantém as cooperativas de crédito de capital elevado e longo funcionamento.

O Congresso Nacional decreta.

Art. 1º As cooperativas de crédito, autorizadas por decreto do Poder Executivo, que ao entrar em vigor a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, contarem mais de 10 anos de funcionamento, com capital superior a NCR\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros novos) e movimento acima de NCR\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros novos) continuarão as suas atividades nos termos dos respectivos estatutos, mas só poderão fazer empréstimos diretos aos seus cooperados, com os recursos financeiros próprios, ou de terceiros.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Com a entrada em vigor da Lei número 4.595 de 31 de dezembro de 1964, as cooperativas de crédito vêm sofrendo uma série de limitações, que as levarão por certo a fatal desaparecimento.

Ate certo ponto, a medida não merece censura com relação às novas cooperativas, de pequeno capital, e movimento inexpressivo, mas acarretando a sua extinção maiores consequências financeiras e sociais.

Mas não é justo que se force o desaparecimento de instituições financeiras desse tipo, com longo prazo de funcionamento e capital quantioso, prestando os mais assinalados serviços aos seus associados e ao seu corpo de funcionários, cuja dispensa encerra os graves danos da gritante injustiça social.

Para essas grandes cooperativas, pois, é por demais razoável manter-se a situação anterior, evitando-se, assim, os prejuízos decorrentes de uma inevitável liquidação.

Por outro lado, o Projeto visa a beneficiar apenas as cooperativas autorizadas por decreto do Poder Executivo, o que é raro no imenso número das que funcionam no país.

E também, u'a maneira de evitarse o desencanto de esforçados pioneiros no cooperativismo de crédito, os quais a custa dos maiores sacrifícios tiram essas cooperativas, do nada, elevando-as, no correr do tempo, a posição de entidades vitoriosas.

Daí a iniciativa do presente projeto, com cuja aprovação contamos amparados pelos dotes supramencionados dos eminentes senadores.

Sala das Sessões, 24 de abril de 1968. — Senador Pereira Diniz.

Lei nº 4.595, de 31.12.64 — Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e previdenciárias o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*)

O projeto lido será publicado e em seguida encaminhado às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*)

Há outros inscritos. Tem a palavra o Sr. Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Universidade do Amazonas, 10 instituições, motivo de muitas preocupações. Proferi discurso nesta Câmara comentando o que vinha ocorrendo naquela cidade de saber, que foi o resultado de uma luta por uma tarefa durante três anos, na Câmara dos Deputados, para que fosse aprovado projeto de minha autoria, implantando-a.

Aparentei, Sr. Presidente, fatos e documentos. Não me limitei às palavras, às imputações, às acusações que não se embasassem na realidade exibida em provas, em documentos, em depoimentos. Manifestei minha confiança no Senhor Ministro da Educação, meu colega na Câmara dos Deputados na Comissão de Constituição e Justiça, e de quem eu e peço as medidas sancionadoras que se impunham e se impõem, visando a colocar a Universidade do Amazonas na justa trilha dos seus objetivos fundamentais.

A em dos discursos, Senhor Presidente, enderecei três cartas ao Senhor Ministro da Educação e a elas reuni novos documentos, novos dados probatórios de fatos que estão ocorrendo, que ocorreram na Universidade do Amazonas, prejudicando-lhe as finalidades e os objetivos.

Nenhuma medida adotou o Senhor Ministro da Educação, e agora, Sr. Presidente, o principal responsável pelo que ocorre na Universidade do Amazonas foi reconduzido ao Conselho Diretor, quando mesmo os atuais dirigentes da Fundação não esperavam que isso pudesse acontecer; na hora em que o Senhor Ministro da Educação, de posse de todos os elementos que lhe forneci, admite a recondução do Sr. Garcilazo do Lago e Silva para o Conselho Diretor da Universidade, ele se torna conivente com tudo que ocorreu, e com tudo o que venha a ocorrer futuramente naquele centro de ensino.

E o mais grave, Sr. Presidente, é que o Ministro da Educação que concordou com esta recondução, recebeu um quadro pintado pelo testado e grande artista amazônense Meacyr de Andrade, um quadro no valor de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros antigos, presente de natureza pessoal e pago com o dinheiro que se destina à educação universitária da mocidade amazônica.

Sr. Presidente, nesta altura, o crédito de confiança que eu abria para o Sr. Ministro da Educação está esgotado. Já passo a concordar com aqueles que dizem que S. Ex.ª o que quer é andar passeando pelo Brasil, a fim de receber títulos de "Doutor Honoris Causa" das várias Universidades, nesta exaltação da Chefia que não eleva o mérito mas apenas satisfaz a vaidade.

Não quero, Sr. Presidente, que o Governo se utilize nas minhas palavras pura e simplesmente. Não desejo que o que eu tenho dito eu venha a dizer-se tomado com verdade irrefragável.

O que eu quero é pedir, o que eu quero é pedir ao honrado líder Daniel Krieger no sentido de que S. Ex.ª, a esta altura concordar com a Comissão Parlamentar de Inquérito que vou requerer, para provar tudo aquilo que declarei desta tribuna, e dar uma oportunidade ao Governo de demonstrar que, de fato tem pro-

positos moralizadores a orientar a sua Administração.

Sr. Presidente, não sei se o Líder Daniel Krieger se encontra em Brasília, mas ainda hoje irei procurar Sr. Ex^a para solicitar seu apoio à medida que pretendo requerer ao Senado, levando uma comissão parlamentar de inquérito isenta, com a maioria governista a integrá-la, a apurar as denúncias que fiz e tenho que fazer sobre o que ocorre na Fundação da Universidade do Amazonas.

Surpreendeu-me sobretudo a atitude do Sr. Ministro da Educação e Cultura e a atitude do Governo. Não pretendia, Sr. Presidente, criar qualquer obstáculo à expansão daquela obra, que considero traço marcante da minha atuação parlamentar pela qual tenho o maior carinho, a maior dedicação e que quero ver grande e prestando os serviços relevantes que dela espera a mocidade amazônica.

Recentemente, retomei o diálogo inclusive com os dirigentes da Universidade, quando procurado pelo atual Presidente do Conselho Diretor, Professor Guilherme Pinto Nery, meu tradicional adversário político aceitei o convite que me fizera para comparecer à sede da Fundação e visitar obras em curso e para ouvir uma exposição que, por sinal, me impressionou favoravelmente.

Na minha recente viagem a Manaus, retribuí esse gesto de atenção do Presidente do Conselho Diretor da FUA fazendo-lhe uma visita e dele ouvindo os bons propósitos de que está imbuído para encaminhar a Universidade aos destinos que todos lhe desejamos.

Mas, na hora em que, praticamente, estava cessada a luta que poderia, de fato, causar obstáculo à expansão da Fundação da Universidade do Amazonas, precisamente nessa hora o Sr. Ministro da Educação, que tem nas mãos documentos que lhe enviei e tem as provas testemunhais que lhe enderecei, concorda com a recondução do Sr. Garcilaz do Lago e Silva ao cargo de Diretor do Conselho da Universidade.

Sr. Presidente, conheço o Sr. Senador Daniel Krieger e tenho certeza de que Sr. Ex^a concordará com o apoio à Comissão Parlamentar de Inquérito. A partir de hoje, vou colher as assinaturas. E não quero adiantar mais conceitos, reservando-me para depois da atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito, uma vez que não creio que o Governo recuse a apurar, por uma Comissão idônea, acusações de corrupção que fiz desta tribuna e que reafirmo neste momento. Após a Comissão Parlamentar de Inquérito, voltarei à tribuna com seus resultados — pois que irei acompanhar seu trabalho — para declarar que o Sr. Ministro da Educação, em verdade, praticou um ato contra o interesse público contra o bom nome da administração federal e contra, sobretudo, os interesses da mocidade amazônica. *(Muito bem! Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Tem a palavra o Sr. Senador Mário Martins.

O SR. MÁRIO MARTINS:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há no Brasil determinadas entidades, não muitas possivelmente, mas que são marcantes na vida brasileira com um poder de decisão histórica capaz de influir nos acontecimentos, em determinadas oportunidades.

Há fatos relacionados com essas entidades que, em certas circunstâncias, transbordam a sua repercussão das fronteiras da agremiação ou do organismo, para interessar a toda a Nação, em virtude da influência, que nesses momentos podem ou costumam ter, em relação aos destinos pátrios.

Entre essas poucas tradicionais e respeitáveis entidades está o Clube Militar. Todos nós sabemos que na

vida da República, em várias ocasiões, terminou-se o Clube Militar face a acontecimentos que estavam mobilizando a opinião pública e, ao mesmo tempo, convocando a atenção das classes militares, sobretudo da oficialidade militar, todos nós sabemos que na vida republicana, em determinadas ocasiões, o Brasil voltava os seus olhos para o Clube Militar, na esperança de ali sentir, não apenas a tormenta que se anunciava ou mesmo a conquista que era necessária ser feita. Isso sobretudo, Sr. Presidente, nas fases das eleições internas do Clube Militar, que transcendendo do interesse dos oficiais das classes armadas para a população, o meio civil, sentindo a condução de certos ventos de sentido político para saber se estava tendo, encontrando uma comunhão nos seus pensamentos, suas apreensões, em busca de soluções junto aos oficiais das Forças Armadas do Brasil.

Sr. Presidente, de modo geral, quando, para eleições no Clube Militar, se desenvolvem campanha sem qualquer interesse público, sem, pelo menos, o interesse do meio civil, ainda que não se defina, na sua torcida, por este ou aquele candidato quando tal acontece, é porque a Nação vive dias muito tranquilos ou, então, ao contrário, ela vive dias muito sombrios.

De 1964 para cá, não se manifestou, no meio civil, maior interesse em relação ao que ocorria no Clube Militar, cabendo, portanto, a interpretação desse desinteresse aqueles que quiserem optar por uma das alternativas. Da minha parte eu acredito que o desinteresse é porque estamos vivendo dias muito sombrios e o Clube Militar, apesar de ser o clube dos oficiais das Forças Armadas, assim como todo o País, não tenha direito a voz, e faltando-lhe também amadurecida decisão para expressar a filosofia da Diretoria que pretendia ali disputar as eleições.

Dias altamente tranquilos, ou dias altamente sombrios.

Eis que, agora, quando ninguém nega que se vinha desenvolvendo um fôssco, entre as forças militares e a população civil do Brasil, quando se cavava, contra a vontade de ambas as correntes, um fôssco entre ambas, sentimos, com a intuição natural de quem milita na vida política do Brasil que as eleições do Clube Militar, a se realizarem no dia 22 de maio, vença quem vencer nas eleições, qualquer das duas chapas, já começa a trazer uma contribuição, não só à análise do meio civil, mas ao aperfeiçoamento e melhoramentos dos dias sombrios a que tive oportunidade de fazer alusão.

Gostaria que a Casa acompanhasse o meu raciocínio, naturalmente lastreado de um otimismo que me é próprio.

Estávamos vivendo, dia após dia, plena amargura, sentindo que as vozes que se levantavam em nome das classes armadas, com exceção, talvez, da do Ministro do Exército ou de um ou outro oficial de maior responsabilidade, envolviam sempre um sentido ameaçador, que eles traduziam como uma advertência. Na verdade, eram manifestações de coação, prelúdio de anúncios de terrorismo. Observava-se, mesmo, Sr. Presidente, que, com o maior ardor, neste ângulo, certos civis, sem mandato específico, volta e meia, levantavam a voz, intitulando-se intérpretes dos meios militares. Eram eles muito mais agressivos do que os próprios militares, visavam muito mais a intimidar a população do que os próprios militares. E se alguém fizesse qualquer restrição aos militares, se omitisse no aplauso à auréola que os pudesse envolver auréola histórica ou em torno de fardas militares, a voz desses civis transbordava, com complexo de vivandeiros de batalha, passava logo à defesa de quem não estava sendo acusado, de quem não

lhe tinha outorgado mandato algum. E assim faziam unicamente a fim de prestar serviços, aos militares, aumentar a sua folha junto aos militares, numa exploração de alcaguetes. Ao mesmo tempo, queriam dar a entender à população que estavam escorados pelos militares, que eram seus agentes, e que, dispunham, portanto, de prestígio político, nesta época. Assim, teriam de ser respeitados por aqueles que teriam de ouvi-los em silêncio.

De outra parte, íamos observando que certos agentes, autoridades militares ou civis, federais ou estaduais, nutridos nessa tese, nessa filosofia, não perdiam vaza para dar demonstrações de tirania, querendo impedir que o próprio Governo conversasse com o povo, como vimos, em várias ocasiões quando manifestos de determinadas delegações classistas ao próprio Presidente da República, eram apreendidos pelos agentes do Governo, militares ou civis, federais ou estaduais, a fim de impedirem ao Governo conversa, repito, com o povo.

Recordo, Sr. Presidente, que, sobre este aspecto, tive a oportunidade de falar, certa tarde, nesta Casa. Os líderes sindicais da Guanabara, ao coletarem assinaturas par um memorial ao Presidente da República, apreendendo suas reivindicações face ao confisco salarial, que o próprio Governo rotulou de "lei de arrocho", foram presos pela Polícia da Guanabara, tiveram suas bancas de coleta de assinaturas destruídas. Vimos mesmos indícios, como o dos Jornalistas, da Guanabara, invadidos pela Polícia, depredadas suas dependências, com o único objetivo de intimidar, de impedir a voz dos dirigentes sindicais junto ao Governo.

De outra parte, tivemos a dolorosa oportunidade de ver as autoridades, no caso, autoridades civis estaduais da Guanabara, autoridades e tropa militar da Polícia da Guanabara e autoridades militares federais, dando cobertura a autoridades que infringiam a Constituição.

Vimos, Sr. Presidente, o que foi a guerra, a batalha, no Rio de Janeiro, para impedir que o Presidente da República e figuras outras de respeitabilidade do Governo ouvissem, por intermédio da mocidade estudantil do Rio de Janeiro, a voz, a opinião do povo, com relação a vários assuntos que, naturalmente, não poderiam estar limitados a problemas estudantis.

O espancamento público, no Rio de Janeiro, a invasão, o cerco da Igreja da Candelária; as prisões, as sevícias em repartições do Governo do Estado, já agora com mais ênfase as admitidos em repartições do Exército do Brasil, no Rio de Janeiro, vimos aquele dispositivo, que não se limitava à Guanabara mas na própria Capital da República vimos aquele dispositivo policial a invadir a região da Universidade de Brasília, cercar uma igreja nesta Capital e no Estado que V. Exa., Sr. Presidente, com ulti honra e eficiência representa nesta Casa, o Estado de Goiás. Ali igualmente a polícia espancou estudantes, policiais, em cenas de alto banditismo entraram na Catedral de Goiânia e, na presença do Arcebispo, aterrorizaram sobre dois jovens estudantes que se encontravam no centro daquele templo. Vimos, Sr. Presidente, como era um organismo, um sistema, um aparelho a funcionar em vários Estados com a complacência do Governo Federal, no sentido de intimidar, de aravorar a população e, ao mesmo tempo, de proibir que o povo, por intermédio de sua mocidade, se manifestasse. E a tudo isso se dizia que estavam agindo porque o Exército, a Marinha e a Aeronáutica desafiavam cada vez mais, limitar as manifestações, reformular esse regime, que é um regime autêntico, e que chamam "endurecimento", para que alguns — chamam de revolução e a

maioria da Nação chama de golpe militar ocorrido em 1º de abril de 1964.

Então, qual era a impressão que, realmente, não só no Brasil, mas no exterior, se tinha? E' que as classes armadas estavam impedindo o processo de redemocratização que as classes armadas detonavam as expedições punitivas da polícia, que os Oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica eram na sua quase totalidade, contrários à abertura de um clima de pacificação.

O Sr. Arthur Virgílio — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. MÁRIO MARTINS — Por isso, Sr. Presidente, que antes de conceder a palavra ao Senador Arthur Virgílio, que eu volto, a colocar como centro da minha análise, para o Clube Militar. E' que, Sr. Presidente, nesta hora em que não tinha autoridade, pretendia falar em nome das classes armadas, no sentido de enrijecer as represálias contra o povo, e nesta altura, que dando seguimento ao manifesto do General Poppe de Figueiredo, vem o General Carvalho Lisboa, candidato à Presidência nas eleições do Clube Militar e nessa qualidade, anuncia que o Brasil precisa de paz, que o Brasil tem que caminhar para abrir um campo de bom entendimento, de liberdade, em nosso país, que o Brasil não pode tratar estudantes a pau, e muito menos, a pata de cavalo, que é preciso haver liberdade, que é preciso haver, inclusive, um preparativo em que as classes armadas terão que dar cobertura para a devolução do país, na sua administração, ao que chamava o poder civil passados poucos dias, o seu adversário nas eleições do Clube Militar e o Marechal Justino Alves também vem abraçando a mesma tese, a necessidade de as classes armadas não serem capangas daqueles que pretendem utilizá-las contra os interesses do Brasil e anuncia, também, cria plataforma da sua candidatura, esta necessidade de confraternização dos militares com os civis, da reabertura do diálogo e da consequente movimentação no sentido do fortalecimento do poder civil.

O General Carvalho Lisboa foi até mais adiante quando justificava, recomendava a necessidade de fortalecermos novas lideranças, de darmos oportunidade a que surjam novos líderes que, fatalmente, devem existir no meio da juventude brasileira.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MÁRIO MARTINS — Darei o aparte a V. Exa. Antes, porém, terei que concedê-lo ao Senador Arthur Virgílio que o solicitou primeiro.

O Sr. Eurico Rezende — Isso talvez facilite a minha tarefa, porque assim poderrei responder aos dois ao mesmo tempo, se não me faltar engenho e arte.

O SR. MÁRIO MARTINS — Acredito, dado ao talento de V. Exa. e à inegável coragem que possui para determinadas tarefas, como a Nação inteira lhe reconhece.

Então, Sr. Presidente, se os dois candidatos à Presidência do Clube Militar apresentam nas suas respectivas plataformas, como ponto alto, como ponto principal, a necessidade da redemocratização do Brasil, a necessidade do diálogo do Governo, das autoridades com a mocidade e, ao mesmo tempo, o imperativo de prepararmos, abriremos caminhos e facilidades ao surgimento aparecimento de novas lideranças nas novas gerações, qual a conclusão que se tem de tirar? E' que, se eles se estão dirigindo à Nação e, particularmente, ao corpo eleitoral do Clube Militar, e porque eles têm consciência, têm convicção, segurança absoluta de que o meio militar não pretende "endurecer", que o meio militar não pretende transformar, consolidar a de-

mocracia numa ditadura, mas que o grosso dos eleitores do Clube Militar pretende, o grosso da oficialidade das Três Armas é favorável a essas novas teses a essas teses de democracia, a essas teses da abertura, de desafogo para a família brasileira.

Então, temos que registrar que, se os dois candidatos às eleições do Clube Militar assim pensam e se assim agem é porque sabem que este é o pensamento, esta é a tônica no meio da oficialidade das Três Armas.

Então, Sr. Presidente, é porque, na sua para os anseios da mocidade brasileira, o pensamento dos militares está aqui. Alguém e muitos falavam querendo definir a mentalidade, o pensamento, o raciocínio daqueles que compõe a oficialidade das Três Armas brasileiras sem autorização para tal quando assim afirmaram, mas, ao mesmo tempo, não estavam sequer sincronizados com o pensamento, seja da oficialidade moça, seja oficialidade veterana das Três Armas.

Vou dar agora o aparte ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio — Pretendia, nobre Senador Mário Martins, precisamente justificar a alta compreensão para os anseios da mocidade brasileira, manifestada pelo General Carvalho Diniz que representa um grande passo para o diálogo que todos estamos desejando que haja entre as autoridades e os jovens, estes nos seus movimentos naturais de inconformismo e de rebeldia mas demonstrando também grande maturidade e como a que acabam de recentemente demonstrar na Guanabara, no meu Estado. A concentração absolutamente pacífica e em ordem, que realizaram, sem provar que não são os jovens que promovem a desordem mas, sim, a repressão violenta e arbitrária da polícia, como aconteceu na Guanabara e em outros Estados. Mas essa manifestação do General Carvalho Diniz, inegavelmente, foi assim auspiciosa foi um grande alento a demonstrar precisamente isso — que, auscultando seus camaradas sobre a necessidade dessa pacificação, a necessidade desse entendimento, a necessidade de as autoridades entenderem e sentirem os jovens a opinião favorável dos seus camaradas resultou no manifesto a que V. Exa. está aludindo.

O SR. MARIO MARTINS — Muito grato a V. Exa. Se o nobre Senador Eurico Rezende ainda pretende o aparte terei muita honra em ouvi-lo.

O Sr. Eurico Rezende — Ouço V. Exa. proclamar a volta, isto é, a restauração do poder civil na administração e na política do Brasil. Quer-me parecer que V. Exa. concorda com aqueles que colocam o poder civil em conexão com o exercício desse mesmo poder por um civil, porque a experiência e a observação revelam que um homem de formação militar pode exercer o poder civil a contento, e um homem de formação civil exercer um governo militarista. Isso é de acordo com a sua índole e de acordo com as seduções das circunstâncias porventura existentes. E há, a esse respeito, uma verdade histórica: Getúlio Vargas era civil e deu ao Brasil uma ditadura; Dutra era militar e deu ao Brasil uma democracia estável e até mesmo tranquila, inobstante as dificuldades, as implicações e as consequências, de um lado, da ditadura interrompida e, de outro lado, do segundo conflito mundial terminado. Então, para mim, tanto faz estar exercendo a Presidência da República um elemento de profissão anterior militar, ou civil. O que importa é a sua conduta. O que merece exame vigilância, críticas ou aplausos, é o seu estilo de atuação política e administrativa.

O SR. MARIO MARTINS — Senador Eurico Rezende, V. Exa. não

pode avaliar o meu contentamento ao ouvir essas palavras de V. Exa. que... O Sr. Eurico Rezende — Desconfio desse seu contentamento.

O SR. MARIO MARTINS — ...por sinal, em tempos idos, por várias vezes, tive oportunidade de ouvir da mesma fonte e com a mesma ênfase.

Quero dizer que não temos a menor divergência neste ponto. Eu não considero que um governo militar é aquele que tem à sua frente um chefe do governo militar. Recordo mesmo, na campanha revolucionária de 1932, aquele tribuna fogoso do Rio de Janeiro, Osvaldo Paixão. Em dado momento, numa praça pública, ele dizia quase que repelindo, em parte, o que V. Exa. agora falou, "Vargas é um civil que representa a inconsciência dos militares, e o General Kliger é um militar que representa a consciência dos civis".

A nossa história está pontilhada de fatos dessa natureza e, na verdade, só os primários é que podem admitir que a simples situação de um cidadão ter uma farda, ou ser profissionalmente militar, é que emprestaria sentido militarista a um governo. O que da o sentido militarista a um governo é a sua filosofia. Por exemplo, quando ele transfere os julgamentos políticos, retirando da Justiça comum para a Justiça Militar ele está dando um passo de afirmação militarista. Pode não ser o próprio chefe do governo, mas o regime em si, ou quando se atribui a um órgão militar, vamos dizer, Serviço Nacional de Informações, também conhecido por SNI, o direito de passar por cima da Constituição, ouvir as conversas telefônicas, abrir a correspondência, procurar indagar da vida de qualquer cidadão, e condicionar que a aprovação de um nome para um cargo dependerá das investigações desse órgão militar, é evidente que ali está caracterizado o regime militar; ou quando coloca, em cada Ministério, alguém para ocupar um cargo de segurança, e estabelece na legislação que o preenchimento, preferencialmente não podendo ser militar, caverá só-lo por civil que tenha cursado a Escola Superior de Guerra. Com isso, o Governo está dando demonstração de tendência militarista em sua filosofia.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. MARIO MARTINS — Com muito prazer.

O Sr. Eurico Rezende — Quanto à presença de militares ou de diplomatas pela Escola Superior de Guerra em órgão de segurança dos Ministérios trata-se, de fato, em termos administrativos, perfeitamente normal. Nos Estados Unidos, de democracia estável e, até mesmo aplaudida no mundo todo, há este serviço de segurança nos seus ministérios e departamentos, porque o conceito de segurança nacional — e aí voltamos à tese — não tem, apenas, um sentido militar. A educação nacional interessa à segurança nacional; o desenvolvimento econômico é, obviamente, pedra angular da segurança nacional, para que se evitem as amarguras revoltadas e as agressões constantes da miséria, da fome e do desemprego. O que compete examinar não é o fato de militar ou diplomado pela Escola Superior de Guerra estar executando uma tarefa no Ministério. O que importa examinar é a sua conduta. São os fatos. V. Exa., a respeito do SNI, fala que ele extrapola a Constituição, fere a Constituição, vulnera a Constituição, chicoteia a Constituição porque censura a correspondência, censura a interlocução telefônica. Mas isto são palavras de V. Exa. Confesso a V. Exa. que desconheço esses fatos. Houve a censura telefônica na fase cirúrgica da Revolução, mas agora que ingressamos na fase civil, está havendo respeito integral aos mandamentos constitucionais. E V. Exa. deve estar tranquilo, porque, tós-

se o Governo preocupar-se em vigiar, pela censura ou pela auscultação, as conversas telefônicas dos grandes e nobres adversários do Governo e V. Exa. estaria nesse rol, já que o nobre colega é uma das vanguardas mais honradas mais pertiças — e o digo com sentido cordial, mais diabólicas da Oposição, neste país. No entanto, V. Exa. jamais cometera a levandade de dizer que o seu telefone ou a sua correspondência estão censurados. Pediria a V. Exa. que deixasse a palha das palavras e se ativesse, nos debates, ao grão dos fatos. Vou dar um depoimento a respeito do SNI. Isso, se V. Exa. me permitir continuar, se não tiver sensação sensação de desencanto, ou de mal-estar.

O SR. MARIO MARTINS — Isso não acontece, nunca, quando V. Exa. fala.

O Sr. Eurico Rezende — Hoje, quando se fala em denúncia — e trago a palavra do General Garrastazu — o primeiro cuidado e fazer o levantamento rigoroso do acusador. Se este não tiver idoneidade, ou se estiver denunciando por simples desejo de vingança, a denúncia não é objeto de pesquisa. Saço V. Exa. que está à frente do SNI um homem sério, honrado e aplaudidamente equilibrado. De modo que essa conversa de censura postal-telefônica e de censura telefônica — o pode existir, ou na imaginação fecunda, ou então, no nacionalismo político da honrada Oposição.

O SR. MARIO MARTINS — Sr. Presidente, para os seus que o nobre Senador Eurico Rezende continue sempre a esta tranquilidade porque isso reflete que ele vive um momento de grande felicidade. É um dom, uma situação preciosa e rara nos dias de hoje e só aqueles que sentem essa tranquilidade, que vivem esses êxtases de felicidade política, como um privilégio não de Deus mas um privilégio político, e que podem fazer as afirmações que ouvimos e que respeito.

Todos sabemos — e não constitui segredo, pelo menos, tem que haver uma justificativa — que há verbas enormes que nós próprios ignoramos que são gastas pelo SNI. E se V. Exa. Senador Eurico Rezende, quiser ter a sensação do que é o movimento, dessas verbas e dessas dedicadas remuneradas, mercenárias, daqueles que prestam serviços ao SNI, basta ir às proximidades do edifício do Ministério da Fazenda, na Guanabara, e lá encontrará dois quarteirões de estacionamento de automóveis destinados ao SNI, automóveis que se revezam durante o dia. Esses estacionamento estão sempre completos, e em cada um há uma placa quase no gênero que se atribui à Polícia Secreta de Portugal. São centenas de carros que se renovam, por dia, de figuras civis e militares que estão prestando serviço, sob remuneração ao SNI.

Na minha correspondência — ainda a correspondência recentemente vinda dos Estados Unidos — os envelopes vinham com timbres de um organismo dos Estados Unidos, com selos dos Estados Unidos; já de uns tempos para cá, recebo-a em envelope branco, sem selos, o que eu agradeço porque, pelo menos, as cartas me são entregues. Mas o que nos impressiona não é a circunstância, inclusive da espionagem interferindo nos telefones. Vários colegas de V. Exa., da ARENA, já tiveram oportunidade, há uns meses atrás, de me fazerem relatos de fatos neste sentido, ocorridos com eles próprios.

O Sr. Eurico Rezende — Isto, na primeira fase da revolução, o que não neguel.

O SR. MARIO MARTINS — O que importa, o que há de grave, é que forças paralelas ao SNI, como a DOPS, correm não só as Universidades e Faculdades mas estabelecimentos de ensino secundário, para fazer o levantamento, organizar fichas de meninos e meninas de 12 a 13 anos e que

passam a ser qualificados como "elementos subversivos" que amanhã, irão sofrer as consequências.

A propósito e em consequência dessas fichas ainda há dias fui ao DOPS no Rio de Janeiro, em virtude de uma intimação a uma menina de 16 anos. Dizia a intimação: "Última intimação" — a primeira que tinha recebido dizia — "Atenção! Cuidado! Última intimação" — era já manifestação de sentido terrorista — para dizer o quê? Para indagar quando ela esteve no colégio, há três anos, quais seriam as pessoas não pertencentes ao seu colégio, alunos de outros colégios, que lá iriam para tomar parte nas reuniões do grêmio. Estão fazendo um levantamento, um viveiro de vítimas para o futuro além do lado psicológico, de se levar a uma entidade policial rapazes e meninas de quinze anos, para depor sobre coisas de anos atrás, de que não tiveram o menor conhecimento, e entidades a que não mais pertencem, a colégios que não mais frequentam.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MARIO MARTINS — Concordo com S. Exa. quando faz referência ao General Emilio Garrastazu Medice que não conheço pessoalmente, mas de quem, em 1942, quando do fiz um estudo jornalístico a propósito da infiltração nazista no sul do país, em Porto Alegre ouvi referências ao então Major ou General Garrastazu, em que o apresentavam realmente como um homem de bem, equilibrado, homem de cultura, cidadão digno, o que constitui o maior elogio que se pode fazer a um homem, mais do que qualquer feito militar, ou qualquer feito político.

De lá para cá, Sr. Presidente, não tenho motivo para modificar essa impressão.

De uns tempos para cá, que se desanuvia essa expectativa de inquietação face a esse sistema policial, ilegal, inconstitucional, contrário as normas brasileiras, em que houve de terminado alívio, quer parecer que aquela personalidade acabou por influenciar aquele organismo. Mas, quando me referia ao que caracteriza o militarismo num Governo, não me referia ao General Garrastazu, nem ao Presidente Costa e Silva nem a qualquer outro militar, nem mesmo ao General Meira Matos, que se notabilizou por invadir o Congresso com força armada, por invadir o Estado de Goiás, também com força armada, que aceitou milhões dessa ordem, acabou por ser uma espécie de interventor no Ministério da Educação, sendo depois promovido, ou rebaixado — não sei bem — a comandante-em-chefe das Polícias Militares estaduais.

Dizia o que caracterizava o regime militar não são, portanto, as pessoas, nem mesmo a um General Meira Matos.

Aludo ao sistema às atribuições que começam a ser transferidas do Poder civil para o poder militar. O que ninguém poderia negar. Está aí a Constituição, estão aí nossas atitudes diárias, tendo de saber primeiro como está a classe militar ou aqueles que se dizem donos da classe militar, para, então, sabermos se podemos caminhar para o lado, mais à frente, para o lado de lá ou para o lado de cá.

O Sr. Eurico Rezende — Permite-me V. Exa.?

O SR. MARIO MARTINS — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — O pessimismo de V. Exa. é mais do que legítimo, porque é calculado. Devo dizer a V. Exa., com cordial franqueza, que grande parte ou quase toda a oposição nacional tem procurado levar o Governo ao que o noticiário político costuma qualificar de endurecimento. Mas, essa grande parte da Oposição pode ficar tranquila que o Presidente Costa e Silva continuará resistindo a essas atitudes desatinadas e não es-

gitará jamais as reservas, as jazidas da sua tolerância e do seu amor e respeito à Constituição. Muitos de V. Exas. vão ficar decepcionados porque o Presidente da República cumprirá as Leis e a Constituição, pouco importando as provocações, repito, de detestados parlamentares e pontíficos.

O SR. MARIO MARTINS — Sr. Presidente, antes de mais nada, tenho que fazer reparo a uma omissão de minha parte pode não haver apresentado manifestação de boas vindas ao Senador Eurico Rezende, que deixou a sua bancada, para vir nos honrar aqui, com a sua presença.

O Sr. Eurico Rezende — A razão é de não estar ouvindo bem o discurso de V. Exa. Parece-me que V. Exa. estava se autocensurando, já que fala em censura do SNA. Como não estava ouvindo, o meu dever, não muito difícil, é vigiar os pronunciamentos de V. Exa.

O SR. MARIO MARTINS — Como a gente se engana! Eu estava certo de que a atitude de S. Exa. era uma demonstração de apreço, e de cortesia e S. Exa. vem informar, com toda franqueza, que se norteava por espírito de vigilância, pois o seu dever é fiscalizar! Eu quase diria, e no caso não se ajustaria, que seria a necessidade de policiar, a fim de que não perdesse numa palavra, nenhuma murmuração o que eu poderia dizer. S. Exa. somente por isso veio aqui. As vezes também dou êsse passado à bancada do lado de lá, mas, ao contrário de S. Exa., sempre o faço movido pela necessidade que tenho de conviver com os colegas a quem respeito, a quem prezo e com os quais em geral muito aprendo, nunca com outras intenções. De qualquer forma, não posso deixar de confirmar os meus agradecimentos e prosseguir no discurso, já agora na certeza de que não estou jogando pela janela tudo quanto digo, mas há sempre alguém com essa vocação, que vem recolher mesmo aquilo que não seria de maior valor.

O Sr. Josephat Marinho — E note V. Exa. que, sentado em nossa bancada, para nossa alegria, ele diz que o Governo não endurecerá.

O SR. MARIO MARTINS — Estou certo de que mesmo aqueles que desejam o endurecimento do Governo não o conseguirão. Estou certo — sou um otimista, já disse — em função das plataformas dos dois candidatos à Presidência do Clube Militar. Se os dois candidatos, Marechal Justino Alves e o General Carvalho Lisboa, nas suas plataformas, se dirigem ao seu eleitorado constituído de elementos das três Armas Brasileiras, dizendo da necessidade de se abrir caminho para um melhor entendimento, que não podemos estar tratando o povo a pata de cavalos, que temos de abrir lugar para que os moços sejam recepcionados, que temos de fortalecer as novas gerações, é porque estão convencidos de que o grosso daquele eleitorado assim pensa e isso é o que desejam.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MARIO MARTINS — Esse é o ponto de partida da argumentação que vinha desenvolvendo e que, por vezes, não tinha como fazer chegar diretamente ao souvidos do nobre Vice-Líder do Governo.

Com prazer ouço V. Exa., nobre Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. vai-me permitir, com o maior respeito, contemplar uma contradição no seu discurso.

O SR. MARIO MARTINS — Deve haver várias.

O Sr. Eurico Rezende — Algumas. Quando o objetivo é apenas condenar e não julgar as contradições se constituem numa constante. V. Exa. nunca deseja julgar o Governo. O propósito de V. Exa. é sempre condená-lo. Dai serem legítimas e adequadas as contradições. Mas votou apontar uma e a bem dizer, tem estentóica, bem superlatória.

V. Exa. reclama a restauração do poder civil, mas vai se tranquilizar nas lideranças do Clube Militar e do Clube Naval, quando deveria se tranquilizar com as lideranças do Congresso Nacional, traduzidas nas palavras do Líder Ernani Sátiro e do Líder Daniel Krieger. Então as palavras, os microtones das lideranças parlamentares não confortam nem tranquilizam V. Exa. V. Exa. prefere adquirir a paz e a tranquilidade na comparação, na disputa e nos comandos políticos casuais do Clube Militar e do Clube Naval. Não lhe parece isso? Ou é contradição, ou é intriga.

O SR. MARIO MARTINS — Sr. Presidente, vem V. Exa. e a Casa como o Senador Eurico Rezende não abandonou a sua preocupação de perscrutar, em busca, naturalmente, de aliados, sobretudo quando um deles está presente e pode trazer-lhe um raciocínio essencial neste momento em que S. Exa. vacila nas suas próprias palavras. Desde o início eu dizia que não havia, e não houve, nenhuma crítica, no meu discurso, ao Presidente da República, ao Governo. Estou falando do regime e fazendo questão de dizer que não se deve confundir regime com pessoas. Agora, por muito que eu preze, respeito e admire o Líder Ernani Sátiro e o nobre Líder Daniel Krieger; ainda que, no caso, sejam ambos figuras de grande representatividade, de grande autoridade moral, de reconhecido patriotismo e até, vamos dizer, de vocação liberal, embora intermitente, sofrendo alguns tropeços, alguns cochilos aqui e acolá a verdade é que — por muito que se reconheça nessas duas figuras êsses méritos — seria ingenuidade nossa admitirmos que o poder de decisão estivesse nas mãos deles e mesmo fossem eles os reais intérpretes de tudo quanto o poder de decisão descarrega sobre este país em determinadas horas.

Nos aqui, vivemos numa espécie de condomínio político-parlamentar: os representantes do Governo conhecem nossas dores e nós conhecemos, também, algumas das dores e das desilusões dos homens do Governo. Então, sabemos que o próprio Líder Daniel Krieger, como o Líder Ernani Sátiro, gostariam de estar melhor informados a respeito de determinadas coisas; gostariam, na hora em que ocupam a tribuna, de poder dar uma resposta mais decisiva sobre os apelos partidos daqueles que interpretam a outra camada de opinião.

A verdade é que o Congresso perdeu muito, mas muito da sua força de sua expressão.

Se eu propuser por exemplo ao nobre Líder Daniel Krieger e ao nobre Líder Ernani Sátiro a criação de uma pequenina emenda constitucional, no sentido de que, em determinados projetos, quando os líderes do Governo e da Oposição admitissem a dilatação do prazo, por metade do tempo normal, isto fosse automaticamente concedido — o que viria facilitar o aproveitamento dos nossos trabalhos nas comissões e até nos debates de plenário — S. Exas. não poderão decidir.

Estou convencido de que ambos os líderes, se tivessem o poder de decisão sobre matérias como essas da Constituição — sobre as quais deveriam decidir — não teriam condições, porque eles não representam apenas o seu próprio pensamento. Não representam apenas o pensamento de seus companheiros. São líderes do Governo e têm que representar o pensamento do Governo.

Ora, se o Governo, antes de tomar qualquer atitude mais importante, passa a consultar os diversos comitês de líderes militares, e se o próprio Presidente da República faz isso, não podemos por muito apreço, admiração que tenhamos pelo Líder Daniel Krieger, ou pelo Líder Ernani Sátiro, esperar que o povo fique aguardando que os líderes vão conversar

com o Governo, o Governo com os com o Governo, o Governo com os com o Governo, o Governo com os líderes e os líderes com o povo.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um rápido aparte?

O SR. MARIO MARTINS — Vou aguardar e depois concederei o aparte.

Gostaria de ficar dentro do meu discurso e não trazer o debate para aquela água; a não ser que, por um dos lados, de vocabulário, ou de conteúdo, ou de forma, eu discordasse de alguma coisa inconveniente contra qualquer pessoa.

Mas, como a gente, vamos ficar na terra. O que está sendo combatido é o regime. O que se está vendo com espereança é a manifestação de entidades como o Clube Militar — podia ser uma entidade civil — que sempre se afirmou na vida brasileira, sobretudo na República, e sua afirmação decide os destinos, os caminhos, as trilhas daquelas oportunidades históricas. Estou vendo, a exemplo do que já ocorreu no passado, que as campanhas para as eleições do Clube Militar começam a prenunciar um estado de espírito nas classes armadas, com o qual me congratulo. Quero louvar o Govê. no quando digo que confio nesse espírito das classes militares e não fico pensando como determinadas vanguardas de batalhão que parecem mais militares do que os próprios militares.

Tem o aparte o nobre Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende — Desejo colocar no meu aparte, dois ângulos, dois objetivos. O primeiro é abordar o fato de V. Exa., ao se referir às lideranças do Governo no Senado e na Câmara, ter dito que o povo fica a perguntar, em regime de perplexidade. O povo perguntou muito, realmente, durante aquela fase necessária e áspera do processo revolucionário. Fez perguntas e depois foi para as urnas. Srs. Senadores. E esse povo colocou no Congresso Nacional dois terços — uma estatística que não convence V. Exa., porque o dever político de V. Exa. é não se alquebrar diante das seduições da pressuazão e do argumento, é prosseguir fazendo oposição. Mas o povo colocou aqui uma estatística de dois terços, depois daquela pergunta que ele fez. Quanto ao que V. Exa. diz, que a eleição no Clube Militar é um termômetro da unidade do pensamento democrático nas Forças Armadas, é mais um termômetro. Porque há vários termômetros. Há um termômetro em cada comando do Exército, mas há um maior. Esse V. Exa. não quer clar, porque só quer falar no regime. E' o da união total das Forças Armadas em torno do Presidente Costa e Silva. E' o termômetro maior do que o do Clube Militar. Há, então, um termômetro agindo em termos de paralelismo com outro, os dois termômetros operando numa só redundância, isto é, um repetindo a temperatura do outro.

O SR. MARIO MARTINS — O nobre Vice-Líder do Governo anuncia ao País que cada batalhão, cada regimento, cada quartel tem o seu termômetro.

Pensávamos, nós da Oposição, que houvesse uma unanimidade maior, mas S. Exa. acha que deve haver um termômetro para cada unidade militar, porque diz S. Exa. que em cada batalhão há um termômetro.

O Sr. Eurico Rezende — Vossa Excelência está distorcendo as palavras.

O SR. MARIO MARTINS — Julgava que S. Exa. viesse com alguma outra explicação. Se S. Exa. disser que as duas candidaturas do Clube Militar estão aparecendo, como fundamento de sua plataforma, as coisas, então não seria apenas o corpo eleitoral do Clube Militar que se apresentasse, mas também o Presidente da República. Ai, eu felicitaria o País, porque nunca é tarde para alguém regressar ao bom caminho. Mas

é que S. Exa. dá um sentido — não gostaria de empregar a palavra, às vezes fica difícil encontrar a expressão que se quer — S. Exa. no seu voto faz o voto e pouca sempre aos pés do Presidente da República.

Sempre traz o debate para os pés, para o círculo do Presidente da República, quando estamos falando em regime, e lá dirige vários apelos...

O Sr. Eurico Rezende — Quando se dá ponteiros na oposição, temos que utilizar os pés também.

O SR. MARIO MARTINS — O pensamento de S. Exa. é dar ponteiros na oposição. É um pensamento que não se ajusta à cultura de S. Exa.

Sr. Presidente, a preocupação...

O Sr. Eurico Rezende — Vossa Excelência tem a mania de averiguar o sinal, calculando o posicionamento do seu interlocutor.

O SR. MARIO MARTINS — ... a preocupação de dar ponteiro não se ajusta à cultura de S. Exa.

O Sr. Eurico Rezende — Mas Vossa Excelência foi quem trouxe os pés para o debate. Então, houve a instrumentalização nos pés. É a relação de causa e efeito. Foi V. Exa. quem fez. E não estava operando com essa matéria-prima. Amanhã, poderão ser trazidos para o debate calcanhares e chulões.

O SR. MARIO MARTINS — Os pés são partes do corpo humano de igual nobreza. Tanto que aos Santos se rezam aos pés. Quando se diz "irmãos dos pés", referimo-nos justamente aquele território em que a cidadania se coloca sobre a terra. Não há nada, não se trata de beijar pés e de nenhuma figura de retórica. Pode ser aos pés do cidadão, pode ser ao pé da montanha. É justamente a parte que se concretiza na face da terra.

Agora S. Exa. diz que pretensão tratar a honra e os seus adversários, repito que isto não honra nem se ajusta à cultura de S. Exa.

Mas, Sr. Presidente, quero ver se dou um jeito de sair desse "Corredor polonês" em que S. Exa. quer colocar-me, e de não ficarmos aqui apenas tratando de aspectos pessoais.

O que dizia eu é que as plataformas dos dois candidatos do Clube Militar trouxeram desafogo e escaranteia.

Como o nobre Vice-Líder do Governo gosta de fatos, vou dar alguns, sem intenção, sem documentos retirados em Cartório.

Antes desses dois pronunciamentos, o que tínhamos, na Guanabara, por exemplo? Tínhamos a Polícia, escorada no Exército, que assistia passivamente, ao destilar dos seus cavalos, no porto da barra, milhares de milhares de estudantes dentro das escolas.

Ainda recentemente, quando uma delegação desses novos líderes que estão surgindo ia ter um entendimento com o Rector da Universidade do Rio de Janeiro, em encontro previamente marcado a Polícia, neste momento, na porta da Universidade, prendeu 14 rapazes e moças que acompanhavam essa delegação.

Era isso o clima que nos surgiram os primeiros candidatos desses militares a eleições do Clube Militar. E, então, o que tínhamos?

Em vez de proibir a cerimônia afetiva, cívica, que em todo 19 de abril se realiza no Rio de Janeiro, junto ao busto de Getúlio Vargas, a polícia declarou, por intermédio do Departamento de Segurança, que não admitia nada, discursos algum — se Vossa Excelência permite, eu diria, ao pé da porta — apenas que não se colocasse flores no pedestal; não se colocasse quando o "FEB", por iniciativa própria, concretizada na corteia, como resolvida nota do Presidente Getúlio Vargas, informou que condenava o ato do Governador e denunciava à Nação aquela arbitrariedade. O Sr. Ministro da Justiça resolveu, em entendimento com o Secretário de

Compreendo sua atuação e creio que o Senador Eurico Fozende pôs os pontos nas partes essenciais do seu discurso. Quero apenas, me referir a alguns tópicos da sua oração. Ninguém deseja eliminar a mocidade, na cooperação que deve e no direito que tem de interferir nos destinos da Nação. Mas, Sr. Presidente — e V. Exa. é um homem já encanecido, que tem a alta compreensão de pensar e de sentir — a mocidade, por mais briosa, por mais ativa, por mais patriótica que seja, não tem ainda, experiência para dirigir os destinos do País. Na vida pública, há uma escadaria; na vida pública há sempre degraus que precisam ser superados. A mocidade de hoje será, indiscutivelmente, o governo de amanhã. Que se lhe respeitem aqueles direitos que são inalienáveis, e que se estimule a que sirvam à Pátria com abnegação, com desprendimento, com estoicismo. É' um dever da nossa geração.

Eu lhe confesso, Sr. Presidente, que não gosto de uma mocidade rebelde. A mocidade é, como dizia o Barão Homem de Melo, como as agulhas: renovam as plumas nos dias de tempestade.

Ela dá a sua cooperação ardente e generosa.

Agora, compete àqueles que têm o timão do país conduzir, com esse vento de sopra a nau do Estado aos seus verdadeiros destinos.

Não se pode — e isso seria uma demagogia que eu creio que ninguém no Senado a ela descerá — dizer que se entregará a liderança da nação à mocidade que desponsa, à mocidade que há de despontar, à mocidade que é o futuro, mas que não é o presente, porque ainda no presente não tem ela as condições necessárias para dirigir a nação.

Também, Sr. Presidente e Srs. Senadores, sou um homem que não fujo a determinados debates.

Isso de cassação de municípios — eu não concordo com essa expressão.

Há um preceito constitucional — é na oportunidade a é que se deve ter discutido do acerto ou do seu erro — pelo qual o Governo deve declarar quais os municípios que interessam à segurança nacional.

O Sr. Mário Martins — V. Exa. permite um aparte?

O SR. DANIEL KRIEGER — Pois não.

O Sr. Mário Martins — Se ficarmos exclusivamente com a tese agora preconizada, das eleições municipais para prefeitos em razão da segurança nacional, então V. Exa. estaria de véspera — embora não seja essa a intenção de V. Exa. — reconhecendo, admitindo, amanhã, o Governo chegasse à conclusão de que seria um perigo à segurança nacional a realização de eleições em todos os municípios brasileiros, poderia resolver por essa eliminação, porque estabilidade da Constituição.

O SR. DANIEL KRIEGER — Essa lógica de V. Exa. é uma lógica de Pradique Mendes. É a lógica do absurdo. Não posso discutir com a lógica do absurdo. Jamais poderia admitir — e V. Exa. sabe que na Constituição existem recursos para, numa emergência dessas, se o País estiver em guerra, que seria a única oportunidade em que o Governo poderia tomar todas as medidas necessárias à integridade do País e à sua defesa.

O Sr. Mário Martins — Permita-me V. Exa. mais este aparte, já que tocou nesse assunto. Municípios do Rio Grande do Sul, Estado que V. Exa., com muita honra para os seus conterrâneos e para todo o País, aqui representa, Municípios como Uruguaiana, Santana do Livramento — que se não me falha a memória, era a terra do saudoso Flores da Cunha, que tinha um amor muito entranhado por Santa do Livramento e era grande amigo de V. Exa. — durante mais de um século, participaram de lutas em defesa da territorialidade do País. Alguns até foram teatro de operações em defesa da soberania nacional, depois de cento e tantos anos, recebem o diploma de que não têm capacidade patriótica para eleger seus Prefeitos, porque estariam colocando em risco todo o Brasil. Se Uruguaiana ou Santana do Livramento, ou outros Municípios do Estado de V. Exa. vierem a ter Prefeitos eleitos pelo povo — fico com a História — A História do Rio Grande nos afirma que o Brasil pode confiar no povo dessas cidades para elegerem prefeitos que jamais serão traidores da Pátria. Aqueles que pensam o contrário têm o direito de optar.

O SR. DANIEL KRIEGER — A armadilha de V. Exa. não me colhe. Jamais atribuiria a qualquer muni-

cípio do Rio Grande do Sul, numa luta contra o estrangeiro, servirem a outros interesses que não os do nosso País.

Mas quero advertir V. Exa. No próprio Rio Grande do Sul, que V. Exa., tanto invocam, 21 municípios foram declarados de segurança nacional. 14 são administrados por meu Partido.

O Presidente da República, na sua mensagem, obedeceu a um critério e sem nenhuma preocupação política um critério que reputo justo, incluindo todos os municípios da fronteira, administrados por esse ou aquele Partido. Dos municípios incluídos na faixa de segurança nacional mais de 80% pertencem à ARENA. E o Governo da República não se afastou desse critério, o critério de segurança nacional, fornecido pelo elemento competente: o Conselho de Segurança Nacional.

O Sr. Mário Martins — Permite-me V. Exa.?

O SR. DANIEL KRIEGER — Pode o assunto ser discutido, pode ser combatido, o Congresso tem o poder mesmo de modificar. Mas não se pode atribuir ao Presidente da República nenhuma outra atitude se não cumprir o dispositivo constitucional.

O Sr. Mário Martins — Vossa Excelência permite? O mesmo reconhecimento que faço em torno do de V. Exa. estendo ao Presidente da República que é gaúcho, também. Realmente, eu teria quase que me violentar, para admitir que V. Exa. como gaúcho, o Presidente da República como gaúcho, independente na verdade, de serem dois grandes brasileiros, viessem a apresentar contra a autonomia do seu Estado, do seu torrão natal, apenas pelo prazer de humilhar o Estado do Rio Grande do Sul. Nem V. Exa., nem o Presidente da República seriam disso capazes. Mas por outro lado, encontramos no Governo, um Presidente da República e um Líder do Senado, gaúchos, considerando boa medida impedir que o povo de 21 Municípios do seu Estado tenha o mesmo direito que essas diferentes populações sempre tiveram de escolher os seus governantes. Se Vossa Excelência mesmo me dissesse — e sei que isso seria uma heresia — que no passado, em qualquer época da História brasileira, o Brasil esteve em risco pelo fato de em 21 municípios ou em qualquer município do Rio Grande do Sul, haver um Prefeito eleito que não fosse um patriota — poderia ser adversário de Vossa Excelência mas sempre patriota — aí então nós devíamos examinar a história do Rio Grande do Sul e que nos dá essa tranquilidade de não haver necessidade de medidas desta ordem. A história nos afirma isto. Por que então humilhar a população desses 21 Municípios discriminando-os? Municípios que têm afirmação, como disse, de já terem sido praticamente campos de batalha, que tem fornecido ao Brasil as maiores figuras, tanto no meio civil como no militar. Há bombas que saem e em vinte minutos atravessam o Oceano Atlântico; então vamos ter a preocupação de fronteiras-limbeiras com receio de que um prefeito eleito nos dê menos patriotismo e entre ali um "Cavalo de Tróia" e se transforme aquele Município numa penta de quinta-coluna? — Confesso a Vossa Excelência, não sou gaúcho mas estou tranqüilo, podem eleger os vinte e um prefeitos da ARENA que não haverá o menor risco para o Brasil.

O SR. DANIEL KRIEGER — Eu agradeço a V. Exa. o conceito que faz sobre o Rio Grande do Sul. Não é apenas o Rio Grande do Sul que está sub judice. O Governo adotou um critério e colocou todos os Municípios que fazem fronteira com o estrangeiro.

O Sr. Mário Martins — Mas até correu fundo, dos 68 Municípios, 21 são do Rio Grande do Sul.

O SR. DANIEL KRIEGER — Por junto a V. Exa., ele poderia fazer discursos, pôr na fronteira de um país o estrangeiro e afastar de outro país o estrangeiro? Então ele estaria sugerindo a desconfiança de quem quer dos países, era preciso generalizar a medida para não criar essa desconfiança.

O Sr. Mário Martins — Mas talvez o ponto de partida fosse o Rio Grande do Sul, os outros é que deviam ser encucados na mesma filosofia.

O SR. DANIEL KRIEGER — Essa é a opinião de V. Exa.

O Sr. Mário Martins — Não é especulação pois eu disse talvez.

O SR. DANIEL KRIEGER — Nós, os riograndenses, politicamente sempre decidimos as nossas contendas dentro das urnas, com lealdade, com altivez. O vencedor nunca tem o recurso do vencido, porque cremos na justiça eleitoral.

O Sr. Mário Martins — Permite V. Exa.?

O SR. DANIEL KRIEGER — Com prazer.

O Sr. Mário Martins — E falo, sobre Senador, sem nenhum sentido de querer ser amável com V. Exa., mas, realmente, sou um grande admirador do povo gaúcho. Tenho ali parentes e talvez, seja o Estado do qual tenho percorrido maior número de Municípios. E também, as qualidades do gaúcho enobrecem de tal modo o povo brasileiro, estão de tal modo elevando a história do Brasil que não podemos ser insensíveis a tudo que se relacione com o Rio Grande do Sul. Arenas V. Exa. referiu o hábito que tem o povo do Rio Grande do Sul de manifestar-se nas urnas, e é justamente o que lhe querem tirar — por esse hábito. Não querem que nas urnas se manifeste uma divergência em torno de prefeitos de cidades. Eu diria que o Rio Grande do Sul tem o hábito de pelcar e, como se dizia, pelcar de poncho erguido. Mas tanto pelcando como depositando seu voto nas urnas o Rio Grande do Sul tem-se afirmado e sempre a favor do Brasil, jamais nos deu qualquer intransigência. De modo que, para se ferir o Rio Grande do Sul alcançarmos outras cidades fronteiriças. Devo ainda dizer, e V. Exa., com a cultura que possui, sabe, que sob o ponto de vista de estratégia militar não é apenas a questão da fronteira mas também a questão, vamos dizer, do litoral. Porque, se admitirmos a hipótese de que o inimigo só pode vir pelo interior estaremos quase como que tendo uma atitude namistosa para com os nossos vizinhos. Hoje, nós vamos para as fronteiras e já estamos indo também para cidades ao do centro, como Caxias. Amanhã, poderemos querer aplicar a mesma tese a todo litoral brasileiro. De modo que é contra ela que me insurjo. Quando a Constituição admite o direito de haver discriminação dessa ordem, não se pode dar a extensão que a mensagem pretende dar, e V. Exa. sabe que ela é muito mais profunda. Pode V. Exa. estar certo de que não dei o meu voto senão a favor do povo do Rio Grande. Votarei a favor do direito do povo riograndense, nos 21 municípios, de escolher os seus representantes. Pode V. Exa., nessa fase, pensar de modo contrário. Quando, porém, V. Exa. estava na oposição, e caso não tivesse a responsabilidade que tem hoje, como líder do governo, estou prejudgando, acho que V. Exa. jamais concordaria com discriminação dessa ordem, que golpeia municípios do Rio Grande que não tem mais de 80 municípios...

O SR. DANIEL KRIEGER — V. Exa., que diz defender o Rio Grande, está dando um sinal de ignorância. Nós temos de 228 municípios.

O Sr. Mário Martins — Realmente, preciso percorrer mais o Rio Grande.

De qualquer modo, são de 10% do total de municípios.

O SR. DANIEL KRIEGER — V. Exa. não reconhece que, para ser 10%, deveríamos ter 228 municípios. São 228 municípios, e não são 10%.

O Sr. Mário Martins — V. Exa. está dando maior demonstração de valor, como professor de matemática do que como defensor das prerrogativas do povo do Rio Grande.

O SR. DANIEL KRIEGER — Estou fazendo o que faço sempre, estabelecendo a verdade. V. Exa. equivocou-se, o que é raro. Mas, V. Exa. nesse assunto está, totalmente, equivocada. Eu quis, humildemente, contribuir para que V. Exa. desfizesse o equívoco.

O Sr. Mário Martins — Quando fiz a pergunta foi para me esclarecer.

O SR. DANIEL KRIEGER — Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço, desvanecido e continuo a dizer que me comove profundamente a devoção e a admiração do eminente Senador Mário Martins pelo Rio Grande do Sul.

Do fato o Rio Grande do Sul tem prestado inestimáveis serviços ao País e merece o afeto, o apreço e o reconhecimento de todos.

Mas o que se discute agora é, aí, eu nego a autoridade ao Senador Mário Martins para contestar, pois, critério que tenho mais dever do que ter para com o Rio Grande do Sul, e por ter sido eleito pela oposição em duas memoráveis eleições. Represento a maioria do Rio Grande do Sul no Senado da República e, portanto, seu defensor dentro da lei. S. Exa. que é homem erudito, lê muito, e teve que ler aquele livro maravilhoso de Victor Hugo, o 93, e ouviu a palavra de Churchill, quando dizia: "Obediência à lei".

Pois bem, Sr. Presidente, eu tenho recebido, devo declarar, solicitações de muitos municípios, não protestando contra as eleições diretas, mas protestando contra os termos da mensagem que declarou que era preciso corrigir certas malversações de finanças públicas. Nesta parte, sou profundamente solidário com os meus correligionários e adversários do Rio Grande do Sul. Não sei nenhum dos municípios que foram declarados de segurança nacional que tenha usado tais recursos públicos, porque, graças a Deus, a probidade é uma tradição riograndense.

Mas, Sr. Presidente, passado por esse episódio, quero falar na parte final do discurso do nobre Senador Mário Martins, sobre sublegenda. Sou favorável, o tenho declarado abundantemente; e não sou homem que fique de minhas afirmações. Vou de Deus, quando as faço faço-as de acordo com a minha consciência e, quando estou de acordo com a minha consciência, sou irremovível nas minhas convicções. Sou favorável à sublegenda. Acho que ela é indispensável à unidade do meu Partido, evita a duplicação das direções; ela possibilita, se a escolha for bem feita, que a sublegenda ajude a escolha do preferido e, se a escolha for mal feita pelo Partido, a sublegenda possibilita a reificação e dá opção ao eleitorado do Partido para que escolha aquele que ele acha que melhor corresponde aos seus interesses. Já se realizaram eleições com esta fórmula, e com esta fórmula tem o Senado a glória de contar com o Senador Mário Martins.

O Sr. Mário Martins — Bondade de V. Exa.

O SR. DANIEL KRIEGER — Se não fosse a sublegenda, nem ele nem outros homens que engrandecem esta Casa, como o Senador Guido Mondin talvez estivessem aqui. Sou fiel aos meus princípios. Defendo a sublegenda, porque entendo que ela corresponde às necessidades e à conjuntura presentes. E portanto, por ela bater-me-ei com todo o entusiasmo que ponho em todas as causas a que me dedico conscientemente.

Fique tranqüilo o Sr. Senador Máo Martins. Não é de declarações de oficiais neste ou naquele sentido que se põe a tranqüilidade da Nação. É a decisão do Chefe Supremo, do Presidente da República, que tem constantemente assegurado que quer se manter dentro da Constituição e das leis. Ao Presidente da República, portanto, é que se deve render as homenagens a que ele tem direito, pela sua conduta, pela sua decisão e pelo seu devotamento à causa pública. Muito bem! Muito bem! (Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

- José Guilmard
- Edmundo Levi
- Milton Trindade
- Catão Pinheiro
- Achilles Cruz
- Sébastiao Archer
- Petrônio Portela
- Sigfredo Pacheco
- Luiz de Barros
- Pessoa de Queiroz
- Teotônio Vilela
- Arnou de Melo
- Dykon Costa
- José Leite
- Eduardo Catalão
- Joséphat Marinho
- Eurico Rezende
- Vasconcelos Torres
- Mário Marins
- Milton Campos
- Benedicto Valadares
- Carvalho Pinto
- Lino de Mattos
- Fernando Corrêa
- Bezerra Neto
- Nilton Menezes
- Alvaro Catão
- Antônio Carlos
- Atílio Fontana
- Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE

(Pedro Ludovico) — Está terminada a hora do Expediente. Presentes 51 Srs. Senadores, passemos a

Item 1:

ORDEN DO DIA

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1968 (nº 3.914-B-66, na Casa de origem), que autoriza a reversão de uma área de terra na Cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, à Prefeitura Municipal da mesma localidade, tendo Pareceres sob números 316, 317 e 318, de 1968 das Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, aprovado — de Constituição e Justiça, favorável — de Finanças, favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.) Está aprovado. O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 1968

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a fazer reverter, através do Ministério dos Transportes, ao patrimônio do Município de Santa Cruz do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, uma fração de terras, com a área de

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a fazer reverter, através do Ministério dos Transportes, ao patrimônio do Município de Santa Cruz do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, uma fração de terras, com a área de

27.445,77 m2, situada na Cidade de Santa Cruz do Sul, e que confronta: ao Norte, com a Rua Júlio de Castilhos, com 100,30 metros; ao Sul, com a Rua Fernando Abott, com 9,50 metros; a Leste, com a Rua Ernesto Alves, com 288,55 metros; e a Oeste, dividindo várias propriedades particulares, com 288,50 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

(Pedro Ludovico) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2, de 1968, de autoria da Comissão Diretora, que põe a disposição do Governo da Paraíba, o Locutor de Radiodifusão, PL-10, Leonel Amaro de Medeiros, da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29 DE 1968

Põe a disposição do Governo da Paraíba o Locutor de Radiodifusão, PL-10, Leonel Amaro de Medeiros, da Secretaria do Senado Federal. O Senado Federal resolve:

Artigo único. É posto à disposição do Governo da Paraíba, nos termos dos artigos 92 e 300, item I, da Constituição nº 6, de 1960, pelo prazo de um ano, sem vencimentos, o Locutor de Radiodifusão, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Leonel Amaro de Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico)

Item 3.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 30, de 1968, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta Eriza Luiza de Souza Mendonça, Oficial Legislativo, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final.

E o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 30, DE 1968

Aposenta Eriza Luiza de Souza Mendonça, Oficial Legislativo, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentada, de acordo com os artigos 100, § 1º, 101, item I, alínea a, da Constituição do Brasil com os proventos correspondentes ao símbolo PL-5, mais a gratificação adicional a que faz jus, a Oficial Legislativo Eriza Luiza de Souza Mendonça.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico)

Item 4.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 31, de 1968, que autoriza a Prefeitura da Cidade de São Paulo, Estado de

São Paulo, a realizar contrato aditivo de financiamento para a execução das tarefas relacionadas com a elaboração do Estudo Econômico-Financeiro e ao Pré-Projeto de engenharia do Metrópoli daquela Capital, bem como a realizar um novo contrato para execução dos projetos construtivos da linha Norte-Sul do referido Metrô (Projeto apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 309-68), tendo Pareceres favoráveis, sob nºs 310 e 311, das Comissões: de Constituição e Justiça e dos Estados para Alienação e concessão de terras públicas e povoamento.

Em discussão o Projeto. (Pausa)

Nenhum dos Srs. Senadores deseja fazer uso da palavra, encerro a discussão.

O SR. LINO DE MATOS — (Pela Ordem) — Senhor Presidente, há um erro de impressão na parte final do Projeto que termina: "e dos Estados, para alienação e concessão de terras públicas e povoamento."

Evidentemente, a frase não pertence ao item 4 da pauta da Ordem do Dia; deve estar havendo, aí, algum equívoco.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Está assim redigido porque o projeto foi a essa Comissão.

O SR. LINO DE MATOS — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado e irá à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31, DE 1968

Autoriza a Prefeitura da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a realizar contrato aditivo de financiamento para execução das tarefas relacionadas com a elaboração do Estudo Econômico-Financeiro e do Pré-Projeto de Engenharia do Metrô daquela Capital, bem como a realizar um novo contrato para execução dos projetos construtivos da linha Norte-Sul do referido Metrô.

Art. 1º É a Prefeitura da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, autorizada a firmar com o consórcio Aochtiel Aktiengesellschaft fur Hoch- und Tiefbauten, vorm. Gebr. Heilmann, estabelecida em Essen, República Federal da Alemanha — Montagem Empreendimentos S. A., com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, Brasil; e Deutsche Eisenbahn Consulting GmbH, com sede em Frankfurt Main, República Federal da Alemanha, os seguintes contratos de financiamento:

— Contrato aditivo ao já autorizado pela Resolução número 47, de 1967, no valor de DM 6.000.000,00 (seis milhões de marcos alemães) para a execução das tarefas adicionais relacionadas com os Estudos Econômico-Financeiros e o Pré-Projeto de Engenharia do Metrô de São Paulo;

— Contrato de prestação de assistência técnica na coordenação dos projetos de construção dos trechos "e" e "sistemas" da linha prioritária Norte-Sul do Metrô de São Paulo, no valor de DM 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de marcos alemães).

Art. 3º O valor global da operação a que se refere o item I do artigo anterior não excederá a DM 6.000.000,00 (seis milhões de marcos alemães), à taxa de juros de 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento)

ao ano sendo as seguintes as condições de pagamento: 10% (dez por cento) na data de início da vigência do contrato, 15% (quinze por cento) em 7 de abril de 1969, e 75% (setenta e cinco por cento) em três pagamentos iguais, anuais e sucessivos de DM 800.000,00 (oitocentos mil marcos alemães) cada um, devendo ocorrer o primeiro em 7 de abril de 1970 e o último em 7 de abril de 1974.

Art. 2º O valor global da operação a que se refere o item II do artigo 1º não excederá a DM 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de marcos alemães) a taxa de juros de 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento) ao ano, sendo as seguintes as condições de pagamento: 10% (dez por cento) 30 (trinta) dias da data da assinatura do contrato, 45% (quarenta e cinco por cento) e três pagamentos iguais, anuais e sucessivos de DM 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil marcos alemães) cada um, devendo ocorrer o primeiro 2 (dois) anos e o último 4 (quatro) anos após a data da vigência do contrato; e 45% (quarenta e cinco por cento) em 5 (cinco) pagamentos iguais, anuais e sucessivos de DM 3.780.000 (três milhões, setecentas e oitenta mil marcos alemães) cada um, devendo ocorrer o primeiro 5 (cinco) anos e o último 9 (nove) anos após a data da vigência do contrato.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico)

Item 5º:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 1978, de 1967, de autoria do Senhor Senador Aarão Steindbruch, que solicita transcrição nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Ministro Osvaldo Trigueiro perante o Supremo Tribunal Federal, em comemoração ao nonagésimo aniversário do nascimento do Sr. Raul Fernandes de, do Parecer favorável, sob nº 306, de 1968, da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o requerimento.

Se nenhum Senhor Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Será feita a transcrição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico)

Item 6º:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 277, de 1968, de autoria do Senhor Senador Mário Martins solicitando transcrição, nos Anais do Senado, do artigo "Revolução e Desenvolvimento", de autoria do Marechal M. Poppe de Figueiredo, publicado no "Jornal do Brasil", em 24 de março de 1968, tendo Parecer favorável sob nº 305, de 1968, da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o requerimento.

O SR. MÁRIO MARTINS:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Tem a palavra o Senhor Senador Mário Martins.

O SR. MÁRIO MARTINS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, tomei a iniciativa de propor à Casa a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo "Revolução e Desenvolvimento", de autoria do Marechal Mário Poppe de Figueiredo, publicado no "Jornal do Brasil", porque estava convencido de que esse documento constituía uma atitude

capaz de fortalecer os princípios democráticos, no Brasil, caber as novas perspectivas políticas em nosso País e, ao mesmo tempo, ir, fatalmente, enriquecer os nossos registros.

Ao falar sobre a matéria permito-me, fazer, Sr. V. Ex.^a com isso concordar, sem fugir ao assunto, um pouco no esclarecimento às últimas palavras do nobre Líder da Aliança, Senador Daniel Krieger, quando analisara a momentosa questão das sublegendas.

Na oportunidade, S. Ex.^a, honrando-me, teve a generosidade de citar o meu nome como uma glória resultante do sistema de sublegendas estabelecido nas últimas eleições. Afastada a parte opinativa ao que a minha eleição poderia ter oferecido ao meu Estado e ao Senado, quero apenas fazer um esclarecimento.

Realmente, fui eleito numa sublegenda, e somente em sublegenda poderia ser candidato. Mas o resultado eleitoral não ficou na dependência da soma das sublegendas.

Eravam quatro candidatos. Não só fui o mais votado, como minha votação precedeu a do apoio da soma, do adicionar de qualquer número de votos das outras sublegendas. A diferença da minha votação para o candidato da ARENA foi da ordem de mais de 250 mil votos. A diferença para o outro competidor do meu Partido, o segundo colocado, foi de 98 mil votos.

De modo que não gostaria de admitir embora isso em nada desabone o meu mandato, que a minha vitória para esta Casa, resultasse da soma de votos de outros concorrentes para conseguir vencer o candidato da ARENA, por sinal homem a quem respeito e que considero digno de ser eleito senador pela Guanabara, como aliás todos os demais candidatos. Então, fica claro que determinado Senador do MDB foi eleito por uma sublegenda, mas fica claro, também, que esta eleição não careceu da soma dos demais candidatos do próprio MDB.

O Sr. Josephat Marinho — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MARIO MARTINS — Com prazer.

O Sr. Josephat Marinho — Além da explicação que da V. Ex.^a, me permito acrescentar que, para que vallesse a disposição legal, disciplinaria aquele tempo adotado pelo Governo revolucionário. Agora, porém, a situação é diferente, já não há a ditadura, nem podem ser adotadas medidas contra o sistema da Constituição. E o sistema da Constituição não permite a adoção de sublegenda, pelo menos com soma de votos, porque subverte a nossa universalmente estabelecida do voto majoritário.

O SR. MARIO MARTINS — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.^a.

Sr. Presidente, quero valor-me da oportunidade para dizer que, pessoalmente, sou favorável à sublegenda. Não poderia ser de outra maneira, se eu fui candidato dada a circunstância de haver sublegenda. Do contrário, teria havido um único candidato, que seria aquele da preferência da organização partidária. Eu, que me valho desse recurso, não teria, neste momento, autoridade para vir condenar o que me pareceu uma das poucas coisas democráticas existentes naquela lei. Agora, o meu partido, o MDB, se pronunciou, quase como que se fechada, no combate à sublegenda. Mas estou certo de que o partido não me obrigará a votar contra a sublegenda, porque do contrário eu iria desfigurar-me, uma vez que, na minha campanha, dentro e fora do partido, eu afirmo que a sublegenda era das poucas coisas que tinham resquícios democráticos naquela lei.

Admito, de acordo com o pensamento exposto pelo nobre Senador Josephat Marinho, que possivelmente

le, o que desvirtua a sublegenda seria a soma das diferentes legendas, o que daria, não um sentido majoritário ao pleito, mas um sentido de voto vinculado, ou voto partidário. E uma vez que a votação é majoritária, no candidato e não no partido, a tese é discutível mas respeitável, e a ela não me oponho de pronto. Apenas quero dizer que uma vez que fui eleito por haver sublegenda e a louve, o máximo que poderia fazer seria, até este ponto, não me opor à determinação do meu partido. Pessoalmente, não iria, nesta quadra, condenar uma tese que sustentei e aplaudi recentemente, da qual me valho para me eleger Senador, embora não tenha recorrido à soma das sublegendas.

Na verdade, no Rio de Janeiro, a preferência que o povo carioca me deu foi inscristível, no sentido do voto majoritário, porque fui o candidato que obteve maior número de votos e tive muito mais votos do que o candidato do partido adversário.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MARIO MARTINS — Com prazer.

Sr. Lino de Mattos — Apenas para acenar que o M.D.B. combate a sublegenda, mas apresenta uma substituição, que é o pluripartidarismo.

O SR. MARIO MARTINS — Quanto ao pluripartidarismo, estou inteiramente de acordo.

O Sr. Lino de Mattos — Ao invés das sublegendas que, na verdade, são bipartidos, nós oferecemos uma solução, a solução constitucional, como bem acentua o nobre Senador Josephat Marinho, que é o pluripartidarismo. No seu caso pessoal, se ao invés de estarmos sob essa carista da força de duas acromiações partidárias, tivéssemos recursos para examinar outras acromiações partidárias, a soma de Guanabara teria sido uma das duas: V. Ex.^a concorria só, pelo P.M.B., e estaria aqui eleito; ou V. Ex.^a concorria só, por outra agremiação partidária, e estaria aqui eleito, mas não por sublegenda e sim por uma agremiação partidária. É a substituição que o M.D.B. oferece, e que o M.D.B. oferece a substituição de V. Ex.^a, isto é, a substituição de sublegenda que ao eleger senador, mas não por sublegenda, mas por uma agremiação partidária, se V. Ex.^a, dentro do contexto do partido, concordasse com o nome e a sublegenda, mas não com a sublegenda. É a posição que, realmente, me parece mais acertada. Mas V. Ex.^a tem o problema...

O SR. MARIO MARTINS — Quando é segunda parte, é claro que sou a favor do pluripartidarismo. Acho que esta o caminho real, porque, na esfera fundamentalmente se baltem o P.M.B. e o povo. A sublegenda é um artifício dirigido a nós, que estamos sob compressão do partido. Os próprios homens do Governo confessam tudo isso é feito para evitar a Oposição ganhe eleições e procurem mil modos mil artifícios para encontrar uma fórmula de alquimia capaz de evitar que o Governo seja derrotado. Nós, entretanto, nos subdividimos: queremos a sublegenda, ou apenas uma legenda, ou o pluripartidarismo. Admitidos a divisão do nosso partido porque procuramos ir ao encontro daquilo que entendemos ser o melhor para o Brasil e para a democracia. Não estamos raciocinando enquadramente dentro das fronteiras do nosso partido ou dos nossos interesses políticos eleitorais. Os do Governo, que estão defendendo com tanta ênfase esse projeto, têm, na verdade, razões diferentes da minha. O que querem é impedir que a Oposição ganhe, enquanto que quando eu admito que, não havendo pluripartidarismo na lei, mais a sublegenda, é para que outras correntes possam

manifestar-se dentro do mesmo partido. E' o que defendo.

O ideal é o pluripartidarismo e a sua defesa me consagra, dentro das minhas possibilidades, nesta Casa.

O Sr. Josephat Marinho — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MARIO MARTINS — Com muito prazer.

O Sr. Josephat Marinho — Além de tudo, não se pode falar que a sublegenda visará a preservar a unidade partidária, porque há situações em que as divergências locais não são raras conciliações de caráter político. São divergências que se estendem até a luta pessoal, como se verifica, por exemplo no Rio Grande do Norte. Imagine V. Ex.^a, somarem-se no Rio Grande do Norte, os votos de ou 3 candidatos da Arena, um apoiado pelo Governador Walfrido Gurgel e pelo Deputado Aloysio Alves, outro apoiado pelo nosso colega Senador Dinarte Mariz. Somar o que? Votos de inimigos? Somar quantidades heterogêneas, é mais do que contra-senso, é imoral.

O SR. MARIO MARTINS — Senhor Presidente, o requerimento ora em discussão, de minha autoria, é no sentido de fazer constar dos Anais do Senado o artigo do Mal. Poppe de Figueiredo, militar que tem prestado relevantes serviços ao País e goza de alto conceito, não só entre os seus camaradas, mas, também na sociedade, no meio civil concordamos com a transcrição nos Anais deste artigo, nós estamos permitindo que, no futuro, com muito mais facilidade, alguém, através de pesquisas, possa encontrar um dos primeiros fatores da reformulação que, espero, ocorrerá no Brasil não dentro do muito tempo.

A declaração do Marechal Poppe de Figueiredo, que honra os verdadeiros militares e foi uma das primeiras neste quadro, com a coragem e a autoridade para reconhecer a necessidade de dizer que andaram demais aqueles que, aproveitando-se de um movimento militar que teria como finalidade apagar, do governo, os chamados "bandidos", e, ao mesmo tempo, impedir que a hierarquia militar, calada em face de subversão, e a sociedade que aceita uma usurpação dos motivos da revolução, desse movimento de fato e conceito histórico dos classes armadas, em manifestações de ordem. Porque, até hoje, a tradição militar era que o militar poderia atuar em determinadas instâncias, para fazer certas concessões se fosse o caso, mas nunca para usufruir, ou para permitir que alguns deles se beneficiassem diretamente com o Governo e pretendessem monopolizar para a classe a responsabilidade de dirigir o País.

É um documento corajoso, de alta categoria, sobretudo pela autoria, do Marechal Poppe de Figueiredo, que é uma das primeiras pedras colocadas na ponte a ser construída e que vai permitir novamente o intercâmbio, de maneira mais livre, mais espontânea, de idéias e compromissos entre as classes armadas e a sociedade brasileira. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Foi aprovado.

Será feita a transcrição pedida.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 407, de 1968

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requi-

ro dispensa da publicação para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº de 1968, que aposenta Erzila Luiza Souza Mendonça, Oficial Legislativo, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1968. — Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Em confluência da aprovação do requerimento do Sr. Senador Lino de Mattos, passa-se imediatamente à apreciação da Redação Final.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura da Redação Final.

É lida a seguinte

Parecer nº 349, de 1968

Redação final do Projeto de Resolução nº 30, de 1968, que aposenta Erzila Luiza de Souza Mendonça, Oficial Legislativo, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 30, de 1968, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº, DE 1968

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentada, de acordo com os artigos 100, § 1º e 101, item I, alínea "a" da Constituição do Brasil, com os proventos correspondentes ao símbolo PL-5, mais a gratificação adicional a que faz jus, Oficial Legislativo, Erzila Luiza Souza Mendonça.

Sala da Comissão Diretora, em 24 de abril de 1968. — Gilberto Marinho — Pedro Ludovico — Dinarte Mariz — Lino de Mattos — Guto Mondim — Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, deu a discussão como encerrada.

Em votação a redação final.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada. O projeto vai promulgação.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 403, de 1968

Nos termos dos arts. 211, letra e 215, do Regimento Interno, requer, dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 29, de 1968, que põe à disposição do Governo da Paraíba, o Locutor Radiodifusão, PL-10, Leonel Amaro Medeiros, da Secretaria do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1968. — Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Passa-se imediatamente discussão da redação final que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Parecer nº 350, de 1968

Redação final do Projeto de Resolução nº 29, de 1968, que põe à disposição do Governo da Paraíba, o Locutor de Radiodifusão, PL-10, Leonel Amaro de Medeiros, da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução

ção nº 29, de 1968, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº, DE 1968

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É posto à disposição do Governo da Paraíba, nos termos dos artigos 92 e 300, item I, da Resolução nº 6, de 1960, pelo prazo de um ano, sem vencimentos, o Locutor de Radiodifusão, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Leonel Amaro de Medeiros.

Sala da Comissão Diretora, em 24 de abril de 1968. — *Gilberto Marinho — Pedro Ludovico — Raul Giubertini — Dinarte Mariz — Guido Mondin — Lino de Mattos.*

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Em discussão a Redação Final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a Redação Final, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Ainda há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Carlos Lindenberg.

O SR. CARLOS LINDENBERG:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente Srs. Senadores, recébi, há poucos dias, um expediente da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo, que vou ler para o Senado da República, fazendo, posteriormente, alguns comentários, embora o próprio expediente já esclareça, por demais, o assunto e venha acompanhado da documentação necessária, como provas do alegado, e cuja documentação ficará em meu poder.

Diz o ofício do Ilustre Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo:

(Lendo)

Exmº Sr. Senador:

Na qualidade de Presidente em exercício da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo, venho à presença de V. Exª fazer um apelo veemente, para que agite com urgência no Congresso a situação aflitiva em que se acham as classes rurais deste Estado, submetidas descontroladamente, despojadamente, vandalicamente desonestamente à sanha e à voracidade dos agentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) na cobrança da Contribuição (imposto) Sindical.

Apoiada legalmente no Decreto nº 55.517, de 31.1.64 e na Portaria MTPS 71, de 2.2.65 atos estes que contrariam e desvirtuam a Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963 (Estatuto do Trabalhador Rural), contrataram cobradores inescrupulosos dentre estes os agentes da firma "Ismar Teixeira Cabral" especializada em cobrança das Contribuições Sindicais (mediante comissão de 20%), está subornando quem consegue subornar, amedrontando os ingênuos lavradores e ameaçando a todos com "penalidades" e multas de até NCr\$ 1.300,00. Muitos coltados não têm dinheiro em casa, vendem as pressas e mal seus produtos e saem para pagar, achando que é o governo que exige".

A princípio muitos cobradores recebiam pessoalmente os impostos, davam recibos falsos e embolsavam o dinheiro como aconteceu por exemplo, em Bar-

ra de São Francisco, onde alguns se locupletaram com até NCr\$ 10.000,00!

Para se livrarem das "penalidades" muitos ingênuos ameaçados pagaram duas e três vezes o mesmo imposto!

Outros são atraídos pelo "abatimento" que os despóticos cobradores fazem para atrair mais adeptos.

É tão absurda, odiosa, desenfreada e arbitrária, a atuação dos Agentes da CONTAG no meio rural, que torna-se difícil acreditar-se que não sejam ouvidas as reclamações dos prejudicados, ou ainda não tenham sido vistas as provas apresentadas.

A Federação da Agricultura de Minas, na pessoa do seu Presidente Dr. Josapha Macedo, apresentando volumosa comprovação, já denunciou energeticamente, às autoridades federais, estaduais e militares essa situação naquele grande Estado.

A Confederação Nacional da Agricultura já reclamou ao Sr. Ministro do Trabalho, apresentando magistrats pareceres dos maiores juristas do País, como J. A. Cesarino Junior e outros.

Há promessa de definir a questão por meio de portaria (a pior ainda) conciliatória e perigosa, imitando a justiça de Salomão, repartindo igualmente os "contribuintes".

Mas, portarias e mesmos decretos não podem alterar a Lei. Em nome de 25 Sindicatos Patronais que ontem reunidos em Assembleia, erigiram desta Presidência uma medida enérgica espero confiante a manifestação dessa augusta Casa de Leis, que por certo agirá como legítima representante e defensora dos interesses do povo.

Por esta denúncia, talvez eu seja preso e maltratado como "subversivo". Se isto acontecer darei por bem empregada, defendendo a sofrida classe rural.

Atenciosas Saudações.

(a) Lúcio Fernando Ramos

Como se vê Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo, solicita em nome dos 25 Sindicatos que representa, a "manifestação dessa augusta Casa de Leis (o Senado Federal), que por certo agirá como legítima representante e defensora dos interesses do povo".

Acontece, entretanto, que a Lei existe e muito bem estudada e elaborada, que é o Estatuto do Trabalhador Rural — Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. Mas acontece, também, como esclarece o próprio Presidente da Federação, que os Decretos-lei 55.517, de 31.1.1964 e Portaria nº 71 do M.T.P.S. de 2.2.1965, contrariam e desvirtuam a citada lei, dando ensejo a ação descontrolada e irregular da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura levando não só tremenda confusão ao meio rural como o descontentamento e a intranquilidade a todos os pequenos proprietários, arrendatários ou parceiros.

Num exame, mesmo superficial do Estatuto em vigor — Lei 4.214 — encontramos logo nos artigos 2º e 3º a definição do que é trabalhador rural e do que é empregador. Diz o artigo 2º: "Trabalhador Rural para os efeitos desta Lei é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago, em dinheiro ou in natura, ou parte in natura e parte em dinheiro".

Já o artigo 3º reza o seguinte: "Considera-se empregador rural, para os efeitos desta Lei, a pessoa física ou jurídica, proprietária ou não

que exerça atividades agrícolas, pastorais ou na indústria rural, em caráter temporário ou permanente, diretamente ou através de prepostos".

A nosso ver, a Lei é de clareza meridiana, não deixando margem a interpretação que não traduza o que está claramente escrito. Parece-nos que a confusão existente que tanto aflige o meio rural, não é d'agora, mas, vem de longe, da prática errônea de se modificarem Leis ou Decretos-Leis por simples portarias ministeriais, ou Leis por Decretos-Leis e igualmente por Portarias, contrariando o Direito e a técnica legislativa.

Assim é que a Portaria nº 355-A, de 20.11.62, contra a letra e o espírito do Decreto-lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944 e contra toda a tradição do direito brasileiro sobre enquadramento sindical, tanto geral como rural criou a figura excludente do "sindicato misto", como se possível fosse a uma entidade sindical defender ao mesmo tempo os interesses do empregado e os interesses do empregador. É evidente que também o pequeno proprietário ou arrendatário de terras, o parceiro ou empreiteiro, são empregadores, porque eles contratam empregados, eles pagam empregados por sua conta, para os serviços que vão executar. Não compreendo, assim, como seria possível fazerem parte de sindicatos de empregados. Colidindo muitas vezes os interesses de uns com os de outros, não sei como decidia o Sindicato ao qual estivessem filiados juntamente, com seus empregados ou a própria Contag. Estariam diante da figura inadmissível de um causídico que fosse advogado de autor e do réu ao mesmo tempo.

Acontece, entretanto, que o Decreto-lei 55.517, de 31.1.64 também reconheceu a Contag como representante inclusive dos trabalhadores autônomos, dos parceiros e dos pequenos proprietários, confirmando assim a criação de um verdadeiro sindicato misto preconizado pela citada portaria 355-A. Ainda vem depois, a Portaria nº 71, de 2.2.1965, igualmente esquisita, que investe contra o Decreto-lei 7.038, de 1944 e contra a Lei 4.214, de 1963, ambos em vigor, que regulam a sindicalização entre nós e muito bem especificaram o que é empregado e o que é empregador rural. A Contag ao que tudo indica, para exigir a Contribuição Sindical dos pequenos proprietários e trabalhadores autônomos basta-se tão somente, no Decreto-lei 55.517 de 31.1.1964 e na Portaria nº 71, de 2 de fevereiro de 1965 já citadas que de modo algum podem prevalecer por absolutamente ilegais e contrários à própria Constituição.

Com esses ligeiros comentários, Sr. Presidente, Srs. Senadores e, em face da situação legal legitimamente existente, resta-nos apenas fazer um veemente apelo ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, para que tome a seu cargo a solução urgente desse grave problema que tanto preocupa, confunde e intranquiliza o meio rural e principalmente o pequeno proprietário modesto e inibido que não sabe e não tem recursos para se defender. Escolmando o Sr. Ministro do Trabalho os erros existentes trazidos por portarias e decretos-leis que violentaram as Leis e o Direito, terá regulado perfeitamente a matéria, prestando relevante e extrarodinário serviço aos empregadores e aos empregados que teimosamente continuam apegados à terra vivendo no desconforto do interior e produzindo para o País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Tem a palavra o nobre Senador Pessoa de Queiroz.

O SR. PESSOA DE QUEIROZ:

Senhor Presidente motivo de força maior impediu-me — como era de meu agrado — tomar parte nas festividades que assinalaram o plantio de mudas de cerejeiras ofertadas pela Embaixada do Japão ao Congresso Nacional.

Se presente, teria preferido naquela oportunidade, algumas palavras que traduzissem o meu júbilo por mais aquela prova de fraternal estima entre os povos do Japão e do Brasil.

Não querendo, porém, deixar de testemunhar minha satisfação por aquela iniciativa, estou enviando à Mesa o discurso que não pude pronunciar naquela ocasião e para o qual solicito publicidade agora.

É o seguinte o discurso do Senhor Senador Pessoa de Queiroz entregue a Mesa para ser publicado:

O SR. PESSOA DE QUEIROZ:

Sr. Presidente, o mundo foi criado por um casal divino — Izanami e Izanagi — e desse casal desce Anaterasu, deusa do sol, a qual remonta a dinastia do Imperador do Japão. O grande país do oriente seria, assim, tão antigo quanto próprio mundo e nas suas origens estaria o signo das coisas sagradas.

E' a lenda que assim nos fala, bem o sabemos, mas fiquemos com as lendas, que elas, tão cheias de mistério, muitas vezes explicam fatos que a ciência desconhece.

Sim, o Japão é, já por si, um milagre. Um mundo de suas, um mundo cheio de problemas e dificuldades, vindo das profundezas dos tempos, de repente adquire formas definidas, cresce, se consolida, se firma e passa a brilhar com o fulgor do sol entre grandes potências mundiais, asombroando a todos.

A guerra russo-japonesa depois a guerra sino-japonesa, mais tarde a primeira grande guerra, profetaram, do súbito, o Japão, nos quadros políticos do universo como uma estrela de primeira grandeza.

Visto, no entanto, a segunda grande guerra e, aliado da Alemanha hitlerista, o Japão beijou o pó da derrota.

O que sofreu então, o país oriental, conhecemos, pois foi praticamente arrasado e toda a sua estrutura política, social e econômica foi violentamente sacudida em suas bases.

Vinte anos, porém, se passaram e, como que renascendo das próprias cinzas, o Japão retornou a sua posição de liderança e hoje se situa, no plano cultural e econômico, em posição de vanguarda.

Vencendo na indústria na agricultura, no comércio, nas letras, nas ciências e nas artes, o Japão, pelas condições em que vive e progride, mostra uma força telúrica tão formidável que parece, mesmo, um país de origem realmente divina, fazendo-nos acreditar que Anaterasu, a deusa do Sol, vela por ele lá do começo dos tempos.

Colocado entre as grandes potências, depois de 1914, o Japão, derrotado na última grande guerra, passou a país ocupado, perdeu a Coreia, Formosa, o sul de Sakalina e as ilhas Marianas e teve limitada a quase nada a sua outrora tão poderosa força militar.

Entretanto, mercê da capacidade, da inteligência e do patriotismo de seu povo, o Japão se refez rapidamente e já compete em pé de igualdade, com as nações mais desenvolvidas do planeta.

Embora possuindo, de suas terras, apenas 15% de área cultivável, sua agricultura, graças à técnica e à tecnologia do camponês, satisfaz no consumo de cerca de cem milhões de habitantes.

Sua indústria é admirável e ao lado da tradicional — de porcelana, do papel, da seda — firma-se como

das melhores, a sua indústria ótica, a petroquímica, a de aparelhos termoeletrônicos, a de automóveis, a naval, etc.

Seu comércio praticamente inexistente até 1872, quando se construiu a primeira estrada de ferro, ligando Tokyo a Yokohama, atingiu em poucos anos, um desenvolvimento extraordinário, sendo que este ano, as suas exportações alcançaram a soma de dez milhões de dólares.

Mas não só no campo econômico que o Japão continua brilhando.

Também na esfera da cultura. Faltava analfabetos, contando com um milhão de estudantes, que se distribuem por suas numerosas universidades e por seus milhares de colégios, por isso mesmo as letras, as artes e as ciências são cultivadas com fervor pelo seu povo.

Na literatura, grandes figuras seguem, hoje, o caminho iniciado, na poesia, com o aparecimento da antologia Manyoshu, e, na prosa, com o romance Grizli Monogatari, de Murasaki Shikibu.

Na escultura e na música: o japonês está igualmente presente em todos os movimentos contemporâneos.

A ciência — que, no passado, contou com Seki, matemático contemporâneo de Newton, criador do Tenzan (álgebra japonesa); com Takeza, inventor da análise infinitesimal; com Ikeno, que se projetou nos estudos de botânica; com Kitazato, que fez a cultura pura do bacilo da desintéria epidêmica; com Neguchi, que se ocupou da fisiologia dos venenos, da febre amarela, realizou a cultura pura do micróbio da sífilis e descobriu o micróbio da raiva; com Hata, que descobriu o remédio químico 606, e outros, — hoje dispõe de homens igualmente notáveis e que estão promovendo o extraordinário progresso do país.

É esse povo que em Brasília se faz representar hoje poeticamente, na oferenda que fez ao Brasil, das mudas de cerejeiras que irão florescer nos jardins do nosso magestoso Palácio do Congresso Nacional.

Não é sem sentido o fato de essas árvores terem sido oferecidas ao Senado e serem plantadas nos jardins do Congresso.

Belas, puras, perfumadas, as cerejeiras, que aqui se abraçam flor, valerão como um símbolo da democracia, da que o Congresso é o pedestal e a expressão mais autêntica. Se são as árvores, as flores e os frutos que embelezam a natureza física, é a democracia que embeleza o mundo político.

Ora, não há democracia sem Congresso, que é a Casa do povo, o canto onde as grandes idéias são semeadas, germinam, crescem, dão flores e frutos.

Quando, chegada a hora as cerejeiras, que nos ofertaram os nossos irmãos do Oriente, estarão florindo, nessa hora o novo japonês, em seu belo País, deverá ter a certeza de que nós, Senadores do Brasil, olhando as árvores aqui plantadas, nelas teremos constante inspiração para a nossa luta incessante em defesa dos ideais democráticos, que são os ideais de todos os povos livres, como o japonês e o brasileiro, hoje irmãos em busca de um mundo mais igual, mais justo, melhor.

O SR. PRESIDENTE:

(Pedro Ludovico) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa).

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso está convocado para duas sessões conjuntas, hoje, às 21 horas e às 21 horas e 30 minutos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, convocando a Casa para uma sessão extraordinária amanhã, às 10 horas, com a Ordem do Dia de trabalhos em comissões.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 17.20 horas)

TEXTO QUE SE REPUBLICA POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES À ATA DA 51ª SESSÃO, EM 22 DE ABRIL DE 1968, PUBLICADO NO DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL DE 23 DE ABRIL DE 1968.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) Há Projeto de Resolução que será lido pelo Senador 1º Secretário.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 32, de 1968

Altera o Regimento Interno do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º. It. III do art. 171 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“III — compulsoriamente, quando se tratar de projeto de iniciativa do Poder Executivo e faltarem cinco dias, ou menos para o término do prazo dentro do qual deva sobre ele pronunciar-se o Senado.”

Art. 2º. Derogam-se o parágrafo único do art. 70 do Regimento Interno e as demais disposições, em contrário.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A execução do item III do artigo 171, mandando incluir compulsoriamente na Ordem do Dia matéria de iniciativa do Poder Executivo, quando faltarem quinze dias para sobre ela manifestar-se o Senado, tem reduzido, prática e desnecessariamente, o prazo, já exiguo, para as Comissões emitirem parecer, em suas próprias sessões. Daí, o atropelo de que muitas vezes se tem revestido, em plenário, a apreciação de tais matérias, com pareceres insuficientemente prolatados e os Srs. Senadores sem perfeito conhecimento de causa para a votação. O lapso de cinco dias, como se propõe, é mais do que suficiente, deixando margem às Comissões para estudo menos apressado.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1968. — Aloysio de Carvalho.

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO OSWALDO TRIGUEIRO PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, POR OCASIÃO DAS COMEMORAÇÕES DO NOGÉSIMO ANIVERSÁRIO DE NASCIMENTO DO SR. RAUL FERNANDES, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 978, DE 1967, DE AUTORIA DO SR. AARAO STEINBRUCH, APROVADO NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE ABRIL DE 1968.

O advogado Raul Fernandes completou ontem noventa anos de idade. Por esse motivo, o Congresso Nacional, o Governo da República, através do Ministério das Relações Exteriores, e a própria nação, por vários de seus órgãos culturais mais representativos, prestam ao preclaro brasileiro homenagens tão calorosas quanto merecidas.

Designando-me para registrar o acontecimento na ata de nossos trabalhos, Vossa Excelência considerou-me o aspecto excepcional e expressou, por antecipação, o sentimento unânime com que o Supremo Tribunal se associa ao tributo da admiração e reconhecimento que o Brasil rende a essa figura excecional de sua inteligência e de seu caráter.

Raul Fernandes, que não tem emprego público, vive da advocacia que iniciou ainda no século passado. Isso quer dizer que ele tem sido sobretudo advogado.

Nos encargos que desempenhou foi principalmente como jurista que se destacou, de sorte que nossa homenagem é apropriadamente endereçada ao servidor do direito que, no Direito, na atividade e parlamentar nos conclaves internacionais, tanto tenha enriquecido nossos padrões de cultura jurídica.

Em mais de meio século de vida pública, o jurista teve atuação das mais ilustres na Câmara dos Deputados, no Ministério das Relações Exteriores e em relevantes missões diplomáticas. É certo que não foi senador. Não chegou a tornar-se a terra natal, impedido que foi de exercer a presidência por um dos atos mais lamentáveis da prepotência federal contra a autonomia dos Estados. Não chegou à Presidência da República, apesar de para ela lembrado por Getúlio Vargas, como candidato de conciliação para a crise institucional de 1945. De todo modo, porém, coupo sempre perseguido pelo patriciado intelectual da República, e dele se disse com justiça que é grande entre os grandes e igual aos maiores.

No desdobramento de sua longa carreira, foi-lhe permitido o privilégio, que poucos tiveram, de servir em altos postos da República, sob três regimes constitucionais, sem, entretanto, haver servido ao Estado. Iniciou-se como vereador em Vassouras, base municipal que logo depois o elegia para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, para a Câmara Federal, onde ingressou em 1909.

Como deputado foi convocado, em 1918, para integrar a delegação do Brasil à Conferência da Paz, que se reuniu em Versalhes. De Versalhes passou para Genebra, como delegado brasileiro às primeiras reuniões da Assembleia da Sociedade das Nações.

Nesta, Raul Fernandes teve atuação pessoal por ninguém excedida, quer quanto à competência com que enfrentou os temas jurídicos em debate, quer quanto ao grau de influência com que contribuiu para a solução dos problemas mais complexos.

É de todos conhecida sua participação na Comissão incumbida de elaborar o Estatuto da Corte Permanente de Justiça Internacional. Deve-se-lhe a vitória do princípio da igualdade dos Estados na composição da Corte, com o repúdio do projeto na parte em que dava às grandes potências, membros do Conselho, o privilégio de indicarem juízes permanentes. De sua iniciativa foi a fórmula, consagrada no artigo 36 do Estatuto, que tornou viável a instituição da justiça internacional, pelo princípio da aceitação facultativa da jurisdição compulsória.

Da autoridade e do renome alcançados por ele perante a Sociedade das Nações dá-nos o melhor atestado o convite que lhe foi feito, em 1925, para Consultor Jurídico dessa entidade, escolha que somente podia ser considerado os méritos individuais do internacionalista, sem que para isso pesasse o remoto prestígio do país que representava.

Ainda sob a primeira República, Raul Fernandes recebeu do Brasil o encargo de chefiar nossa delegação à Quinta Conferência Pan Americana, que se realizou em Havana, no ano de 1928.

Depois da Revolução de 1930, ocupou o cargo de Consultor Geral da República. Fluiu, em 1933, para a Assembleia Nacional Constituinte, onde teve a honra de um dos papéis de maior relevo, como relator geral do projeto de Constituição. Na primeira e única legislatura sob o regime de 1934, desempenhou as funções de líder da

maioria, e nesse posto atingiu sem dúvida o ponto mais alto de sua carreira parlamentar.

No ostracismo do Estado Novo, cingiu-se aos trabalhos da banca de advogado. Mas em 1945, quase aos setenta anos, participou da campanha de redemocratização do país, embora abstendo-se de disputar mandato eletivo. Não pôde, porém, esquivar-se de voltar ao serviço da nação, quando, logo depois, convocado pelo Presidente Eurico Dutra, foi então mandado a Paris, como delegado à Conferência da Paz, e, logo depois, nomeado Ministro das Relações Exteriores.

Durante sua gestão realizou-se a Conferência Interamericana de Petrópolis. Dessa reunião saiu o Tratado do Rio de Janeiro alicerce do vigente sistema jurídico continental, no qual, graças sobretudo à habilidade de nosso Chanceler, se consagrou pela primeira vez, no direito internacional, o princípio da obrigatoriedade das sanções.

Da competência, do equilíbrio, da autoridade com que Raul Fernandes presidiu a esse conclave há testemunhas e documentos sobremodo expressivos. Não é dos menos autorizados o do Presidente Truman, as assinalar que o General Marshall, Secretário de Estado e Chefe da Delegação dos Estados Unidos, reconheceu não haver encontrado, em suas peregrinações diplomáticas, personalidade de que houvesse tido maior impressão.

Deixando o Ministério, voltou mais uma vez à advocacia, que não quis trocar pela Corte de Haia, para a qual fora convidado, pelo Presidente Getúlio Vargas, quando se deu a vaga de Filadelfo Azevedo. Retornou, entretanto, ao Itamarati, em 1954, a convite do Presidente Café Filho, numa das horas mais difíceis da República, e na qual, pela segunda vez, conduziu, de maneira exemplar, a política exterior do país.

Os serviços que Raul Fernandes tem prestado ao Brasil nunca deixaram de ser reconhecidos, se bem que, por sua natureza, não fossem suscetíveis de promover-lhe a popularidade. Por outro lado, foram serviços prestados no plano internacional numa época em que os problemas de nossa política externa ainda não eram matéria de debate quotidiano. Por outro lado, sabemos que Raul Fernandes é um dos nossos homens públicos mais refratários à publicidade.

Sem dúvida, da parte dos órgãos representativos de nossa cultura, esse reconhecimento tem sido eloquentemente reiterado. A Sociedade Brasileira de Direito Internacional peticionou a honra de ser por ele presidida. A Ordem dos Advogados do Brasil elegu-o para a presidência de seu Conselho Federal, em 1944. A Faculdade de Direito de São Paulo, de onde saiu laureado em 1898 concedeu-lhe o título de doutor honoris causa, distinção que a poucos tem conferido.

De certo modo, entretanto, esses méritos, além de nossas fronteiras, têm sido proclamados com maior ênfase. Essa é a opinião de Gilberto Amado que, no notável ensaio que escreveu sobre Raul Fernandes, acentuou que esse eminente jurista, com destaque em todos os livros de direito internacional contemporâneo, como um de seus mais lúcidos construtores e como um dos que mais nitidamente contribuíram para a tributação para a criação da ordem jurídica destinada a reger a comunidade das nações soberanas.

Levantei, que com ele conviveu na Comissão de Juristas da Haia, comparou-o a Rui Barbosa, colocando-o no mesmo plano. Atribuiu o grande mestre francês que a distinção existente entre os dois não muda que eles atinjam a mesma altura.

Raul Fernandes tem recebido excepcionais homenagens em diversos países. Nenhuma terá sido mais sig-

nificativa que a do Instituto de Direito Internacional do Uruguai, ao indicar-lhe o nome para o Prêmio Nobel. Essa espontânea iniciativa foi justificada por três considerações. Em primeiro lugar, por sua ação na Comissão dos Juristas da Itália, como defensor do princípio da validade jurídica dos Estados, promotor da ampliação da competência da Corte, e autor da famosa cláusula facultativa em seu estatuto, pela importância do tratado do Rio de Janeiro que, pela primeira vez, quebrou o dogma da soberania absoluta com a adoção do princípio da ação compensadora e a instituição do sistema de defesa contra a agressão. Em fim, a primeira contribuição a uma ação doutrinária da conferência que Raul Fernandes pronunciou, na Universidade de Montevideo, sobre a "Evolução necessária das Nações no sentido da aplicação da lei internacional".

Se, como frequentemente se repete, o juiz do estrangeiro é a posteridade em vida, Raul Fernandes pode ser apontado como um dos poucos brasileiros a que terá sido permitida a antevisão do lugar que inevitavelmente ocupará no panteão da República.

Quando escreveu as Memórias de Afim Fúmulu, já em idade avançada, Chateaubriand lamentava-se da vaidade, afirmando que coisa alguma lhe daria como uma dignidade (passara a ser um fardo).

Se Raul Fernandes publicar suas memórias, não poderá repetir o autor de "O Gênio do Cristianismo". De certo, sua longa carreira terá sido marcada por incompreensões, prerrogativas ou injustiças. E' da condição humana. Mas, servindo à nação e, particularmente, à sua cultura jurídica, como tem servido, por tão longo tempo, pôde ele converter sua grande vida em exemplo de dignidade que é motivo de ufania e glória para o Brasil.

ARTIGO DO MARECHAL M. POPE DE FIGUEIREDO, PUBLICADO NO "JORNAL DO BRASIL", DE 24 DE MARÇO DE 1968, SOB O TÍTULO "REVOLUÇÃO E DESENVOLVIMENTO", QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 277, DE 1968, DE AUTORIA DO SR. MARIO MARTINS, APROVADO NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE ABRIL DE 1968.

REVOLUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Ao completar a Revolução de 1964 seu quarto aniversário, assaltaram-nos o espírito — tal como deve acontecer a inúmeros outros brasileiros — justificadas dúvidas sobre se vem ela atingindo o objetivo a que se propôs, se os homens que a representam e detêm hoje o poder a estão orientando no rumo desejável para a felicidade de nossa gente.

Ao senti-las perguntamo-nos com humildade, se temos o direito de estereotipar em letra de forma essas indagações íntimas, para delas dar conhecimento aos nossos cidadãos e em especial aos nossos comandados de Exército, no qual, vemos, juntamente com a Marinha e Aeronáutica, a única garantia do futuro radioso que para si há de construir o povo brasileiro.

Responde-nos a consciência que, mais que um direito, constitui tal um dever pois, como Comandante do III Exército Revolucionário, devemos nos considerar co-responsáveis por esta última fase que vem vivendo o Brasil em sua evolução histórica. Assim investindo-nos da autoridade moral que julgamos possuir, intentaremos cumpri-lo, por forma que pretendemos construtiva.

RITMO LENTO

O grande objetivo da Revolução foi opor um dique à avalanche comunista, já a ponto de engolfar o País. Em o tornando realabelecer a prática plena da democracia, bem como deter a avassaladora onda de corrupção presente de norte a sul e em praticamente todos os escalões da administração pública.

No fundo desse quadro, usando o language de vago futuro, estava o anseio nacional de colocar de novo o País nos trilhos de suas tradições democráticas, prepará-lo e impulsioná-lo no rumo do desenvolvimento econômico, sem maiores solavantes causados pela inquietação social. De fato, após um verdadeiro rush econômico, a economia brasileira, na segunda metade da década de 50, entrou o Brasil, a partir de 1961, numa fase de estagnação e mesmo de regressão econômica marcada por inflação aparentemente descontrolada e perturbações sociais de toda a ordem. Era esse o caldo de cultura ideal para contaminação do povo brasileiro pelo vírus do comunismo internacional. A infecção já apresentava indícios de extrema gravidade, como o início da destruição da hierarquia e disciplina nas Forças Armadas quando estas resolveram agir, pondo fim à inquietante ameaça ao futuro do País.

O primeiro Governo da Revolução — ainda usando a imagem atrás lembrada — tentou colocar o País nos trilhos e procurou prepará-lo para a marcha do progresso estabelecendo política econômico-financeira para controlar a inflação e estimular o desenvolvimento, e alterando profundamente toda a legislação política, fiscal e administrativa, obra essa coroada com a promulgação da nova Constituição do Brasil. O segundo Governo ora completando seu primeiro ano de mandato, mantinha em suas linhas gerais a política econômico-financeira do anterior, dando ênfase ao impulsionamento do desenvolvimento econômico.

Qualquer observador da conjuntura nacional verificará que há calma e ordem no País. Estão muito longe os tempos anteriores à Revolução, quando a tônica era a do sobressalto permanente, pela incerteza do que no aguardaria no dia seguinte. O Governo vem procurando cumprir sua missão, esforçando-se para tirar o País do tremedal da inflação e por fazê-lo caminhar nos rumos do desenvolvimento.

No entanto, o organismo nacional não reage com o esperado aos diversos estímulos aplicados para reavivar as atividades produtivas, surpreendendo os responsáveis pelo setor econômico-financeiro. Isso aconteceu no primeiro Governo da Revolução e vem se repetindo no segundo.

Na verdade, é inegável que o País progride, mas em ritmo lento em relação às suas possibilidades. Diríamos, um crescimento vegetativo. Caminha como um anão quando, sem dúvida, possui os elementos essenciais para dar passos de gigante em seu desenvolvimento imenso território, dotado de todos os climas e de recursos de toda a ordem, mas ainda em grande parte desconhecido por inexplorado; povo ordeiro, trabalhador e inteligente, que caminha para o noventa milhões de almas; espírito nacional presente das lindas do Arrapá às o Rio Grande do Sul.

Também é certo que a inflação já teve desacelerado o seu ritmo, embora ainda persista em taxa que torna muito difícil a vida do assalariado. Quer dizer, da maioria maior dos brasileiros.

Mas, a realidade é que o povo não está satisfeito. Há um desânimo generalizado, apatia, indiferença pelas intranquilidade que o fantasma do contínuo encarecimento do custo de vida leva a todos os lares.

Todos um depressivo sentimento de frustração decorre daí, pois existe o consenso geral de que não podemos mais perder tempo em nossa marcha para o progresso. Já o podemos de mais, colocando-nos um século atrás dos Estados Unidos, por exemplo.

Ficamos à margem da Revolução Industrial, situando-nos melancolicamente, no entardecer do século XX, numa "relaguarda incanesciente", quando nosso lugar deveria ser entre as primeiras nações do mundo.

Isso é nada confortador tomarmos conhecimento de estatísticas, como a que acaba de dar à publicidade o Departamento de Comércio Norte-Americano, relativas a 1966, nas quais, no ponto referente ao produto nacional bruto por capita — que corresponde ao total de bens e serviços produzidos por unidade de população e, por isso, tem representativa do nível médio de desenvolvimento — o nosso índice é 272, colocando-se bem abaixo, para só citar nossos vizinhos do sul do Continente, do Uruguai com 670 e da Argentina com 693.

É uma consciência nacional de que não podemos, de modo algum, deixar passar, sem dela tomar conhecimento, a Revolução dos Tempos Modernos marcada pelos formidáveis avanços da Ciência e da Tecnologia, e todos os campos das conquistas do Homem e, em particular, no constante energia nuclear.

Corre, então, naturalmente, a todos que se preocupam com os problemas do País, o desejo de saber o que impede o Brasil de arrancar "para frente", na expressão pitoresca mas significativa dos jovens das gerações insatisfeitas e inquietas dos dias que vivemos.

Como se explica essa coisa paradoxal de um País jovem, das potencialidades do Brasil, se comportar como uma terra em decadência, incapaz de enfrentar o desafio de seu próprio destino?

OS CICLOS PRODUTIVOS

Armando-nos da modestia de quem, como Sócrates, está certo de que a única coisa que sabe é de que nada sabe, aventuramo-nos a uma breve incursão nos domínios da ciência de Smith e Ricardo, em busca de um ardentemente desejado entendimento de que se passa nesse tremendo ciclo de contradições, que é a evolução econômica de um país como o Brasil.

Segundo a lição dos mestres, uma economia nacional cresce quando aumenta a produtividade média de sua força de trabalho. Quer dizer que repousa no homem — será talvez acaciano repisá-lo — a responsabilidade do desenvolvimento. Diríamos, mesmo, parodiando Taine, que o desenvolvimento é o homem. Na permanente interação entre o homem e o meio em que está situado resume-se toda a dinâmica do processo produtivo. De um lado, o meio, que se comporta passivamente, como reservatório de recursos materiais e de outro, o agente ativo, o homem, que atua na sua dupla condição de ser físico e espiritual. Mercê do ganho em produtividade, parte do que a comunidade produz pode deixar de ser consumido, transformando-se em poupança, isto é, em capital que, investido, integrará novo ciclo produtivo. A sucessão de ciclos produtivos e investimentos caracteriza, em última análise, o crescimento da economia.

E' essa uma imagem bem singela de desenvolvimento econômico que, na realidade, é um fenômeno extremamente complexo, como sabemos.

Serve-nos, contudo, para ressaltar o papel que nele desempenha o homem como ser espiritual. Quer nos parecer que uma comunidade comente arranca para o desenvolvimento quando se imbuí do que chamaremos "espírito de desenvolvimento" vale dizer, quando existir — apoiada na fé inquebrantável nos destinos da

Pátria e estimulada pela consciência de que o interesse nacional deve prevalecer sobre quaisquer outros — uma vontade generalizada e contagiante de superar, pelo trabalho e dedicação quaisquer obstáculos ao seu progresso. E' algo indefinível, algo que paira no ambiente, mas que se transmuda no entusiasmo, na alegria com que o povo se lança ao trabalho construtivo, sem conhecer cansaças, pronto a fazer os maiores sacrifícios.

Paremos, em 1959, testemunhar o que é esse impulso, esse élan, qualquer coisa como o "fogo sagrado" da alma militar, que domina a todos e os faz procurar serem superiores ao tempo e à fadiga, na conquista de um objetivo.

Era visita que fizemos a Brasília, então em construção, mantivemos contato com jovens engenheiros, recém-egressos de nossas escolas. Surpreendeu-nos a extrema dedicação ao trabalho que os fazia esquecer, permanentemente empenhados em seus macacões o descanso dos domingos, semanas sucessivas. Nossa surpresa era tanto maior porque, então, como ainda hoje, era a mocidade vítima de ataques indiscriminados ao seu comportamento, tachada de transviada etc. ... Ante nossa indignação, a resposta que tivemos era de que "o Presidente nos convocou. Temos um desafio. Vamos mostrar ao mundo do que somos capazes". Era da comover e fazer sentir-se orgulhosos da juventude de sua terra a qualquer brasileiro.

Era fa. de todo esse quadro, a conclusão é uma e única: a Revolução, não conseguiu, apesar do seu esforço, incutir no povo brasileiro o "espírito de desenvolvimento" a que nos referimos, empolgando-o para formar ao seu lado na grande batalha de desenvolvimento. Há um completo divórcio povo-Governo. Este é como um corpo estranho, apenas tolerado, para a grande maioria dos brasileiros. Em consequência, deixa de ser empregada a melhor arma, talvez de combate à inflação, que é o crescimento econômico acelerado.

Os planejamentos realizados pelo Governo não encontram ressonância popular: caem no vazio por falta dessa vontade de cooperação. Não é por outro motivo, certamente, que o Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada — IPEA — do Ministério do Planejamento, em documento recente, ao estabelecer a estratégia que deve presidir o nosso desenvolvimento industrial, para um crescimento rápido e progressivo ressalta: "da capacidade do Estado de instrumentar-se e reunir um montante de consenso social necessário para essa tarefa, depende a compatibilização necessária".

Cabe agora a pergunta: Por que tudo isto?

Depois de meditarmos longamente e de procurarmos sondar a alma de nossa gente, chegamos à conclusão que ela se isola assim do Governo por não ter influido na sua escolha. O povo não se sente responsável por um Governo eleito à sua revelia. E assim sentindo reage não tomando dele conhecimento, ignorando-o e se mantendo em atitude passiva de fria indiferença ante seus atos.

AS FORÇAS ARMADAS

Três fatos da atualidade brasileira são reflexo desse estado de coisas. O primeiro, a nosso ver de extrema gravidade pelas suas possíveis consequências, é que ele se presta, ante as solenes promessas da Revolução de restabelecer em plenitude a democracia no Brasil a servir de manancial de argumentos especiosos tendentes a destruir a confiança do País em suas Forças Armadas, do mesmo jasso que a nelas provocar a cisãnia. Lamentavelmente é forçoso confessar, vêm obtendo êxito. Assoalha-se à boca pequena que o País é presa de

uma minoria militar, que dele usufrui, inclusive protegendo com suas baionetas a corrupção, ainda mais generalizada que antes da Revolução. Ainda há pouco noticiou-se a publicação em Montevideu de trabalho de político cassado pela Revolução, no qual declara: "o Alto-Comando deve entender que o Exército já não atrai a juventude, diante da incompatibilidade que se criou entre as Forças Armadas e o povo brasileiro". Ainda mais: andar fardado hoje em Brasília, Recife, Manaus ou Porto Alegre é um ato de coragem desafiando a maledicência popular". Tudo isto constitui dolorosa injustiça para todos nós, militares se não fosse preparação para o que de pior pode acontecer ao Brasil: a desunião das Forças Armadas e o seu descrédito perante o povo.

Sim, porque quaisquer que sejam os vendáveis políticos, venham de onde vierem, a existência de Forças Armadas íntegras, coesas, dispostas da inteira confiança da Nação e na plenitude do exercício de sua missão constitucional, é a garantia de que eles não produzirão maiores danos. 1964 é um exemplo recente e bem eloquente.

Se falharem as Forças Armadas, se se apresentarem cindidas, em uma situação de crise nacional, não sabemos o que poderá acontecer a um País com a extensão do Brasil, ainda mal consolidado politicamente e economicamente atrasado, com imensos espaços vazios em seu território diante de um mundo senão hostil, pelo menos falho de compreensão para com seus problemas.

A atitude tomada pelo clero no Nordeste e tendente a se generalizar, de agitar o problema da miséria em que vive grande parte da população nordestina, é outro motivo de preocupação. Ao ressaltar a injustiça social que tal representa, o clero nordestino, que conta nessa campanha com suas mais representativas figuras, age coerentemente com o espírito da carta encíclica *Populorum Progressio*, do Santo Padre Paulo VI. É um brado de alerta que precisa ser

ouvido por todos os homens de responsabilidade deste País, a fim de evitar que aqueles brasileiros, premiados pela fome e conscientes da indiferença pela sua sorte, venham um dia a exigir por meios violentos a justiça social a que têm direito.

Finalmente, dá o que pensar o Anímo de rebeldia da nossa juventude, particularmente da estudiantil. A repetição, com certa frequência, de choques Governo-estudantes, está a indicar a existência, senão de insatisfação, de incompreensão entre os homens que detêm as rédeas do poder e as gerações a que no futuro serão elas entregues.

É um sintoma, a nosso ver, localizado em parcela bem representativa do povo brasileiro, da frustração generalizada que dele se apoderou em razão de seu afastamento das grandes decisões políticas.

Se assim é, se o quadro da atualidade brasileira é o que acabamos de interpretar, se o nosso povo não abre mão de escolher o seu presidente, restituamos a ele esse direito. É preciso que confessemos, nós que fizemos a Revolução termos errado ao propor constasse da nova Constituição a eleição indireta para Presidente da República. Tivemos em 1971 um novo presidente, eleito pelo povo, em sufrágio direto.

Também — pois que é da índole de nossa gente perdoar, esquecer — concordemos em abreviar o prazo da punição imposta pela Revolução, restabelecendo pela anistia os direitos políticos cassados, a partir de 1971. Sabemos bem o que representa um ato desses para a pacificação dos espíritos e harmonia social, pois o experimentamos em 1930, depois de termos sido revolucionários em 1922, na antiga Escola Militar de Realengo.

Declare o Governo sua intenção de apoiar essas medidas e verá que o Plano Trienal, que acaba de elaborar e que presidirá o desenvolvimento do Brasil em seus restantes anos de governo, não cairá no vazio, como todos que o antecederam. Terá o povo a seu lado e o Brasil poderá caminhar para dias mais felizes.

município de Jaguari e uma agência postal em Arambaré, Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul.

Pelo Sr. Pessoa de Queiroz

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1968, que autoriza a reversão de uma área de terra na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, a Prefeitura Municipal da mesma localidade.

Pelo Sr. Manoel Villaga

contrário ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1968, que denega provimento a recurso do Tribunal de Lida a emissão de Letras do Tesouro, Série "D", ao portador, no montante de NCr\$ 150.000.000 00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros novos).

Pelo Sr. Mello Braga

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1968, que reajusta os vencimentos dos funcionários das Secretarias da Justiça do Trabalho.

Pelo Sr. José Leite

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1968, que reajusta os vencimentos dos funcionários da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos;

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1968, que reajusta os

vencimentos dos servidores da Justiça Militar; e favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1968, que reajusta os vencimentos dos funcionários das Secretarias do Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Fernando Corrêa que emite parecer favorável, com emenda, ao Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1968, que dá nova redação ao artigo 2º e seu parágrafo único do Decreto-lei nº 300, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as penalidades pela falta de pagamento da contribuição sindical rural.

Em discussão, o Senhor Bezerra Neto solicita e obtém vista do projeto.

Finalmente, o Senhor Mem de Sá lê parecer contrário ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e ao Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1963, que dispõe sobre as atividades da indústria farmacêutica e da outras providências.

Com a abstenção do Senhor José Ermírio, a Comissão aprova o parecer.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, *Hugo Rodrigues Figueiredo*, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

ATA DA OCTAGÉSIMA REUNIAO ORDINARIA, REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 1968.

Aos quinze dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e oito, às onze horas, na sala do Gabinete do Senhor Primeiro Secretário, presentes os Senhores Aniz Badra, Henrique La Rocque, Passos Porto, Atilio Fontana e Janduí Carneiro, sob a Presidência do Monsenhor Arruda Câmara, reuniu-se o Conselho Deliberativo deste Instituto, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, o Senhor Presidente dá conhecimento ao Conselho da decisão da Justiça, no Mandado de Segurança do ex-Deputado Ministro do Tribunal de Contas do Maranhão, Joel Barbosa, contrária a concessão da segurança. Em continuação, o Senhor Presidente esclarece que a Resolução nº 7 de 1937, que fixou normas para concessão de empréstimo especial para pagamento de carência, feito pelo Fundo Assistencial, está premissa desde 22 de janeiro, já que aquela Resolução tinha vigência apenas por um ano. Indaga ao Conselho se pretende prorrogá-la. Posta a matéria em votação o resultado é pela não renovação da citada Resolução. A seguir, o Senhor Presidente apresenta o pedido do Senhor Aureo Melo no sentido de que o IPC se filie a Caixa Econômica Federal de Brasília para que a mesma conceda empréstimos a seus pensionistas. O requerimento é indeferido. Prosseguindo, o Secretário apresenta a proposta das gratificações a ser concedida ao pessoal da Secretaria do IPC, conforme lhe havia sido determinado na última reunião. O processo é distribuído ao Senhor Aniz Badra para relatar. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra a sessão às treze horas e para constar, eu *Alberto de Oliveira*, Secretário lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA OCTOGÉSIMA-PRIMEIRA REUNIAO ORDINARIA, REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 1968.

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e oito, às onze horas, na sala do Gabinete do Senhor Primeiro Secretário, presentes os Senhores Henrique La Rocque, Janduí Carneiro, Catteto Pinheiro, Aniz Badra e Atilio Fontana, sob a Presidência do Monsenhor Arruda Câmara, reuniu-se o Conselho Deliberativo deste Instituto, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior o Senhor Presidente declara que o Senhor Leonel Brizola solicitou esclarecimentos ao Instituto quanto a possibilidade de requerer a pensão e o pagamento da carência pelas subvenções do Fundo Assistencial, nos moldes do que foi feito com seus colegas cassados. O Conselho decide que enquanto durar o período de cassação dos direitos políticos, todo parlamentar da Legislatura passada pelos Ajos Institucionais, terá direito ao pagamento da carência através das subvenções do Fundo Assistencial. Em continuação, o Senhor Presidente apresenta o requerimento do Senhor Deputado Vasco A. Silva, que solicita auxílio doença relativo a tratamento para correção de sequelas em fratura, o que é indeferido por falta de assento legal. Prosseguindo, o Senhor Aniz Badra relata o processo de concessão de gratificação aos funcionários à disposição do IPC pela aprovação da tabela como foi proposta, sugerindo a devolução imediata dos servidores que não satisfazem as condições de trabalho do Instituto. O Conselho aprova o parecer, determinando que as gratificações sejam concedidas a partir de 1º de fevereiro e que a despesa corra por conta das rendas do Fundo de Reserva. Finalmente são deferidos os requerimentos: de auxílio doença; dos Senhores Sérgio de Otero Ribeiro e Antonio de Pádua Chagas Freitas. Nada mais havendo para tratar o Senhor Presidente encerra a sessão às treze horas e para constar, eu *Alberto de Oliveira*, Secretário lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE FINANÇAS

8ª REUNIAO, REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 1968.

3ª EXTRAORDINARIA

As 16,00 horas do dia 8 de abril de 1968, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Argemiro de Figueiredo, presentes os Senhores Mem de Sá, Manoel Villaga, Fernando Corrêa, Pessoa de Queiroz, José Ermírio, Carlos Lindenberg, Oscar Passos e Aurélio Vianna, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Paulo Sarasate, João Cleofas, José Leite, Leandro Maciel, Clodomir Millet, Adolpho Franco, Sigefredo Pacheco, Carvalho Pinto, Júlio Leite, Bezerra Neto e Arthur Virgílio.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que é, sem seguida, aprovada.

O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Mem de Sá que emite parecer favorável concluindo por Projeto de Resolução ao Ofício do Senhor Prefeito Municipal da Cidade de São Paulo solicitando autorização para financiamento externo com o consórcio Hochtief Aktiengesellschaft fur Hoch- und Tiefbauten, vorm. Gebr. Hellmann, estabelecida em Essen (Rep. Fed. da Alemanha) — MONTREAL — Empreendimentos Sociedade Anônima, com sede no Estado da Guanabara, Brasil — Deutsche Eisenbahn Consulting GmbH, com sede em Frankfurt Main, República Fed. da Alemanha, para a elaboração do Estado Econômico-Financeiro e do Pré-Projeto de Engenharia

ria, no valor global estimado de DM-12.280.000 (doze milhões, duzentos e oitenta mil Deutsche Mark).

A Comissão aprova o parecer.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, *Hugo Rodrigues Figueiredo*, Secretário da Comissão, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

9ª REUNIAO, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 1968.

As 10 horas do dia 17 de abril de 1968, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Argemiro de Figueiredo, presentes os Senhores João Cleofas, Mem de Sá, José Leite, Manoel Villaga, Carvalho Pinto, Fernando Corrêa, Bezerra Neto, Pessoa de Queiroz, Arthur Virgílio, José Ermírio, Mello Braga e Carlos Lindenberg, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Paulo Sarasate, Leandro Maciel, Clodomir Millet, Adolpho Franco, Sigefredo Pacheco e Júlio Leite.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que é, em seguida, aprovada.

São lidos e aprovados, por unanimidade, pela Comissão os seguintes pareceres:

Pelo Sr. Mem de Sá pela audiência da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 1952, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma agência telegráfica no município de Ipameri, Estado de Goiás uma agência postal telegráfica em Ivorá, distrito de Júlio Castilhos, uma agência telegráfica em Nova Esperança,

MESA

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO),
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL),
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN),
 2º Secretário — Victório Frelre (ARENA — MA),
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ),
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA),
 1º Suplente — Guido Mondin (ARENA — RS),
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ),
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP),
 4º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Lider — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Lider — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portela (PI)

Manoel Villaga (RN)

Antônio Carlos (SC)

DO MDB

Lider — Aurelio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA**TITULARES**

Arnon de Mello
 Domicio Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

SUPLENTE

José Leite
 José Guimard
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Aloysio de Carvalho

MDB

Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho

José Ermirio
 Mário Martins

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA**TITULARES**

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

SUPLENTE

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermirio
 Argemiro de Figueiredo

Aurelio Vianna
 Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC.

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurelio Vianna

ARENA**TITULARES**

Ney Braga
 Antônio Carlos
 Melo Braga
 Arnon de Mello
 Atílio Fontana

SUPLENTE

José Leite
 Eurico Rezende
 Benedicto Valladares
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

MDB

Aurelio Vianna
 Mário Martins

Pessoa de Queiroz
 Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: Quinta-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA**TITULARES**

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portela
 Carlos Lindenberg
 Paulo Sarate
 Clodomir Millet

SUPLENTE

Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 Benedicto Valladares
 Arnon de Mello
 Julio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Barboza
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurelio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Branco — Ramal 247.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abranches

Vice-Presidente: Julio Leite

ARENA**TITULARES**

José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portela
 Atílio Fontana
 Julio Leite
 Clodomir Millet
 Manoel Vilela
 Wilson Gonçalves

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Melo Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sa
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Abranches
 Aurelio Vianna
 Adalberto Sena

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Junior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
 Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA**TITULARES**

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Julio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

SUPLENTE

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermirio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sa

ARENA**TITULARES**

Menezes Pimentel
 Mem de Sa
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena
 Antônio Barboza

Ruy Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

(11 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Antônio Carlos
Moura Andrade
Paulo Sarasate
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Torres

SUPLENTE

José Guimard
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga

MDB

Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Senna
Antônio Balbino
José Ermírio

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão -- Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

Paulo Sarasate
João Cleofas
Mem de Sa
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Sigfredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Guimard
Teotônio Vilela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres

MDB

Argemiro de Figueiredo
Beaqueria Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José Ermírio

Oscar Passos
Josephat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo -- Ramal 244

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
João Cleofas
Teotônio Vilela

SUPLENTE

Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Melo
Leandro Maciel
Mello Braga

MDB

Antônio Balbino
Nogueira da Gama

Ruy Carneiro
Bezerra Neto

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

TITULARES

Petrônio Portela
Domício Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho

MDB

Arthur Virgílio
Josephat Marinho

João Abrahão
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto -- Ramal 245.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josephat Marinho
Vice-Presidente: Domício Gondim

ARENA

TITULARES

Domício Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Benedicto Valladares
Teotônio Vilela

MDB

Josephat Marinho
José Ermírio

Sebastião Archer
Oscar Passos

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto -- Ramal 245.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

TITULARES

Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Melo
Duarte Filho
Menezes Pimentel

SUPLENTE

Teotônio Vilela
José Leite
Domício Gondim
Paulo Sarasate
Leandro Maciel

MDB

Rui Carneiro
Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
Adalberto Senna

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sa
Eurico Rezende
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto

SUPLENTE

José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger

MDB

José Ermírio
Aurélio Vianna
Amar Martins

Antônio Balbino
Arthur Virgílio
Emundo Levi

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior -- Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Filinto Müller
Mem de Sa
Duarte Filho
Clodomir Millet

MDB

Nogueira da Gama

Emundo Levy

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.